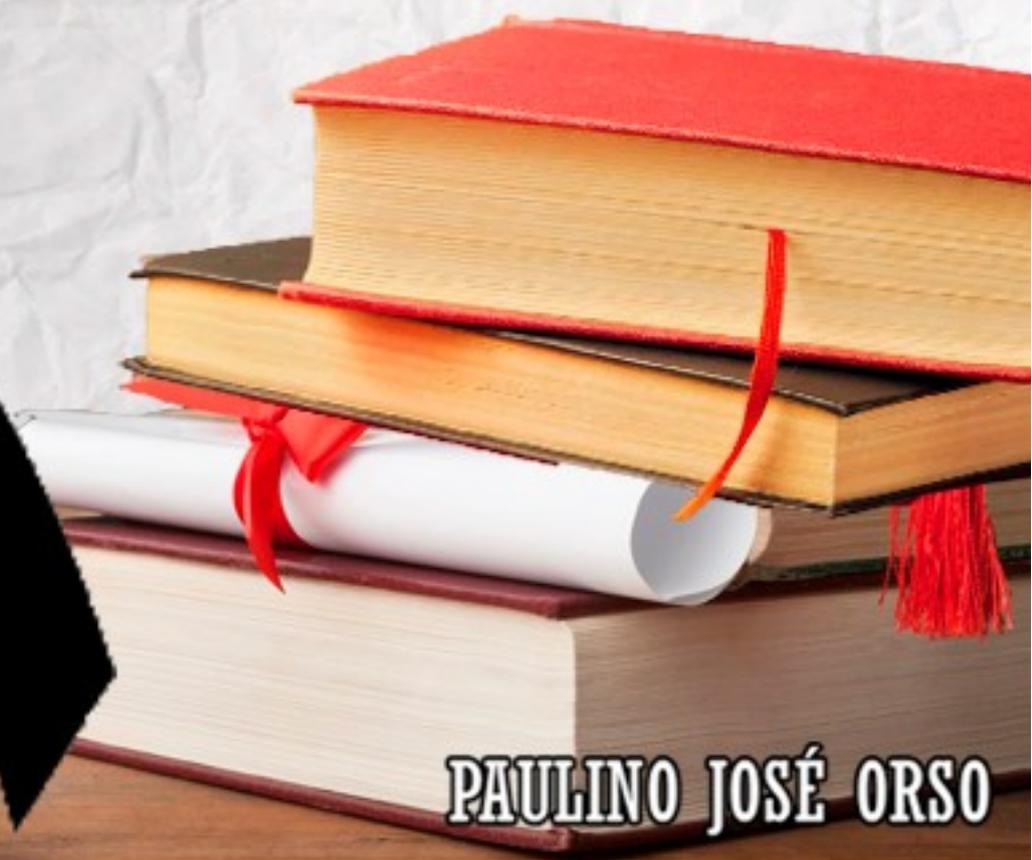


UM ESPECTRO RONDA A EDUCAÇÃO E A ESCOLA PÚBLICA



PAULINO JOSÉ ORSO

**UM ESPECTRO RONDA A
EDUCAÇÃO E A ESCOLA
PÚBLICA**

Paulino José Orso

UM ESPECTRO RONDA A EDUCAÇÃO E A ESCOLA PÚBLICA
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Arte da Capa:
Copyright © by autor, 2020.

E2446 – ORSO, P. J. Um espectro ronda a escola pública. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ISBN: 978-65-86678-57-4

 10.29388/978-65-86678-57-4

1. Educação 2. Política educacional 3. Escola Pública I. Paulino José Orso II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370
CDU – 37

Índice para catálogo sistemático

Educação 370

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil

Anderson Brettas – IFTM - Brasil

Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil

Carlos Lucena – UFU – Brasil

Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil

Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil

Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil

Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil

Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil

Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil

Inez Stampa – PUCRJ – Brasil

João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil

José Luis Sanfelice – Unicamp – Brasil

Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil

Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil

Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil

Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil

Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil

Paulino José Orso – Unioeste – Brasil

Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil

Robson Luiz de França – UFU, Brasil

Tatiana Dahmer Pereira – UFF - Brasil

Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil

Valéria Forti – UERJ – Brasil

Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.

Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal

Alexander Steffanell – Lee University – EUA

Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana

Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana

Armando Martínez Rosales - Universidad Popular de Cesar – Colômbia

Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala

Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina

Christian Cwik – Universität Graz – Austria

Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile

Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA

Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica

Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunion – France

Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.

Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha

Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia

Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México

Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal

Iván Sánchez – Universidad del Magdalena –Colômbia

Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México

Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela

Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia

José Jesus Borjón Nieto – El Colégio de Vera Cruz – México

José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha

Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha

Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador

Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia

Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras

Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha

Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal

Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha

Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia

Roberto Gonzáles Aranas -Universidad del Norte – Colômbia

Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica

Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha

Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha

Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba

Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça

Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal

Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra

Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai

Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

**Para
Luana Vali
Ana Maria e
Catarina Sofia**

**Agradecimento especial ao PROAP e Capes por viabilizar a publicação,
e para Luana Vali Krüger,
Inédia Bortolanza
Lucia Terezinha Zanato Tureck
Sandra Tonidandel
pela leitura, sugestões e correções.**

SUMÁRIO

Prefácio	15
<i>Gaudêncio Frigotto</i>	
Apresentação	21
I. A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás	25
Introdução	25
1.1. No transcurso do/s golpes/s contra os trabalhadores	25
1.2. A construção das justificativas para o ataque à educação e à escola pública	33
1.3. A catastrófica PEC dos gastos e suas nefastas consequências para a educação pública	35
1.4. A Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e a “urgência e relevância” de andar para trás	39
1.5. A resistência aumenta e a repressão se intensifica e se generaliza	46
1.6. 2016: um golpe de classe	52
II. Os desafios da pedagogia histórico-crítica face à devastação da educação e da escola pública	53
III. Educação pública em tempos de pandemia: causas da tragédia e saídas para a crise	63
3.1. A face perversa da burguesia	63
3.2. Ataques implacáveis à educação	72
3.3. As efetivas razões da crise	84
3.4. Saídas para a crise	86
IV. O novo coronavírus, a pedagogia histórico-crítica, a sociedade de classes e o internacionalismo proletário	89
4.1. Caráter introdutório	89
4.2. O novo coronavírus e os desafios dos trabalhadores na sociedade de classes	91
4.3. O conhecimento e a ciência a serviço da vida e o negacionismo a serviço da morte	92
4.4. O novo coronavírus, a sociedade de classes, as desigualdades e injustiças sociais	99
4.5. A (in)sensibilidade do capital face à vida	102
4.6. A demagogia do estado mínimo	105
4.7. A economia ou vida, um falso dilema	112
Conclusão	121
Referências	127
Sobre o autor	135
Índice Remissivo	137

PREFÁCIO*

A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores (FLORESTAN FERNANDES, 2018. p. 29).

O título do novo livro do professor Paulino José Orso – *Um espectro ronda a educação e a escola pública* - engendra uma memória histórica das lutas da classe trabalhadora europeia que inspiraram a Karl Marx e Friedrich Engels a frase de abertura do manifesto comunista de 1848: “Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo”. Um manifesto que, de imediato, argumentava a necessidade de desfazer os preconceitos em relação ao comunismo, mas para isto as massas tinham que entender o sentido do socialismo científico. Só então se engajariam na luta para superar o sistema capitalista. A educação das massas para que adquiram uma leitura do mundo como sujeitos autônomos é uma condição necessária para este entendimento.

A evocação do título escolhido nos explicita o seu sentido dialético: por um lado vivemos um contexto de profunda regressão social de ataque aos direitos elementares da classe trabalhadora, à educação pública e àqueles profissionais que se pautam por processos de conhecimento e de educação que buscam desvelar as relações sociais capitalistas, seu caráter destrutivo e de progressiva desumanização e a necessidade imperativa de sua superação; por outro lado, o conhecimento crítico é cada vez mais necessário como condição objetiva e subjetiva na construção de novas relações sociais sem dominação e subjugo de classe. Vale dizer, que se crie a consciência de que o socialismo se impõe como projeto necessário para salvar à espécie humana hoje ameaçada pelas consequências de um processo de desenvolvimento cada vez mais destrutivo de direitos e da natureza, da qual somos parte.

Trata-se de um livro em que autor, com base nas ferramentas do método materialista histórico e, portanto, do conhecimento que busca ir à raiz de como a realidade se produz, traz à luz o fosso que estamos sendo conduzidos na sociedade brasileira no período mais destrutivo da vida, da educação, da ciência e da cultura. Uma conjuntura que se demarca pelo golpe de Estado de 2016, mas cujas raízes estruturais do conservadorismo e autoritarismo e do patrimonialismo o precedem, e que colima com a ascensão no governo de um bloco de poder de extrema direita.

Já na introdução o autor nos traz as questões centrais sobre as razões do ataque do sistema capital à classe trabalhadora, à ciência, à educação e à cultura com o objetivo de elucidar como no presente isto se manifesta historicamente na particularidade da sociedade brasileira.

Qual a razão de tantos ataques ao conhecimento, à ciência, à cultura, aos trabalhadores? Qual o motivo de tantas perseguições e ofensivas à educação, à escola pública e aos profissionais da educação por parte da burguesia? Não estaria no fato de o capital se encontrar em seu grau máximo de concentração, de estar su-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-57-4-f.15-20

peracumulado, e o conhecimento, a ciência e a tecnologia se encontrarem extremamente desenvolvidos, provocando o choque entre as forças produtivas e as relações de produção, ocasionando a crise? O golpe, as reformas e os ataques não seriam uma forma de a burguesia atualizar as relações de produção e adequá-las à nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas, na tentativa de resolver sua crise? (p. 18).

Nas questões postas se situa o sujeito a atacar no plano planetário e na sua particularidade brasileira: o capital e o sistema capitalista que o sustenta. Por isso, a insistência do autor em demonstrar a relação orgânica entre educação e sociedade e qual o tipo e conhecimento e processos educativos que formam o sujeito histórico, a classe trabalhadora, capaz de superar o sistema capitalista. O texto de Florestan Fernandes, destacado na epígrafe, expressa de forma incisiva o sentido da análise empreendida neste livro.

Com efeito, Paulino José Orso mostra-nos que a pedagogia que nos ajudará a decifrar nossos dilemas e impasses, que exigem um acerto com o passado e uma perspectiva de futuro, é a histórico-crítica e o sujeito é o trabalhador produtivo, os excluídos, a classe trabalhadora. Uma pedagogia que não se apegue, como se lê na epígrafe, a fórmulas abstratas de educação, mas a “educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores”.

Mas ao tratar do papel do intelectual militante Florestan indica nosso papel nesse processo de conquista do poder pelos trabalhadores.

O que devemos fazer não é lutar pelo Povo. As nossas tarefas são de outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro para que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma nova ordem social democrática e um estado fundado na dominação efetiva da maioria. (FERNANDES, 1980, p. 245-246).

Por isso, que ao tratar dos desafios da pedagogia histórico-crítica, em face à devassação da educação e da escola pública, Paulino José Orso os situa no vínculo necessário dos trabalhadores da educação com as lutas da classe trabalhadora no seu conjunto. “Portanto, nossas lutas não podem se resumir à escola e nem ao trabalho interno da sala de aula” (p.107). Daí as questões acima que orientam a análise necessitem a ter uma compreensão teórica pela raiz e, como passo seguinte, uma práxis revolucionária com as lutas do trabalhador produtivo, com os excluídos.

Por certo, a crise do sistema capital resulta da contradição posta na questão mais geral que o autor nos apresenta. Trata-se de contradições insanáveis pela natureza que assume a crise estrutural do capital como analisam diferentes autores. Uma crise, como a explícita István Mészáros, de caráter universal atingindo todas as esferas da vida (trabalho, saúde, educação, cultura etc.) e a natureza; global, por ter efeitos negativos em todo mundo, ainda que não na mesma intensidade em diferentes sociedades da periferia do sistema capital; e uma crise que não é mais cíclica, mas contínua, progressiva e cada vez mais profunda e destrutiva¹.

¹ Para a compreensão desta natureza da crise do sistema capital e suas consequências, o leitor poderá ler em: István Mészáros. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2020 e David Harvey. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2017.

As pandemias e, em particular a Covid-19 e sua exponencial letalidade, expressam a lógica irracional, destrutiva e incontrolável do sociometabolismo do sistema capital e da ciência e dos processos educativos que buscam a sua manutenção e reprodução. Referindo-se à Covid-19, o físico Frijof Capra indica o seu sentido radical: “Pandemia é a resposta biológica do planeta”². A ciência, patrimônio construído pelo esforço coletivo e força para qualificar a vida de todos e diminuir o tempo do trabalho, apropriada privadamente pelo capital, volta-se contra o trabalhador. Uma ciência positivista que separou aquilo que ontologicamente é inseparável: o ser humano e a natureza da qual ele é parte. E é esta ciência que busca ser imposta aos sistemas educativos como mecanismo que impeça a compreensão do caráter desumano das relações sociais capitalistas e a ampliação das forças sócias para a sua superação.

O Brasil, no processo histórico, constituiu-se como uma sociedade de capitalismo tardio e marcada pelo processo de colonização e de quase quatrocentos anos de escravidão. Marcas que conformaram uma classe dominante das mais violentas e despóticas e que se mantém por ditaduras e golpes para interromper períodos de conquistas, ainda que limitadas, de direitos universais como os da saúde, da educação, da moradia etc. A análise empreendida pelo autor, sobre a brutalidade das contrarreformas efetivadas após o golpe de Estado de 2016 e radicalizadas pela ascensão ao poder de um bloco de forças de extrema direita e de práticas neofacistas em 2019, expressa a face mais desumanizadora de nosso processo histórico. E, nesse sentido, de como a crise do sistema capitalista se expressa de forma mais violenta em nossa sociedade. Uma brutal anulação dos direitos universais duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira e um ataque frontal à ciência, à educação e à cultura que afirmam os seus interesses.

Quando o autor indica a importância da pedagogia histórico-crítica e destaca a necessidade de inseri-la na totalidade das relações e da vida social para dar-lhes força na luta política nos interpela a entender nossa particularidade como sociedade da periferia do capitalismo. Um convite, portanto, a buscarmos nos intelectuais críticos que nos dão a compreensão das relações sociais e de poder que nos conduziram ao descabro do tempo presente. Não cabia ao autor e não cabe aqui uma análise detalhada deste percurso. Todavia, mesmo que não seja usual em prefácios, seguindo a interpelação do autor, será útil ao leitor a indicação de alguns intelectuais que em suas obras nos ajudam a decifrar o que nos conduziu ao dramático quadro social e educacional que este livro nos apresenta.

Trata-se de análises que transitam, com ênfases maiores ou menores, entre o econômico, o político, o social e o cultural com base dominante na tradição marxista. Mesmo havendo, por vezes, pontos de vistas conflitantes todas estas análises afirmam, todavia, um processo histórico que não conseguiu romper com uma sociedade que se define como um capitalismo que se robustece e expande aprofundando sua dependência associada aos centros e hegemônicos do capital concentrando a propriedade privada e a riqueza para uma minoria e ampliando a pobreza. Destaco três intelectuais que situam, contemporaneamente, no que nos provoca este livro, as determinações centrais que definem nossos desafios diante de uma burguesia local que optou por um projeto de capitalismo dependente³.

² <https://www.portalraizes.com/pandemia-e-resposta-biologica-do-planeta-diz-fisico-frijof-capra/>. Acesso em: 24 out. 2020.

³ Como motivação para o leitor pesquisar as obras destes autores não vou ater-me a uma obra específica, mas ao que colho deles como ferramenta analítica para entender nosso processo histórico. Além destes que selecionei, certamente, outros autores nos ajudam entender diferentes ângulos de nosso processo histórico, tais como: Caio Prado Junior, Jacob Gorender, Sergio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Otavio Ianni, Milton Santos e Carlos Nelson Coutinho.

As análises de Celso Furtado, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, com ênfases diversas, confrontam a visão dualista para explicar por que não nos constituímos uma nação, mesmo em termos capitalistas, desenvolvida, autônoma e soberana. Visão dualista que tem como tese central o contraponto entre o Brasil moderno e o atrasado. O primeiro escolarizado, atuando no setor formal da economia, competitivo e com alto consumo e, o segundo analfabeto ou semianalfabeto, atuando no setor informal de trabalho, não afeito a competir por estar preso a valores atrasados. Esta grande massa se constituiria no empecilho histórico de sermos uma nação desenvolvida.

O contraponto desta visão dualista é inicialmente efetivado pela vasta obra de Celso Furtado. Numa análise oposta daqueles que situam o subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento demonstra, ao contrário, que o mesmo é uma forma específica de desenvolvimento na periferia do sistema capitalista. Esta compreensão o leva a situar a sociedade brasileira dentro do seguinte dilema: a construção de uma sociedade ou de uma nação onde os seres humanos possam produzir dignamente a sua existência ou a permanência num projeto de sociedade que aprofunda sua dependência subordinada aos grandes interesses dos centros hegemônicos do capitalismo mundial. É nesse horizonte que Furtado faz a crítica ao “modelo brasileiro” de capitalismo modernizador e dependente, uma constante em nosso processo histórico.

Com um aporte analítico de cunho mais sociológico e político e com uma base teórica ligada ao materialismo histórico dialético, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira nos evidenciam os traços marcantes da forma estrutural de reprodução das relações políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira. Suas análises, de forma aguda, nos permitem superar o enfoque analítico que busca explicar nossos impasses na antinomia entre o moderno e o atraso já sinalizado por Furtado. Mas as suas análises apreendem e explicitam a relação dialética entre o arcaico, atrasado, tradicional, subdesenvolvido e o moderno na especificidade ou particularidade de nossa formação social capitalista.

Com efeito, Florestan Fernandes não compartilha da tese conservadora de que a “revolução burguesa” foi abortada pela natureza de dualidade da nossa formação social onde o Brasil arcaico, marcado pelo atraso, é responsável pelo ritmo lento do desenvolvimento do Brasil moderno. Ao contrário, para Fernandes o que vai ocorrer no plano estrutural é que as crises conjunturais entre as frações da classe dominante acabam sendo superadas mediante processos de rearticulação do poder da classe burguesa numa estratégia de conciliação de interesses entre o denominado arcaico e moderno. Trata-se, para Fernandes, de um processo que reitera, ao longo de nossa história, a “modernização do arcaico” ou uma modernização conservadora e não a ruptura de estruturas de profunda desigualdade econômica, social, cultural e educacional. Sua síntese é de que a burguesia brasileira nunca optou por construir uma nação autônoma e, mediante sua associação subordinada aos centros hegemônicos do capital mundial, plasmou uma sociedade de capitalismo dependente que se define por um desenvolvimento que combina uma abismal concentração da riqueza mantendo a maioria da população na pobreza e uma grande parte na miséria. Uma estrutura social que se mantém por um poder autocrático e um estado patrimonialista e clientelista que defende o privilégio e a propriedade dos ricos.

Francisco de Oliveira é autor que de forma sistemática confrontou, no plano teórico e político, a visão dualista da constituição de nossa formação social. Ao contrário da tese que o Brasil arcaico e tradicional amarra ou impede avanços do país desenvolvido e moderno, sustenta que é esta imbricação do atraso, do tradicional e do arcaico com o moderno

que potencializam nossa forma específica de sociedade capitalista dependente e de nossa inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. Para ele os setores denominados de atrasados, improdutivos e que atuam no setor informal, constituem-se em condição essencial para a modernização do núcleo integrado aos centros hegemônicos do capital facultando-lhes concentração de propriedade e renda. A questão da terra é um exemplo histórico emblemático deste processo.

A reedição do livro *Crítica à razão dualista*, trinta anos depois, com um capítulo de atualização – O ornitorrinco – nos dá o fio condutor para entender as mediações do tecido estrutural de nossa formação histórica e os impasses a que fomos sendo conduzidos no presente. A metáfora do ornitorrinco expõe uma particularidade estrutural de nossa formação econômica, social, política e cultural, em que a “exceção” se constitui em regra, como forma de manter o privilégio de minorias. Destaco uma passagem do texto que apreende na figura do ornitorrinco nossa estrutura social.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. [...] O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão (OLIVEIRA, 2003, p. 150).

Para Oliveira, as relações de poder e de classe que foram sendo construídas no Brasil permitiram apenas parcial e precariamente a vigência do modo de regulação fordista, tanto no plano tecnológico, quanto no plano social. Da mesma forma a atual mudança científica e técnica que imprime uma grande velocidade à competição e a obsolescência dos conhecimentos torna nossa tradição de dependência e cópia ainda mais inútil. Deste modo o processo histórico construído no Brasil se define, para Oliveira, por um tipo de desenvolvimento “que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela”.

Trata-se de um processo histórico em que períodos de avanços democráticos conquistados pelas lutas das organizações da classe trabalhadora são interrompidos por ditaduras e golpes. O golpe de 2016 e seus desdobramentos com a eleição de um governo de extrema direita indicam que o Brasil se alinhou no bloco de nações que optou por relações sociais que destroem direitos e ameaçam a vida de milhões de pessoas tendo como objetivo exclusivamente o de garantir os interesses do capital.

E isto se efetiva por uma agenda que se pauta numa tríade de fundamentalismos que se relacionam e potenciam: o econômico, pela prática de um ultraliberalismo onde tudo é mercado e onde os direitos universais ficam subordinados à ideologia da meritocracia; o político, que adota a violência e a pedagogia da ameaça e do medo para anular ou liquidar adversários; e, finalmente, o fundamentalismo religioso, que subordina a ciência à crença. Um cenário, portanto, cujas consequências, no conjunto da sociedade brasileira e, em especial, na educação pública e nos trabalhadores da esfera pública, não poderiam ser mais perversos.

O livro de Paulino José Orso mostra, de forma enfática, os efeitos desta opção feita pela classe dominante brasileira. Entretanto não traz uma postura determinista. Pelo contrário, há na obra uma postura propositiva para o conjunto de dois milhões e seiscentos mil professores, sendo mais de 80% na Educação Básica. A dimensão propositiva do livro situa-se na afirmação e aprofundamento da pedagogia histórico-crítica, pois esta é que tem o

potencial de fazer a crítica ao passado remoto e ao presente e a perspectiva de futuro que interessa aos filhos e filhas da classe trabalhadora.

A interpelação que o livro nos traz é que para que a pedagogia histórico-crítica tenha potencial revolucionário não pode ficar no nível do chão da escola. Trata-se de vincular o trabalho docente às lutas mais amplas da classe trabalhadora em nossa sociedade e com vínculos com as lutas da classe trabalhadora mundial.

Trata-se das professoras e dos professores e do conjunto dos que atuam no chão da escola vincar a sua identidade como trabalhadores participando das lutas do conjunto da classe. Este vínculo nos permitirá enfrentar a pedagogia do medo que a ideologia do Movimento escola “sem” partido busca inculcar na categoria e, ao mesmo tempo, termos a solidariedade das organizações e instituições, movimentos sócias e culturais para as lutas no campo da educação.

Trata-se de um livro, portanto, que convoca a educadores de todos os níveis de ensino e as organizações, as instituições e os movimentos sociais e culturais que lutam pelos interesses da classe trabalhadora a não se renderem, mas buscar, coletivamente, uma agenda de lutas para a resistência ativa. Por isso, um livro de amplo interesse para educadores e lideranças que atuam na formação política e cultural dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo, Expressão popular, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **A crítica à razão dualista - O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2020.

Gaudêncio Frigotto

APRESENTAÇÃO

A educação e a escola pública se encontram em um dos momentos mais terríveis de sua história. Elas sempre sofreram ataques. No entanto, nunca sofreram tantos, em tantas frentes e de modo tão cerrado como no atual momento. Eles não só comprometem a realização do trabalho pedagógico, assolam a qualidade da educação e impedem o desenvolvimento do país e o condenam ao seu atraso e à eterna dependência, como abortam os sonhos, destroem projetos e minam as esperanças da presente e das futuras gerações.

A despeito dos ataques serem intensos e extensos, como foram e continuam sendo desfechados de forma parcelada, um após outro, às vezes, temos dificuldade de compreender o tamanho das ameaças e os desafios que representam para a educação, para a escola pública, para os profissionais da educação e para a sociedade brasileira.

A real dimensão dessa tragédia, somente fica clara quando vemos o conjunto do espectro que envolve a educação, quando analisamos a quantidade e a magnitude das mudanças e dos ataques, sobretudo, aqueles desencadeados a partir do golpe parlamentar, político, econômico, militar, judicial, midiático, branco e machista, orquestrado pela burguesia nacional, em conluio com o governo estadunidense, que culminou na deposição da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, e plantou em seu lugar, o golpista Michel Temer, e se aprofunda com os infindáveis ataques impetrados pelo governo de Jair Bolsonaro, ainda mais conservador, machista, retrógrado e autoritário.

Se considerarmos a dimensão de suas consequências e a amplitude de seus efeitos, pode-se afirmar que beiram a insanidade. E o pior é que não se trata de meras medidas para resolver uma situação de crise, conforme tem sido alardeado pelos políticos e pela imprensa, senão da classe dominante se aproveitar de uma suposta situação de crise para ampliar sua acumulação às custas da pauperização dos trabalhadores. Em seu conjunto, porém, configuram-se como um ataque sem precedente à educação e, por extensão, à classe trabalhadora.

Diria, portanto, que, caso não queiramos aguardar pelo pior, faz-se necessário realizar um diagnóstico adequado da realidade, trazer à luz todos os ataques, identificar precisamente o/s inimigo/s, seu tamanho, seu poder e as armas que utiliza/m, bem como, construir estratégias e formas de luta à altura dos desafios do momento e das exigências históricas dos trabalhadores.

Considerando-se, entretanto, que a educação se constitui num dos principais bens da humanidade, mediante a qual, as novas gerações podem acessar as experiências do passado, apropriar-se dos conhecimentos científicos e da cultura historicamente acumulada, compreender a história e a si mesmos, superar os desafios interpostos, garantir a vida e se humanizar, perguntamos:

- Qual a razão de tantos ataques ao conhecimento, à ciência, à cultura, aos trabalhadores?
- Qual o motivo de tantas perseguições e ofensivas à educação, à escola pública e aos profissionais da educação?
- O ensejo não estaria no fato de o capital se encontrar em seu grau máximo de concentração, de estar superacumulado, e o conhecimento, a ciência e a tecnologia?

- gia se encontrarem extremamente desenvolvidos, provocando o choque entre as forças produtivas e as relações de produção, ocasionando a crise?
- O golpe, as reformas e os ataques não seriam uma forma de a burguesia atualizar as relações de produção e adequá-las à nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas, na tentativa de resolver sua crise?
- Diante da voracidade do capital e de uma burguesia perversa, cruel e decadente, sem projeto de desenvolvimento social, preocupada apenas em aumentar a extração da mais valia e do lucro, se poderia esperar dela outra atitude senão a devastação e destruição, quer seja, dos direitos sociais, das condições de trabalho e vida dos trabalhadores, do meio ambiente, das empresas públicas, quer seja, da educação, da escola pública, dos profissionais da educação e do funcionalismo público?
- Logo, se a natureza, o trabalho, a educação, a saúde, a previdência e os direitos, significam vida, sua destruição não representa uma forma de extermínio?
- Enfim, diante do atual contexto, que tarefa cabe aos trabalhadores da educação e quais desafios e exigências se colocam para a classe trabalhadora?

Estas são questões que pretendemos esclarecer ao longo desta obra. Contudo, como nos diz Karl Marx, a aparência não coincide com a essência. Portanto, ao trazer à tona e elencar o conjunto dos fenômenos educacionais que nos atormentam, pretendemos, por meio da aparência, revelar aquilo que se esconde.

Dizendo de outro modo, não pretendemos fazer uma mera exposição ou um relato da quantidade e da qualidade dos ataques, ansiamos explicitar o amplo espectro que envolve a educação, a escola pública, os profissionais da educação, enfim, os trabalhadores, e buscar suas razões, ajudar a compreender o presente, averiguar o movimento histórico, apontar tendências e identificar possíveis saídas.

Entretanto, como estamos escrevendo no calor dos fatos, situados no “olho do furacão”, o desafio está em, a partir do local, do contexto presente, da realidade aparente, compreender o movimento universal, ditado pelas contradições, pelas lutas de classes e pelo nível de desenvolvimento do capital, para poder adotar a melhor, a mais eficiente e mais adequada forma de responder a ele.

Com este intuito, socializamos esta obra composta por quatro capítulos. O primeiro, intitulado “*A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás*”, discute acerca do golpe de 2016, que foi desencadeado sob a demagógica justificativa de que era necessário “estancar a corrupção” e “modernizar” o país, as relações de trabalho, a educação, a previdência, a saúde, isto é, de avançar, e demonstra que, ao contrário disso, as reformas realizadas, têm se revelado um verdadeiro retrocesso. Ou então, mostram que para a burguesia, “modernização” significa sinônimo de destruição.

O segundo, denominado “*Os desafios da pedagogia histórico-crítica face à devastação da educação e da escola pública*”, destaca o fato de que, ao realizarmos o trabalho pedagógico, não devemos negligenciar o que ocorre à nossa volta, que, muitas vezes, acaba impactando e comprometendo toda nossa diligência realizada entorno do ensino e da aprendizagem, aos quais dedicamos o melhor de nossas energias, de nosso esforço e de nossas vidas.

O terceiro, cognominado “*Educação pública em tempos de pandemia: causas da tragédia e saídas para a crise*”, avulta um conjunto de novos ataques desfechados contra a educação, apresenta suas causas, suas razões profundas, e aponta saídas.

Por fim, o capítulo quarto, chamado “*O novo coronavírus, a pedagogia histórico-crítica, a sociedade de classes e o internacionalismo proletário*”, discute acerca da tragédia do coronavírus que se abateu sobre todo o planeta, e revela que, dado o caráter de classe da sociedade, seus efeitos não são distribuídos nem sentidos de igual forma por todos.

Assim, enquanto para a grande maioria, isto é, para os trabalhadores, a crise é sinônimo de dor, perdas, sofrimento e aumento das desventuras, para uma minoria, para a grande burguesia, é utilizada para promover a festança, isto é, como forma de justificar reformas e mudanças com o intuito de aniquilar os trabalhadores, auferir vantagens e ampliar a acumulação.

Como dissemos, a classe dominante se aproveitou de uma suposta situação de crise para se locupletar. Se realmente existisse uma crise generalizada, certamente se aproveitaria o momento para realizar reformas e ajustar o conjunto da sociedade. Todavia, a falácia veio à tona no fato de que nenhuma das reformas realizadas pelo governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro para “resolver a crise”, implicou em qualquer prejuízo para a classe dominante. Todas foram despejadas sobre as costas dos trabalhadores, acarretando mais e mais sofrimentos e misérias.

Todavia, como são os trabalhadores que produzem tanto os conhecimentos quanto o conjunto dos bens materiais, cabe à educação e à pedagogia histórico-crítica possibilitar aos educandos o acesso aos bens culturais, ajudá-los a conquistar a consciência de classe, compreender a realidade e despertar para a luta pela transformação social.

Mas, como tanto o coronavírus quanto o capital são inimigos comuns dos trabalhadores em todo o mundo, além da unidade de classe a ser construída no âmbito local, também é necessário construir o internacionalismo proletário, a unidade dos proletários para além das fronteiras dos estados nacionais.

I

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE, OU COMO AVANÇAR ANDANDO PARA TRÁS⁴

1.1. Introdução

Em um curtíssimo espaço de tempo, a educação e a escola pública foram submetidas a um conjunto de ataques e mudanças que as atingiram de maneira direta e indireta, comprometendo decisivamente o ensino, a pesquisa e a socialização dos conhecimentos. Feitas de forma fatiada e fragmentada, conjugadas com uma série de ataques desencadeados contra a classe trabalhadora, somados ao isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus, dificultando a reação e o enfrentamento, a educação e a escola pública se encontram num dos momentos mais terríveis de sua história.

A real dimensão da tragédia, porém, somente fica clara quando reunimos e analisamos o conjunto dos fenômenos e ataques desfechados contra elas, sobretudo, a partir do golpe parlamentar, político, econômico, militar, judicial, midiático, branco e machista, orquestrado pela burguesia nacional, em conluio com governo estadunidense, que culminou na deposição da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, e plantou em seu lugar, o golpista Michel Temer, e se aprofunda com os infindáveis ataques desencadeados pelo governo machista, retrógrado e autoritário de Jair Bolsonaro. Em seu conjunto, configuram-se como um ataque sem precedente contra a classe trabalhadora.

1.2. No transcurso do/s golpe/s contra os trabalhadores

Convenhamos, o atual momento em que nos encontramos, no Brasil e no mundo, não deixa espaço para comemoração, seja em relação à educação ou aos direitos dos trabalhadores. Ao contrário, exige muita luta e resistência, não para avançarmos e conquistarmos mais direitos, pelo menos para não retrocedermos tanto, uma vez que os ataques e as perdas são uma companhia amarga dos trabalhadores.

Afinal, o que esperar de governos paranoicos e insanos que se aproveitam, como no caso do presidente Michel Temer, que foi aconselhado pelo empresário Nizan Guanaes para se utilizar de sua baixa popularidade e fazer as reformas ditas impopulares, isto é, que retirem direitos dos trabalhadores e ampliam os benefícios dos capitalistas? É como se dissesse, já que não tem mais nada a perder, promova um ataque fulminante contra os trabalhadores. Ou no caso de Bolsonaro, que afirmou que não veio para construir nada, que, ao invés disso, veio para destruir. “O Brasil”, afirmou o mandatário, “não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa”.

⁴ A elaboração deste capítulo foi iniciada em 2016, logo após o golpe que depôs a presidente Dilma Rousseff. Em 2017, com algumas alterações, foi publicado pela Revista Germinal. Nesse mesmo ano, foi publicado na coletânea “Crise da democracia brasileira”, pela Editora Navegando, sob o título: Reformas educacionais em tempos de golpe ou como avançar andando para trás. Por fim, passados quase 4 anos e sendo atualíssimo, com a infinidade de ataques impetrado contra a educação pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, reestruturamos o mesmo e o inserimos nesta publicação.

“E assim se fez!”, assim está se fazendo. É a institucionalização da desconstrução, da destruição e da devastação, que se transformaram em projeto de governo, seja em relação ao meio ambiente, à educação, à saúde, aos povos nativos, numa palavra, contra a classe trabalhadora.

Desse modo, com todos os ataques desencadeados, estamos longe de viver em um “mar de rosas”, de voar em um “céu de brigadeiro”, de nadar em águas tranquilas ou descansar em berço esplêndido. Ao contrário, encontramos-nos em um lamaçal de corrupção, a natureza está sendo completamente devastada, e os direitos dos trabalhadores transformados em cinzas.

A situação é tão calamitosa que as pessoas que divergem nem sequer tem a liberdade de externar o que pensam. Os tempos são de ditadura, de criminalização das diferenças, de formatação, de enquadramento e de pensamento único. É como se os carrascos não admitissem outra reação senão a submissão total e incondicional.

Ou seja, nos encontramos num dos momentos mais deprimentes da história, em que o capital se encontra extremamente concentrado e a violência, a repressão, os conflitos, os golpes, as guerras e mortes campeiam livremente, e que os ataques aos trabalhadores, além de não cessarem, procedem de todos os lados e das mais diferentes formas.

Esse avantesma se torna ainda mais temeroso e assustador na medida em que a classe trabalhadora se encontra fragmentada e desorganizada, com baixíssimo nível de consciência crítica. E, além disso, por ignorância ou corrupção, muitos trabalhadores são manipulados e cooptados. Consequentemente, a dimensão dos ataques se torna igual e contrária à consciência, à alienação, à fragmentação e à desunião dos trabalhadores.

Assim, não é de se estranhar que a classe dominante, em grande parte, composta por empresários corruptos, por parlamentares majoritariamente pouco ilibados, por juízes predominantemente parciais, muitos dos quais, mancomunados com a grande mídia manipuladora, tramem golpes, ataquem impiedosamente os trabalhadores, submetam o país de cócoras perante o império do norte e o capital internacional, e condenem uma nação inteira à vala da miséria, da ignorância, da indigência e do atraso.

Afinal, para essa classe, mais do que que a pátria, o povo e o país, suas preocupações se reduzem ao capital. Apesar da demagogia, pouco lhes importa a cor da bandeira. Seus interesses, confundem-se com a propriedade, o capital e o lucro. Daí, ao invés do império ser contido e combatido, os trabalhadores é que são transformados em inimigos, dignos de serem liquidados.

Não foi por acaso que, ao assumir o governo, ainda na condição de interino, uma das primeiras medidas adotadas por Temer, foi fazer uma “reforma ministerial”, realizada por medida provisória (MP 726/2016). Aliás, como não representava os trabalhadores, não dialogou com eles, ouviu somente os que patrocinaram o golpe. Sim, digo os que patrocinaram, pois, para atingir seus objetivos, precisaram manipular os páreas, tornar o impeachment uma espécie de “necessidade” e de consenso social. E, uma vez conquistado o poder, foram novamente descartados e restou o autoritarismo e as medidas arbitrarias.

Assim, com uma só penada, acabou com os Ministérios da Cultura, da Previdência, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, das Comunicações e do Desenvolvimento Agrário, dentre outros, dando mostras de a quem esse governo serviria.

Voltando ao velho e antiquado patriarcalismo, essas mudanças objetivam deixar explícito, na visão da burguesia, quem manda e quem deve obedecer, qual é o lugar de cada um no coliseu da história. Demonstra que cultura, igualdade de gênero, respeito aos direitos

humanos e igualdade social estão fora da agenda dos golpistas; que a propriedade privada é sagrada e intocável; que lugar de mulher é na cozinha e de negro na senzala, que a escola é para alguns e a saúde para quem pode pagar; que pobre deve continuar pobre ou perecer, e que as questões sociais, definitivamente, são casos de polícia.

Aliás, desprezando as lutas históricas das mulheres, Temer deixou explícito seu machismo até mesmo na homenagem que fez a elas por ocasião do dia internacional da mulher, em que as reduziu praticamente a “serviçais do lar”.

Enquanto as mulheres tomavam as ruas do país para protestar contra o feminicídio, a misoginia, as desigualdades de gênero, as agressões e os ataques a seus direitos e aos direitos dos demais trabalhadores, o presidente disparou:

Tenho absoluta convicção, até por formação familiar [...], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher. (MARREIRO, 2017).

Quanto às Mulheres, aos Negros e aos Direitos Humanos, foram integrados ao Ministério da Cidadania e Justiça, cujo ministro nomeado foi Alexandre de Moraes, que, naquele momento, dentre os atributos que o “qualificavam” para o cargo estava o fato de ter sido do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)⁵, o mesmo de Temer; ser afilhado do governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB, partido que ficou inconformado com a perda das eleições presidenciais e se tornou protagonista do golpe); ser acusado de receber R\$ 4 milhões em propina da construtora JHSF; ser acusado de plágio em sua tese de doutorado; fazer o contrário do que defendeu em sua tese doutoral, que acastelava que quem ocupasse cargo elevado em um governo não deveria assumir função no Supremo nesse mesmo governo; ter atuado como advogado da Transcooper (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais no Transporte de Passageiros em Geral na Região Sudeste), (acusada de ser usada pela facção criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital – para lavagem de dinheiro) e defesa do conhecido, corrupto e golpista ex-deputado e ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (responsável por aprovar as chamadas “pautas-bombas” com o intuito de criar problemas para o governo Dilma e desgastá-lo com o objetivo de justificar o impeachment) pelo uso de documentos falsos; de, como ministro da justiça, reunir-se com o então juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato e, dias depois, antecipar ações da Polícia Federal contra integrantes do PT (Partido dos Trabalhadores), seus adversários políticos.

Posteriormente, com a morte não bem explicada de Teori Zavascki, Moraes foi nomeado por Temer como ministro do STF (Superior Tribunal Federal), ficando responsável pela revisão de julgamentos dos políticos investigados pela própria Lava Jato. Além disso, em 2019, veio a público um áudio gravado em 2015, com autorização da Polícia Federal, em que Moraes, fez *lobby* no STF em favor de desembargador Alexandre Victor de Carvalho que era investigado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Convenhamos, com autoridades desse quilate, esperar o que da educação? Só se poderia ver o que presenciamos, avançar andando para trás. Milagre seria se fosse diferente.

⁵ Em 19 de dezembro de 2017, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) mudou de nome para MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Com um governo atolado em corrupção (o próprio presidente Temer se safou de dois processos de impeachment por corrupção utilizando dinheiro público para, como dizem os jornais, “comprar” deputados e evitar sua cassação), representando os interesses de uma fração da classe dominante, seguindo as orientações do empresário Guanaes, Temer partiu para o ataque contra os trabalhadores.

Cinicamente, porém, dizia:

[...] convenhamos, é muito desagradável imaginar que um governo seja tão estupidificado, tão **idiota**, que chega ao poder para restringir direitos [...] Nós queremos, por acaso, o mal do país? ... naturalmente teremos que ter sacrifícios, mas **não vamos tirar direitos de ninguém**. (PEDUZZI, LABOISSÈRE, 2016 – grifos do autor).

Aliás, a se considerar a distância entre os discursos e os atos, ou então, pela demagogia, praticada pelos governos Temer e Bolsonaro, dá para se concluir praticamente que, no transcurso do golpe e da implementação dos objetivos pelos quais foi desencadeado, a mentira, o cinismo e o autoritarismo se transformaram em marcas de governo.

Assim, sob discursos falaciosos, no intuito de “salvar o país”, esses governos de homens “ilibados” e “bem intencionados”, desencadearam o mais brutal ataque contra os trabalhadores e seus direitos.

Temer, por exemplo, falava: “Não vamos tirar direito de ninguém” ... Claro que o discurso não poderia ser diferente. Contudo, assim como a mentira se transformou numa condição necessária para desencadear o golpe (contra a Presidente Dilma Rousseff), também foi para ludibriar os trabalhadores e eliminar seus direitos.

Nada obstante, tanto Temer, como Eduardo Cunha, os ministros e os centenas de parlamentares investigados por corrupção em seus discursos diziam representar o povo e salvando o país. Entretanto, na prática tratoraram os trabalhadores e destruíram o país. Por isso, há que se ler os discursos desses políticos sempre ao contrário.

No caso de Bolsonaro, além de, de certo modo, personificar as *fake news*, também personifica o autoritarismo e não esconde sua aversão aos trabalhadores, aos seus direitos, às instituições, às leis, à educação, à defesa da vida, do meio ambiente, das populações originárias, dos homossexuais e, até mesmo, das mulheres, que considera de segunda categoria, frutos de uma “fraquejada”.

Para impedir que os trabalhadores compreendessem as implicações e consequências da PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional) que congela investimentos em educação e saúde por 20 anos, se organizassem e resistissem, o governo e sua “tropa de choque” no congresso, que a depender das denúncias de corrupção, mais se parece com uma gangue do que com representantes dos interesses de um país, tramitaram-na em caráter de urgência e aprovaram sem qualquer discussão.

Se alguém tem dúvida do nível e da respeitabilidade do congresso, basta verificar que, de uma só vez, o Procurador Geral da República solicitou a investigação de nada menos que 229 políticos por suspeita de corrupção. E são esses mesmos “imaculados”, “impolutos” e “ilibados” senhores que dizem estar preocupados em salvar o país, a educação, a previdência, as aposentadorias e os empregos de milhões e milhões de trabalhadores, e, para isso, é necessário fazer reformas e mais reformas. Ou seja, ultrapassamos a esfera da farsa e mergulhamos numa profunda tragédia!

Nem mesmo as piores ditaduras do planeta ousaram congelar investimentos/salários por 20 anos. Nem os países com situação econômica catastrófica, como no caso da Espanha, em que a taxa de desemprego atingiu 27%, ou a Grécia, que chegou a 28%, adotaram medidas tão absurdas como essa. Isso revela o nível dos políticos e da burguesia brasileira.

Temer foi capaz de superar o próprio governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de triste memória. Até então, nunca um governo se atreveu a atacar os trabalhadores com tanta fúria, desfaçatez e descaramento como o fez Michel Temer. Enterrar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), criada em 1943 e o que ainda restava da Constituição de 1988, tornou-se a meta.

No entanto, se Temer superou o governo de FHC em termos de ataque aos trabalhadores, o governo Bolsonaro foi além, foi capaz de superar a ambos. Combinou a devastação do meio ambiente, da flora e da fauna, com o aprofundamento do ataque aos trabalhadores, com elevadas taxas de desemprego e a realização de um governo autoritário exclusivamente a serviço do capital e do império estadunidense.

A PEC 241 impôs um congelamento unilateral e linear, que não discrimina áreas nem estabelece prioridades. O governo nem sequer pensou na possibilidade de ocorrer alguma catástrofe natural, algum furacão, uma estiagem prolongada, intempéries, pragas, ou uma epidemia ou pandemia, como a desencadeada pela Covid-19. Será preciso rezar muito e implorar aos deuses para terem piedade e clemência, para não ocorrer nenhuma desgraça, pois, o governo congelou os gastos e não há recursos para enfrentar problema algum.

Entretanto, ou o governo com sua legião de fundamentalistas, não implorou o suficiente para evitar doenças, catástrofes, epidemias e pandemias, ou suas preces foram tão fúteis que simplesmente foram desconsideradas e descartadas.

Assim, sobreveio uma das piores catástrofes da história do país, a pandemia do novo coronavírus, espalhando a Covid-19 e o pânico, cujo contágio atingiu 9.230.016 milhões e o número de mortos ultrapassou 225 mil pessoas (02/02/21).

Ora, se não há prioridades e se tudo está congelado, não carece nem mesmo de governo, nem de administrador, qualquer débil mental ou psicopata pode governar, não é mesmo!?

Todos esses ataques, revelam-se como um intervencionismo às avessas, com a finalidade de desmontar o Estado para fins sociais, de reduzi-lo ao “estado mínimo”, de estimular e favorecer a privatização das poucas empresas e instituições públicas que ainda restam, tanto no campo da educação, quanto nas demais áreas e empurrar a todos para a vala da irracionalidade e da esquizofrenia do mercado, onde cada um fica reduzido a mero indivíduo, responsável exclusivo por si mesmo, diante de diferenças sociais abissais e diante do poder avassalador do leviatã capital.

Assim sendo, sobra o autoritarismo, a repressão, a perseguição aberta e declarada aos servidores públicos, o arrocho salarial, o sucateamento das instituições públicas, a institucionalização da raiva, do ódio e da violência, e a entrega dos pobres, dos desempregados e desamparados à própria sorte.

Com esse quadro, não demanda de vidente para saber que abundam problemas sociais de todas as ordens. No entanto, como a mídia, isto é, quem a patrocina, tem interesse na pauta econômica, tudo é tolerado. Assim, de um lado, o empresariado comemora os ataques ao funcionalismo, e, de outro, a imprensa trata de azeitar os “mal feitos” e as falcatruas dos golpistas, aos quais se soma.

Contudo, ao se analisar as reformas e os ataques, alguém tem dúvida de que se trata de um golpe, e mais do que isso, de um golpe de classe? Alguém tem dúvida de que se estabeleceu um conluio entre políticos, empresários, a mídia e a justiça, e que todos se confraternizam enquanto atacam os trabalhadores? Não foi por acaso que o golpe foi desfechado desde o alto, por uma elite branca, rica e machista, “com o supremo, com tudo...”.

Diferente do golpe contra Fernando Collor de Mello, que foi dado pela classe dominante e a chave do cofre só mudou de mãos, mas permaneceu com ela própria, os ataques que resultaram na destituição da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, traduziram-se, como já mencionamos, num golpe contra a classe trabalhadora.

Nem o ex-presidente da Argentina Mauricio Macri serve de comparativo e de equivalente quando se trata de verificar a agressividade e os ataques desfechados por Temer contra os trabalhadores.

Enquanto os tarifaços de Macri, que não são nenhuma política de causar inveja a qualquer trabalhador, atingiram tanto os trabalhadores quanto os empresários, Temer em sua crueldade, quis “inovar” e ser “original”. Não esperou pelas eleições, nem deixou passar o período de interinidade. Durante o processo de consumação do golpe travestido de “impeachment”, o golpichment, passou imediatamente à ofensiva e tomou medidas como se fosse efetivo, ou se tivesse sido eleito.

Como na iniciativa privada, os patrões se encarregam de arrochar e impedir que os trabalhadores se unam, se organizem, lutem e se defendam dos ataques em função da dependência do emprego, Temer, representando a grande burguesia, foi seletivo, atacou exclusivamente os trabalhadores e, dentre eles, principalmente, os servidores públicos, que, dada sua capacidade de organização e mobilização, foram transformados na “bola da vez”.

Inicialmente, os empresários, o governo e a mídia trataram fazer uma campanha maquiavélica para difundir a ideia de que o Brasil estava mergulhado em uma profunda crise, que o responsável era o PT, e junto, procuraram convencer a sociedade que os trabalhadores e os servidores públicos são um estorvo, “parasitas”, que devem ser combatidos e exterminados. E como tática, utilizaram-se do medo, do pânico, do terror, da intimidação, à moda totalitária.

Assim, aparentando estarem preocupados com os destinos do país, com a geração de empregos e a qualidade de vida da população, apresentando-se como “salvadores e redentores”, diziam: “estamos em crise”. Caso não forem feitas reformas “o governo quebra” e não teremos dinheiro para “honrar os compromissos”, para “fazer investimentos sociais”, para “investir em educação e saúde”, para “pagar os salários dos funcionários e as futuras aposentadorias”, enfim, “mergulharemos no caos”. Para “salvar o país”, portanto, “é preciso adotar medidas amargas” e “impopulares”.

Desse modo, sob um discurso demagógico, produziram a crise, apontaram a causa e entregaram a solução.

1) Produção e legitimação da crise. Difundir à exaustão: “os juros estão altos”, “a inflação está fora do controle”, “os impostos são elevados”, “existe grande número de desempregados”, “o funcionalismo é improdutivo e está cheio de privilégios”, ...

2) A causa da crise. “O Estado cresceu muito”, “o Estado é perdulário, inoperante e gasta muito”, “o número de funcionários públicos é excessivo”, “há um desequilíbrio nas contas públicas”, “há um desequilíbrio entre os salários dos servidores públicos e os da iniciativa privada”, “o gasto com o funcionalismo obriga o Estado a aumentar os juros, majo-

rar os impostos, retirar dinheiro da iniciativa privada e cortar investimentos, impedindo o crescimento do país”.

3) A solução da crise. Para resolver a crise, passaram à ofensiva: fazer reformas, reduzir gastos públicos, acabar com os concursos públicos, demitir funcionários, enxugar/reduzir o Estado, congelar salários e promoções, fazer a reforma da educação, fazer a reforma trabalhista e da previdência, terceirizar, aumentar a contribuição e a idade de aposentadoria, reduzir vagas nas universidades, instigar a cobrança de mensalidades, cortar bolsas, acabar com a obrigatoriedade da Educação Básica e do ensino noturno, cortar programas e direitos sociais, fazer a reforma administrativa, acabar com os concursos públicos e com a estabilidade, privatizar o SUS (Sistema Único de Saúde), sucatear e privatizar as instituições públicas

Enfim, o que pretendem é transformar tudo em cinzas...

Assim, na divisão das tarefas, aos empresários e políticos coube a tarefa de intensificar a campanha contra o aumento dos juros e fazer a crítica da elevação de impostos, simbolizada no tal do “impostômetro”; aos pastores, “abençoar” a cruzada; à imprensa, mostrar os sinais da crise (mostrar números sobre o aumento da violência, o crescimento do desemprego e das drogas, os problemas na saúde, os baixos índices de aproveitamento escolar, dentre outros) e repeti-los à exaustão, dando voz apenas aos golpistas, sem permitir que os atacados (os trabalhadores), pudessem falar. E a todos eles, coube atacar o crescimento do estado, o funcionalismo e os gastos públicos. Com isso pavimentaram o caminho do golpe, franquearam os ataques e a realização de todas as reformas possíveis para desmontar o Estado e destruir os direitos e os programas sociais.

Desse modo, mediante pretexto de representar o povo, um governo foi derrubado e outro açambarcou o seu lugar, empunhou o leme do Estado e passou a moldá-lo segundo os interesses do capital, reprimindo e esmagando os trabalhadores.

Agora, já não há nem mesmo a “conciliação de classes”, trata-se de um governo “puro sangue”, do capital a serviço do capital. Veja que, dos 513 deputados federais, mais de 170 são empresários e em torno de 200 são profissionais liberais. A maioria deles é empresário ou foi patrocinado e bancado por empresários, que, como vimos, estão longe de serem “franciscanos”, de fazer caridade e ter respeito à causa pública. Pode-se dizer, portanto, que são os interesses privados gerindo o serviço “público”.

Isso deixa claro que, como afirmam Marx e Engels (1999), o “Estado não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a burguesia”. Nas palavras de Engels, “não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra (...)”.

Por isso, se os trabalhadores realmente quiserem construir uma nova humanidade não basta apenas transferir o velho aparato ideológico, bélico e militar da burguesia para as suas mãos (ORSO, 2007, p. 180).

De acordo com Marx,

[...] o proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diversas frações em suas sucessivas horas de triunfo, simplesmente se contentar em apoderar-se do aparelho estatal existente e dirigi-lo como se apresenta para seus próprios fins. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar a máquina existente e destruir este instrumento de dominação de classe (*apud* BARSOTTI, p. 2002, p. 159).

Quando o PT assumiu o governo (2003), mesmo estando envolto por um parlamento fisiológico e corrupto, em vez de fazer um governo exclusivamente voltado para a classe dominante, como ocorreu ao longo de 500 anos, a despeito de não fazer uma opção de classe, de estar longe de ser um governo revolucionário e de não realizar transformações profundas, dada sua origem do seio da classe trabalhadora, dentro do que era possível nas condições do momento, fez um conjunto de mudanças que garantiram avanços para a classe trabalhadora.

Digamos que o Presidente Lula, lendo as condições adversas para se fazer mudanças profundas, tendo em vista o contexto geral da América Latina e do mundo, não se lançou em qualquer aventura, nem alimentou ilusões. Traçou como meta, garantir no mínimo três refeições para todas as pessoas. Isto significava, garantir alimentação, saúde, moradia, condições básicas e fundamentais para a sobrevivência de todos.

Então, quando o governo e os empresários falam que o Estado cresceu muito, que no país tem muitos impostos e que a mão de obra é muito cara e desestimula investimentos; quando falam que é preciso enxugar o Estado, reduzir custos, garantir “segurança jurídica” e tornar o mercado mais atrativo para que as empresas voltem a investir e gerar empregos, traduzindo, significa que vão atacar os trabalhadores, precarizar as condições de trabalho, extinguir seus direitos e expropriar até mesmo as migalhas conquistadas.

Como não poderia deixar de ser, porém, as justificativas alegadas para realizar as reformas, era que estavam preocupados em combater a corrupção, salvar os empregos, a previdência, a aposentadoria, a saúde, a educação, enfim, melhorar a vida dos trabalhadores.

Entretanto, não é de se estranhar tamanha preocupação dos empresários e de um governo composto por homens ricos, brancos, corruptos, machistas e racistas? Alguém que se locupleta com o suor do trabalho alheio, que vê os trabalhadores conquistando alguns direitos, estará preocupado em diminuir a exploração, acabar com a mais-valia e minorar os sofrimentos alheios? Não nos enganemos. A história já demonstrou que nenhuma reforma proposta por esses senhores tem a preocupação de melhorar a vida dos trabalhadores.

Contundo, apesar de estarem longe de viver no paraíso, quem estava em crise não eram os trabalhadores, era o capital, que, encontrou na ampliação do acesso à saúde, da educação e na melhoria das condições básicas de vida, um limite à ampliação de sua acumulação.

Diante disso, a burguesia se rearticulou, organizou-se e partiu para o ataque, não só para frear as conquistas dos trabalhadores e, em especial, do funcionalismo público, mas para restabelecer “a ordem e o progresso”, quer dizer, o retrocesso, e impedi-los de alimentar esperanças e sonhar com dias melhores.

É essa a metodologia de ação do capital e da burguesia. Para resolver suas crises, primeiro criam dificuldades, depois se apresentam como salvadores e, por fim, comparecem receitas “milagrosas/fantásticas/calamitosas”.

Como disse o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), investigado por fazer parte de organização criminoso, traduzindo e expressando os interesses do governo, “Quem não tem dinheiro não faz faculdade” (CONGRESSO EM FOCO, 2016). Simples assim!

No bom português, porém, significa que, quem não tem dinheiro não só não acessa o ensino superior, mas também não vai ao médico, não compra remédios, não compra casa, não compra comida, não compra roupas... Se quiser ter acesso necessita pagar por esses serviços a quem patrocinou o golpe e se apropriou daquilo que era público.

Aos demais, sobra a opção de morrer passivamente e esperar que seu sacrifício seja recompensado apostando na existência do paraíso. Pois, nem mesmo o direito de reação lhes é assegurado. E aos que não acreditam nessa “promessa” e não aceitam morrer sem se indignar e reagir, sem emprego, sem condições de vida digna e sem esperança no futuro, na tentativa de se manter vivos, resta a alternativa do roubo e da violência. Aí, “em nome da ordem e do progresso”, baixa a polícia e a repressão. E, como falta educação, saúde e assistência social, ... também faltarão presídios.

Como tem ocorrido na Argentina, no Brasil, os governos Temer e Bolsonaro, por meio de suas reformas, querem empurrar os que ascenderam à chamada “classe média” durante os governos petistas, de volta para a “classe baixa”, e os que passaram a ter direito a um prato de comida, empurrá-los novamente para a vala da miséria ou exterminá-los.

Isso, de um lado, significa menos casas, saúde e moradia, menos comida na mesa, menos educação e mais pobreza, mais violência ..., e de outro, mais riqueza e concentração de capital. Noutras palavras, significa aumento das diferenças sociais, da distância entre ricos e pobres.

O próprio Banco Mundial afirmou que “até o final de 2017, 3,6 milhões de brasileiros poderiam voltar a viver abaixo da linha da pobreza”. (UOL, 2017). Isto não é nada acidental. Faz parte da estratégia da burguesia para aumentar o exército de reserva, aumentar a pressão sobre os salários, rebaixá-los e garantir mão de obra barata e precária nos domicílios e empresas.

1.2. A construção das justificativas para o ataque à escola pública

Apesar de ser considerada um “direito humano fundamental”, a educação não só não escapou da sanha dos golpistas e reformadores, como se transformou em um dos principais alvos dos ataques, que não dão tréguas. Governo, políticos, empresários, a grande imprensa, e, por extensão, uma significativa parcela da sociedade, que se tornou refém de intensa propaganda midiática, promovem um verdadeiro bombardeio contra a escola e a universidade pública. E o pior é que o fazem com o maior cinismo, como se estivessem preocupados com a aprendizagem das crianças e jovens.

Quem, por exemplo, não ouviu e não continua ouvindo reclamações como essa: “O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) revela que a escola pública vai mal”, “o Ensino Médio está ruim”, “a educação é muito teórica”, “há muita teoria e pouca prática”, “os professores não ensinam”, “na universidade pública só estudam os ricos”, “estamos numa profunda crise e a escola não prepara a mão de obra para o mercado”, “em vez de ensinar, os professores doutrinam os alunos”, “no funcionalismo público só tem vagabundo e parasita”.

Até parece que políticos, empresários, entidades empresariais, governos, juízes e a mídia se converteram em defensores da educação, enfim, parece que estão preocupados com a evasão escolar, com a aprendizagem, com os índices de aproveitamento, com a qualidade do ensino, com a elevação do nível cultural dos trabalhadores.

Não vamos aborrecer ninguém, trazendo aqui os problemas históricos da educação, que vão desde a formação dos docentes às condições de trabalho, às salas superlotadas, à infraestrutura e os baixos salários, à fragmentação do conhecimento, à qualidade da educação, que já são velhos e por demais conhecidos. Entretanto, perguntamos: Será que ao propor as reformas educacionais e a forma como o fazem, revela que estão preocupados em

resolver tais problemas? Observemos alguns fatos para ver no que se traduz a tal preocupação da burguesia e do governo com a educação.

Em meados de 2016, por exemplo, a imprensa, o governo, os políticos e parte da sociedade, fizeram um estardalhaço ao anunciar aos quatro ventos, que, em 2015, 91% das escolas públicas avaliadas no Enem tiveram resultados piores que no ano anterior e, seis de cada 10 apresentavam queda na avaliação em relação a 2014. Enquanto isso, na rede privada, apenas 17% delas tiveram resultado pior do que no ano anterior.

De acordo com o levantamento, a média atingida entre todas as escolas avaliadas foi de 515,8 pontos. No caso das escolas públicas, das 8.732 escolas avaliadas, 7.973 ficaram com notas abaixo dessa média, enquanto, das 6.266 privadas, apenas 1.067, ficaram com índices abaixo dela.

Segundo o IDEB, em 2015, o Ensino Médio nem sequer permaneceu estagnado, pois, a média das escolas do país apresentou resultados iguais aos de 2011, com índice 3,7, portanto, abaixo dos 4,3 que era a meta estabelecida. No Ensino Fundamental 2, que compreende do sexto ao nono ano, a média foi um pouco melhor, ficou em 4,5. Mesmo assim, abaixo de 4,7 que era a meta prevista.

De fato, os dados não são animadores. A questão é que são tomados alguns deles, que até podem ser “reais”, porém, não com a finalidade de superar os problemas e melhorar a educação, mas sim para, como veremos adiante, piorá-la ainda mais.

Ou seja, como diz o ditado: “Se dá para piorar, porque melhorar!?”. Há que se ficar alerta, pois, uma suposta verdade pode acabar sendo usada para legitimar uma série de ataques. Como diz Jean Wyllys (2016), “Toda mentira bem elaborada, para ser convincente, precisa começar apontando alguns fatos verdadeiros”.

Foi com base nesses dados e sob a justificativa de que a educação está ruim, que estamos atrasados em relação a outros países e que as escolas privadas apresentam melhores resultados, que o então ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou que pediria urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 6840/2013 que propunha a mudança do currículo do Ensino Médio. Mas, caso encontrasse dificuldades para aprová-la, pediria ao Planalto (presidente) que fizesse por meio de uma Medida Provisória para garantir celeridade na mudança curricular. É urgente “modernizar” a educação, afirmava o “eminente” ministro.

Entretanto, como é próprio de um governo golpista, há uma imensa distância entre o discurso e a prática. Se no discurso aparentava certa preocupação com a qualidade da escola, as medidas adotadas caminham exatamente no sentido contrário, revelavam o interesse em seu desmonte; se, no discurso, falavam em modernizar, as reformas acarretam severos retrocessos e amargas aos professores e à qualidade da educação, comprometem o ensino e a aprendizagem, e sucateiam a infraestrutura.

É nesse contexto que se inserem tanto a PEC 241/55 - 2016, também conhecida por políticos como a “PEC dos gastos”, e pelos educadores, como a “PEC do fim do mundo”, aprovada 29 de novembro de 2016, e a Reforma do Ensino Médio, aprovada no dia 16 de fevereiro de 2017, e os sucessivos cortes de investimentos em educação. Isso significa que o governo, não satisfeito em congelar os investimentos, frear o aumento de acesso à escola e à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, tratou de cortar recursos e provocar o desmonte da educação pública.

1.3. A catastrófica PEC dos gastos e suas nefastas consequências para a educação e a escola pública

Apesar de Temer ter afirmado no lançamento da Reforma do Ensino Médio, que não haveria falta de recursos para a educação, isso não passou de mais uma falácia. De acordo com a Conof (Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira) da própria Câmara dos Deputados, com a aprovação da PEC 241/2016 (PL 55) deve ocorrer uma redução de nada menos que R\$ 24 bilhões nos investimentos anuais em educação. Essa perda, porém, é apenas uma estimativa inicial que corresponde à diferença entre o mínimo de 18% que a Constituição Federal estabelece como obrigatório para União investir e os gastos previstos para 2017 acrescidos da inflação do ano anterior. Todavia, com os cortes que já se sucederam a partir de então, a redução dos investimentos deve aumentar em muito.

Assim, significa que se somarmos as perdas acumuladas durante os 20 anos, somente por conta da aprovação dessa PEC, sem contar outros cortes feitos tanto por Temer como por Bolsonaro, como veremos nos próximos capítulos, a educação sofrerá um prejuízo de aproximadamente 480 bilhões de reais. Além disso, só no final de março de 2017, com o chamado “ajuste fiscal”, de uma só vez, o governo Temer cortou outros R\$ 9,4 bilhões, reduziu o número de vagas no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e eliminou o “Ciência Sem Fronteira” (modalidade graduação).

Segundo o próprio governo, ou seja, não é nenhum crítico que está falando, quando comparado com 2016, em 2017, as universidades sofreram corte de até 45% dos recursos previstos para investimentos e 18% para custeio.

Destaque-se que as universidades já passavam por uma grave crise financeira, sendo forçadas a cancelar programas e contratos, deixar de pagar contas. Então, se considerarmos que, em 2016, as IES (Instituições de Ensino Superior) deveriam distribuir 50% das vagas para alunos pobres, pretos e pardos, com os cortes a serem feitos ao longo dos próximos anos, quem vai pagar a conta, arcar com as consequências e ficar de fora das universidades serão exatamente os filhos mais pobres e mais marginalizados da classe trabalhadora. Noutras palavras, a burguesia continuará garantindo mão de obra barata e serviços para seus lares...

Observe-se que só em 2015, a despeito da crise, o Pronatec, o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), garantiram matrícula a cerca de dois milhões de estudantes em instituições privadas.

Todavia, apesar de o ministro Mendonça Filho ter afirmado que, em 2016, não abriria novas vagas, somente o fez por pressão dos donos das instituições privadas, que em sua maioria também foram parceiros no apoio ao golpe.

Veja que, enquanto o custeio básico para todas as universidades federais do país, em 2014, não passou de R\$ 2,4 bilhões, o orçamento para o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), em 2015, chegou a R\$ 15 bilhões. Ou seja, os dados não deixam dúvida de que, se o ensino público já não gozava de grandes privilégios durante o governo anterior, cujo programa “Pátria Educadora” foi sabotado, a partir do governo Temer deixou de ter qualquer relevância. Assim, com essa “política de amigos”, o governo tratou de evitar nova quebra de mercado do setor privado como ocorreu no governo de FHC.

No dia 14 de outubro de 2016, por meio da Portaria Normativa nº 20/2016, Mendonça Filho determinou a redução de vagas nos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino de todo o país. No caso da Universidade Aberta do Brasil, voltada para a

formação de professores, já havia determinado a redução de 78% das vagas para 2017. Além disso, determinou não só a não abertura de novas bolsas produtividade, como a redução de 20% a 30% das existentes (ALBUQUERQUE, 2016), comprometendo a já deficitária pesquisa realizada no país.

Para se ter uma noção do impacto e do retrocesso que a PEC representa, basta ver alguns dados. Por exemplo, entre 2003 e 2014, o número de matrículas no Ensino Superior aumentou em cerca de 100%. Passou de 600 mil alunos, para mais de 1,2 milhões, mesmo assim, ainda muito longe do necessário. Apesar disso, representou um crescimento extraordinário quando comparado aos governos anteriores. Nesse período, foram criadas 214 escolas técnicas e 18 universidades, muitas delas no interior do país, fora dos grandes centros, sempre negados e “esquecidos” pelos governantes. Considere que, se o congelamento já estivesse em vigor desde 2003, nada disso teria sido possível.

Isso revela que a “PEC do fim do mundo” se constitui num dos principais golpes desfechados contra a educação e a escola pública, desencadeado pelo governo de Michel Temer.

Em âmbito federal, no caso da ciência, o orçamento de 2013, já descontada a inflação, foi de R\$ 7,9 bilhões, e em 2016, de R\$ 4,6 bilhões. Isso representa uma perda de 40%. Em 2017, ficou em torno de R\$ 5,9 bilhões. Ou seja, um verdadeiro retrocesso.

Somem-se essas perdas nos investimentos em educação, o fato de que os governos Temer e Bolsonaro privatizaram diversos poços de petróleo, e outros, ainda irão ser privatizados, acarretando uma redução ainda maior nos investimentos em educação, pois, o governo Dilma havia aprovado a destinação de 25% dos recursos do Pré-Sal para a saúde e 75% para a educação.

Além disso, Temer e seu então ministro de Relações Exteriores, José Serra, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), por meio de um projeto apresentado por este enquanto senador, aprovaram o fim da obrigatoriedade da Petrobrás de participar como sócia com no mínimo 30% em todos os campos de exploração do Pré-Sal. Destaque-se que, enquanto candidato à Presidência da República, em 2002, ele já havia se comprometido com as petroleiras estadunidenses de quebrar o monopólio da Petrobrás.

Consequentemente, se a medida desagrade e prejudica o povo, a saúde e a educação brasileiras, certamente não ocorre o mesmo com as megaempresas petrolíferas. Todavia, à despeito de todos esses prejuízos para a educação e para a sociedade brasileira, durante a sanção da MP do Ensino Médio, Temer deixou claro: “Este é o rumo que o Brasil precisa...”.

Então, na esteira dessas medidas, foram desencadeados mais uma infinidade de ataques, como o fim do Programa Ciência Sem Fronteira na modalidade graduação, o corte de 35 mil bolsistas, a redução dos recursos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), a diminuição extraordinária dos recursos destinados ao PET (Programa de Educação Tutorial) que envolvia 842 grupos de estudantes sob a coordenação de docentes de 121 instituições de Ensino Superior, assim como, o comprometimento do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) que articula o Ensino Superior à educação básica, do mesmo modo que os Programas PRODOCÊNCIA e ProExt, a redução das vagas oferecidas pela UAB (Universidade Aberta do Brasil), o corte dos recursos destinados ao PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa), o PNEM (Pacto Nacional pelo Ensino Médio) e o PRONATEC, além da redução drástica dos investimentos em saúde, atingindo diretamente o SUS.

Entretanto, apesar dos governos petistas serem de “conciliação de classe”, dentre outras conquistas, possibilitaram a criação de universidades, multiplicaram as vagas no Ensino Superior, destinaram bolsas de estudo para alunos de graduação e de pós-graduação no país e no exterior, criaram o PROUNI, Escolas Técnicas, o Bolsa Família, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos e multiplicaram por mais de 4 vezes o salário mínimo, que passou de R\$ 200,00 em 2002 e chegou a R\$ 945,80, em 2017.

Diante disso, no intuito de frear as conquistas, como porta voz da iniciativa privada, do conservadorismo e do atraso, depois de falar que o país possui uma das mais altas taxas tributárias dentre os países em desenvolvimento, sem dizer que são os pobres os que mais pagam impostos, e que estão altos porque os ricos sonegam, o jornal *O Globo*, em seu editorial intitulado “Crise força o fim do injusto Ensino Superior gratuito”, diz que,

Para combater uma crise nunca vista, necessita-se de ideias nunca aplicadas. Neste sentido, porque não aproveitar para acabar com o Ensino Superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social. Paga quem puder [...]. Funciona assim, e bem, no ensino privado. (O GLOBO, 24.07.16).

Diante disso, contra argumentamos e ressaltamos que estamos dispostos a realmente acabar com o “injusto” Ensino Superior. Mas, como o consideramos importante para a apropriação da cultura historicamente produzida pela imensa maioria da população, para o desenvolvimento das potencialidades humanas e para a humanização e emancipação do homem, queremos acabar com a “injustiça” e não com o Ensino Superior público.

Então, se ele é injusto porque os ricos (filhos de empresários, juizes, políticos, desembargadores etc.) se encontram em seus bancos, enquanto os pobres são obrigados a se submeter aos altos custos do ensino privado, então, em vez de acabar com sua gratuidade, com o ensino público, porque não proibir que os filhos de empresários, burocratas e políticos ingressem nessas universidades e reservá-las tão somente para os trabalhadores e seus filhos? Ok? Estamos de acordo?

A questão efetiva, entretanto, não é exatamente esta. O que pretendem é acabar com a educação e a escola pública, apropriar-se dela, obrigar todos os alunos pagarem (duplamente), transformá-la em mercadoria e em meio de ampliação de capital, e impor suas ideologias e sua concepção de mundo, isto é, doutrinar efetivamente, construindo um mundo à sua imagem e semelhança, em função de seus interesses.

O absurdo é que a defesa da privatização da escola pública não ocorre em função da preocupação com a qualidade da educação ou porque as instituições privadas são melhores. Muito pelo contrário, além de praticamente não fazerem pesquisas, haja vista que, mais de 95% delas são realizadas por instituições públicas (federais, estaduais e municipais), os resultados do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) comprovam que o ensino nas instituições privadas também é de péssima qualidade.

Mais de 40% dos cursos superiores de instituições particulares de ensino (com e sem fins lucrativos) tiveram desempenho considerado ruim na última edição do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), aplicado em 2019 – antes da pandemia. Entre universidades federais, essa taxa foi de 5,3%. Entre as estaduais, 11,3%. (BERMÚDEZ, 2020).

Esse mesmo exame também revelou que, “dos 510 cursos de graduação que receberam a nota máxima, 67% são de instituições públicas federais”. E para não deixar dúvida sobre quais são as instituições que oferecem ensino de melhor qualidade, se as públicas ou privadas, o ENADE também mostrou que “dos 1.426 cursos de graduação de instituições federais, 23,9% receberam conceito cinco. Entre os 6.360 cursos de universidades privadas, apenas 1,4% obtiveram a avaliação máxima” (APUFSC, 2020).

Contudo, o governo Bolsonaro, aproveitando-se da tragédia da pandemia do coronavírus, quer aumentar ainda mais a EaD (Educação a Distância) nas instituições públicas, do mesmo modo que ocorre nas privadas. Aliás, os dados do Censo da Educação Superior de 2019, revelam que já tem ocorrido um forte crescimento dos cursos à distância na rede privada. Entre 2018 e 2019, o aumento dos cursos superiores à distância, foi de 19%, contra apenas 3,8% nos cursos presenciais. Não custa lembrar que, mais de 50% dos cursos à distância/privados, apresentam resultado ruim.

Portanto, se os cursos que apresentam melhor desempenho são públicos, se o governo quer ampliar os cursos de Ensino Superior privados, que são de péssima qualidade, o que isso significa? Estarão os privatistas, o governo, a burguesia e seus porta-vozes, preocupados com a melhoria da qualidade da educação? Estarão interessados em oportunizar o acesso aos conhecimentos científicos para a maioria da sociedade? Ou estão apenas interessados em destruir a escola pública para diminuir gastos, ampliar os lucros e a ignorância?

Como dissemos, utilizam-se de alguns argumentos que até podem ser reais, no entanto, não para resolver os supostos problemas existentes, ou melhor, quererem resolver de acordo com o espírito privatista e destrutivo, em sintonia com concepção da fração burguesa que açambarcou o poder.

Nessa perspectiva, depois de ficar engavetado por 13 anos durante os governos do PT, atendendo aos *lobbies* dos empresários da educação, o ministro da Educação Mendonça Filho, resgatou o projeto já defendido durante o governo de FHC que previa a cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

Em audiência com dirigentes do Proifes-Federação (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico) no dia 16 de fevereiro de 2017, a secretária executiva do MEC (Ministério da Educação e Cultura), professora Maria Helena Guimarães de Castro, que foi presidente do INEPE (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) do MEC, entre 1995 e 2002, durante o governo entreguista e privatista de Fernando Henrique Cardoso e também exerceu o cargo de Secretária de Educação nos governos do PSDB em São Paulo, defendeu veementemente a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais.

Eu sou de universidade, defendo a educação pública, mas acho que temos de olhar para a situação real. Não podemos criar situações incompatíveis com o mundo que estamos vivendo, de queda de receita, de mudança no paradigma da economia do país. Nós só aumentamos em folha de pagamento. (PROIFES, 2017).

E continuou: “Aliás, nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independentemente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real”. Contrapondo-se aos que defendem a gratuidade da graduação e da pós-graduação pública e à cobrança de mensalidades, a secretária disparou: “Ah, mas vai

ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidades)”. Para enfrentar as resistências, destacou: “E quando a maior universidade pública do país começar a cobrar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira”.

Tudo isso reforça a ideia de que as críticas do governo, dos empresários e da mídia à educação não são sérias, têm outros interesses, a sua privatização. A história assim o comprova. Portanto, como dissemos, há que se ler os discursos em seu sentido contrário. Treinados para o uso da retórica e da neurolinguística, torcem, entortam, distorcem, dobram a língua e florescem os discursos com o intuito de convencer incautos.

No entanto, como em geral não vêm acompanhados de uma prática correspondente e coerente, transformam-se em artifícios utilizados para camuflar os reais motivos e interesses inerentes às reformas, sem qualquer preocupação de superar e resolver as reais deficiências históricas da educação. Ao contrário, visam aprofundá-las.

Para piorar a situação, como orquestraram e provocaram uma profunda crise para poder justificar os ataques, a crise passou a existir de fato. Consequentemente, nos encontramos num dos piores momentos em termos de investimentos nas áreas das ciências humanas e sociais dos últimos anos. Isso significa que a entrada em vigor da PEC 241, congelou o que já estava muito ruim.

No entanto, ao congelar os investimentos, como é óbvio, não congelam junto as condições existentes. Ao invés disso, transformada na grande vilã, na responsável pelo atraso do país, promovem uma série de reformas sob a justificativa de “salvar a educação”. Assim, enquanto congelam os investimentos, fazem reformas e pioram as condições de trabalho, ironicamente, cobram da educação que dê conta e resolva os problemas (milagrosamente). Desse modo, transformam o que já estava ruim, em algo ainda muitíssimo pior.

No entanto, quando verificamos o tamanho da corrupção, por exemplo, e que os benefícios de apenas um parlamentar equivalem ao salário de 344 professores, começamos a constatar que tem alguma coisa de errado, e que não são os profissionais da educação e seus salários, os responsáveis pela crise.

1.4. A Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e a “urgência e relevância” de andar para trás

Como vimos, do ponto de vista econômico, a PEC dos gastos, por si só, já acarretava grandes prejuízos à educação, pois, além de impedir investimentos, bloqueou e impediu a melhoria das condições de trabalho e os avanços na qualidade e na ampliação do acesso.

Todavia, esse ataque era insuficiente para cumprir com os objetivos do golpe, desativar as porteiças da privatização da escola pública, conter o avanço no acesso aos conhecimentos científicos e colocá-la a serviço do mercado. Daí, a “relevância” e a “urgência” do governo golpista em fazer a Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016), sem discussão, e, por meio dela, forçar a reestruturação de todo o sistema educacional, desde a base até o teto, da Educação Infantil à Pós-Graduação.

Por meio da REM, os políticos queriam enviar um recado aos professores. Se a educação está mal e se são eles que ensinam ou deixam de ensinar, a conclusão lógica, líquida e certa, é que a qualidade da educação e da escola é responsabilidade dos professores. E se a responsabilidade pelo “fracasso” é deles, é preciso tirar de suas mãos as decisões sobre os seus rumos. Por isso, não foram chamados para discutir, nem opinar e, muito menos, parti-

cipar da Reforma, pois, são entendidos como parte do problema e não da solução. Assim, foi feita por Medida Provisória.

Entretanto, se o governo não ouviu os profissionais da educação, ouviu a quem? Ouviu os movimentos Pró-Impeachment, como o MBL (Movimento Brasil Livre), Vem Para a Rua (VPR), Revoltados *On line*, os empresários bilionários, e as fundações e institutos empresariais. Foram eles que estabeleceram a pauta das reformas educacionais. Dentre essas fundações e institutos, encontra-se a Fundação Itaú, presidida por Alfredo Egydio Setubal; o Instituto Unibanco, presidido por Pedro Moreira Salles (9º mais rico do país e do conselho curador do Itaú); a Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann (mais rico do Brasil e 19º do mundo); o Instituto Inspirare, presidido por Bernardo Gradim (47º mais rico do país); a organização Todos pela Educação, presidido por Jorge Gerdau Johannpeter (já foi o 48º mais rico do país); o Instituto Natura, fundado por Antônio Luiz Seabra; e o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, presidido por Marcos Magalhães, amigo pessoal do ministro da Educação. Ou seja, ouviram todos os interessados na privatização e destruição da educação e da escola pública, menos os que nela atuam e que a defendem.

Ressalte-se que, muitos destes ilibados senhores são acusados de lavagem de dinheiro, corrupção, sonegação de impostos e de possuir contas em paraísos fiscais. E, por incrível que pareça, diferente dos estudantes e professores que resistem e lutam contra o desmonte da escola pública e são criminalizados, são apresentados pela mídia como apartidários, “pessoas de bem”, preocupados com a qualidade da educação.

Então, em sintonia com mesma lógica e no velho estilo tecnicista dos anos de 1970, inclusive piorado, pois, nem as reformas educacionais feitas durante a ditadura (1964-1985), foram realizadas por meio de decretos ou medidas provisórias, chamaram alguns “técnicos”, “sábios” e “expertos”, com “notório saber”, para “salvar a educação”, obrigando os professores e escolas simplesmente a executar as determinações superiores, sem hesitar e reclamar, e, inclusive, acatar sem resiliência os cortes de recursos, a retirada de direitos, o achatamento salarial, o aumento da alíquota de contribuição e do tempo para possível aposentadoria, a perseguição realizada por muitos pais, quando não da polícia e de políticos, como veremos adiante.

Assim, do alto da “sapiência”, do “compromisso” e da “preocupação” com a “qualidade do ensino”, o governo e seus ministros, decretaram: O ensino passa a ser integral..., a carga horária das escolas passa de 800 para 1400 horas, a jornada de aula passa de quatro horas diárias para sete... enfim, “agora” os alunos terão liberdade para escolher o curso que quiserem fazer e o rumo que querem seguir.

Não é uma maravilha tamanha preocupação de “suas excelências” com a educação? Quem não é a favor da elevação da carga horária e da melhoria do ensino? Contudo, quando passamos das aparências à essência, da retórica à prática, vemos que a suposta preocupação, não passa de uma peça de retórica, pois, parte exatamente de quem nunca teve tal preocupação, como sempre combateu a escola pública e defendeu sua privatização. Logo, há que se ficar alerta.

A transformação da educação em “escolas de tempo integral”, propagandeada como panaceia para os problemas educacionais, não passou do discurso e de uma grande peça midiática. Primeiro porque se antes os recursos já eram insuficientes, com o congelamento dos investimentos por 20 anos, somado aos sucessivos cortes, a situação piorou em muito. Segundo, porque o número anunciado de escolas a serem transformadas em tempo integral em um país como o Brasil, de dimensões continentais, é irrisório. Além do mais, só

serão autorizadas a funcionar em tempo integral, as escolas que se submeterem e acatarem as exigências e determinações dos “sábios” e “expertos” de plantão, a critério do Ministério da Educação, que, aliás, nesses governos não goza de muita credibilidade. Traduzindo, a “educação em tempo integral” não passa de uma propaganda enganosa.

Todavia, para entender melhor a Reforma, como mencionamos, não podemos esquecer que foi realizada por meio de uma Medida Provisória, decretada durante o transcurso de um ataque parlamentar, político, econômico, militar, judicial, midiático, branco e machista, sem precedente, orquestrado por uma elite, tendo como protagonistas um governo golpista e um ministro privatista, cujo partido, sempre foi avesso ao ensino público.

Não por acaso, para ministro da Educação, foi nomeado Mendonça Filho, do DEM (Partido Democratas), um partido que surgiu de uma metamorfose da antiga golpista UDN (União Democrática Nacional), da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que depois mudou para PDS (Partido Democrático Social), que deu sustentação da ditadura, que foi sucedido pelo PFL (Partido da Frente Liberal) e, finalmente, mudou para Democratas, defensor do conservadorismo, das privatizações e do ultraliberalismo.

Todos esses partidos, ou sua síntese, o Democratas, sempre foram contrários à democratização da educação e da universalização da escola pública e das políticas sociais. Além disso, o “nobre” ministro também carrega em seu currículo a acusação de receber R\$ 100 mil em propina da Camargo Correia e da Odebrecht, investigadas na Lava Jato.

Mendonça, é graduado em administração de empresas, com curso de gestão pública na Kennedy School, Harvard (EUA), e foi um dos mais ácidos críticos e combatentes das políticas públicas do governo Dilma e um ferrenho defensor das privatizações.

Entretanto, no intuito de aparentar preocupação com a melhoria da educação, propunha uma série de mudanças, dentre elas, a elevação da carga horária de aula. Contudo, não só, sem o concomitante aporte de recursos para contratação de professores, realizar investimentos em infraestrutura e melhorar a formação profissional, mas o contrário, mediante sua redução.

Portanto, ampliar carga horária dos cursos e “melhorar a qualidade” sem recursos, não significa outra coisa senão o aumento da cobrança de responsabilidade sobre os professores e as escolas. Ou estamos enganados? Mas, como não poderia deixar de falar, Temer exortou para que ninguém ficasse preocupado. “Não faltará recursos para a educação”, falou o presidente. E Mendonça Filho enfatizou: “tudo será feito com muita discussão e participação da comunidade; com auxílio de técnicos de alto gabarito nacional e até mesmo internacional”.

Então, como acreditar em uma só palavra do governo!? A que “discussão” e “participação” se refere, se os professores nem sequer foram ouvidos e a REM foi feita por Medida Provisória? Quem são os “técnicos de alto gabarito nacional e internacional”? Seriam os empresários, os movimentos e institutos que mencionamos anteriormente? Seria o ator pornô Alexandre Frota, que inclusive chegou a ser cogitado por Bolsonaro para ministro da Educação, e os pastores fundamentalistas? Ou seriam os intelectuais cubanos, já que, apesar do bloqueio imposto pelos Estados Unidos, o país caribenho ostenta uma das melhores qualidades em educação e saúde do mundo?

Mendonça Filho, citado por Souza (2016) afirma:

Estou certo de que a reforma do Ensino Médio reúne os pressupostos constitucionais para figurar numa medida provisória: urgência e relevância. Qualquer

matéria relacionada à área educacional é relevante. E a urgência da reforma está estampada no desempenho precário dos alunos.

A grande maioria anseia pelo respeito à autonomia dos jovens, currículo menos exaustivos e mais espaço para que o estudante defina sua trilha de formação a partir da sua vocação e da sua vontade pessoal. Esse é o debate.

Assim, o governo acabou por tramitar rapidamente a MP e, ao contrário do que afirmava, não proporcionou qualquer espaço e tempo para discussão e debate.

Então, se o Ensino Médio brasileiro, como vimos, já não era nenhum modelo, agrava-se ainda mais. Mistura tecnicismo, escolanovismo, educação tradicional, positivismo, mexe tudo, e transforma no pior ecletismo, utilitarismo e pragmatismo, ao sabor do melhor estilo golpista.

Se no plano econômico, a educação sofreu um duro golpe com o congelamento dos gastos e os cortes de recursos, no pedagógico não é diferente. Os fatos o demonstram, piorar a educação, promover o desmonte da escola pública e patrocinar a ignorância é a meta dos reformadores.

Todavia, se formos ensinar somente Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, é provável que os índices do Enem até melhorem. Entretanto, diante da quantidade e dos avanços obtidos em termos de conhecimentos técnico-científicos, reduzir a educação a esses conteúdos, constitui-se num profundo retrocesso. É a essa destruição e devastação que o governo denomina de modernização e melhoria da educação, numa completa (de)formação e submissão, senão adestramento ao mercado.

É o fim até mesmo de um mínimo de condições de acesso aos conhecimentos gerais, de uma ínfima unidade na formação e de uma mínima possibilidade de construção de uma identidade nacional. Assim, somente uma pequena parte dos conteúdos será comum. Ao contrário do propagandeado ou das ilusões difundidas, o aluno não terá liberdade de escolha do curso que gostaria de fazer e, muito menos, de definir o seu futuro e “ser sujeito” de sua história. Ao contrário, terá que “optar” por acatar e submeter àquilo que a escola oferece, dentro das condições que encontra.

Com essa medida, a formação humana retroagiu há mais de 80 anos, quando foi criada a USP (Universidade de São Paulo). Pelo menos naquele momento, apesar de tendências, os liberais priorizavam a formação humana (liberal), a escola “sem” partido à época⁶.

Como as escolas terão uma base comum e depois cada uma delas oferecerá as ênfases nas áreas específicas, fica a cargo de cada uma delas, supostamente, definir qual ênfase ofertará. Contudo, dadas as condições e restrições orçamentais, pouquíssimas oferecerão mais do que uma. Logo, caberá aos alunos se submeterem ao que as escolas disponibilizam. Então, onde fica a tal liberdade de escolha do aluno tanto propagandeada e alardeada pelo governo e replicada pela mídia?

Em dezembro de 2017 e dezembro de 2018, foram aprovadas, respectivamente, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a Educação Infantil e para o Ensino Médio. Nessas reformas, a Música nem sequer é mencionada e a obrigatoriedade da língua es-

⁶ Quando foi criada a USP, os liberais paulistas, para impedir que se ensinassem conteúdos diferentes do liberalismo, contrataram “einentes professores estrangeiros”, estritamente afinados com essa ideologia e organizaram um “ciclo básico” em que todos os alunos que adentravam a universidade eram obrigados a permanecer por dois anos cursando as disciplinas das “ciências humanas”, recebendo formação humanista, leia-se, liberal, e só depois, cursariam as disciplinas específicas nas diferentes áreas do conhecimento e das especialidades. Com isso, antecipavam-se em mais de 80 anos ao Escola “sem” Partido.

panhola acabou. O Ensino Médio deixa de ser organizado por disciplinas e passa a ser por áreas do conhecimento. Assim, as 13 disciplinas (matemática, língua portuguesa, física, química, biologia, educação física, língua estrangeira, história, geografia, sociologia, filosofia, artes) que compõem a grade curricular são extintas e o ensino passa a ser organizado por áreas: Matemática, Língua Portuguesa, Linguagens e suas tecnologias (Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física), Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia).

Em nome de uma suposta interdisciplinaridade e de uma hipotética articulação entre os conhecimentos, transformam-se os conteúdos num amalgama indistinto, nebuloso e indiferenciado, onde tudo é tudo e nada é nada. Assim, pode-se trabalhar e ensinar qualquer coisa e de qualquer modo, sem obrigatoriedade e rigor científico algum.

Ademais, a se julgar pelo nível de honorabilidade, honestidade, probidade e até mesmo de capacidade intelectual demonstrado nos meios de comunicação e nos discursos, pela maioria dos políticos, a despeito de se considerarem suprassumos e absolutos, caso fossem minimamente sérios, jamais se arrogariam o direito de promover reformas educacionais que determinam o futuro do país sem dialogar, ouvir e considerar a posição daqueles que estudam, pesquisam e se dedicam por anos e anos ao trabalho de ensinar.

Como se pode perceber, para os reformadores, os conteúdos científicos são o que menos conta. O foco das reformas, é deslocado dos conteúdos para os projetos de vida dos estudantes, para as “vivências cotidianas”, para a “resolução de problemas”, para as tais “competências e habilidades”, para a “prática dos alunos”. De forma contraditória e ironicamente, porém, afirmam que o objetivo é promover a formação integral dos alunos, formar cidadãos críticos, que respeitem os outros e sejam aptos à vida coletiva no século XXI.

E para aprofundar o problema, a formação de professores, que a LDB exigia que fosse realizada em universidades e institutos superiores de educação, é flexibilizada e pode ser realizada em qualquer faculdade.

O Ensino Médio passa a funcionar como no Ensino Superior, em sistema de crédito, ou modular. Não há mais obrigatoriedade de iniciar e concluir o curso. Além do mais, se cursar uma determinada ênfase, poderá aproveitá-la no Ensino Superior. Muda o acesso ao Enem e ao Ensino Superior, que terá que se ater à BNCC, com sua formação restrita.

A formação no Ensino Médio se torna ainda mais pobre, seja em decorrência do aumento da EaD, seja do enxugamento dos conteúdos, uma vez que ficam obrigatórios apenas português, matemática e língua inglesa, isto é, aqueles que são objetos de avaliação nos *rankings* internacionais. As demais disciplinas são diluídas nas áreas do conhecimento. Apenas 60% do conteúdo permanece obrigatório para todos os estudantes, o restante (40%) é flexível, e pode ser incluído ou não, de acordo com o/s itinerário/s optativo/s oferecido/s pelas escolas. Isso significa que determinados conteúdos podem simplesmente desaparecer do currículo.

Além disso, o currículo passa a ser flexível e, sob a ideia da (pseudo) liberdade, pode ser cumprido fora das escolas, por meio de cursos de aprendizagem oferecidos por centros e ou programas ocupacionais, oferecidos no país ou no exterior, na modalidade presencial ou a distância. Não custa lembrar, porém, a qualidade da maioria das instituições privadas, haja vista que, como mencionamos, mais de 90% das pesquisas são realizadas por instituições públicas. Ou seja, são poucas as instituições privadas cuja preocupação vai além dos “caça níqueis”.

Esse atendimento mais restrito possível, não significa outra coisa senão aprofundamento da pauperização, da precarização, da privatização, de demissão e redução drástica de docentes e, conseqüentemente, a destruição da educação. Já que não podem acabar de uma vez com a escola, o fazem destruindo suas condições, possibilidades e viabilidade.

Assim, atendem às exigências das “aves de rapina” que estão ávidas para abiscoitar uma grande fatia da educação pública e transformá-la em um grande mercado e um grande negócio. Afinal, no Ensino Médio, existe um grande nicho mercadológico em que 86% das matrículas ainda se encontram em escolas públicas. Na Educação Básica, em 2018, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do MEC, do INEP, do Censo Escolar, tínhamos 48,5 milhões de alunos matriculados em 181,9 mil escolas. Desses, 39,4 milhões se encontravam na rede pública de ensino. E, no caso do Ensino Superior, não é diferente. Dos 2.045.356 alunos matriculados, 24.7%, encontram-se em 296 instituições públicas. Pense, portanto, no apetite que esses “números”, esses “alunos”, ou então, na sua linguagem, esses “clientes”, despertam no capital!

Entretanto, para justificar tanto o rebaixamento da qualidade da educação, como o desmonte da escola pública e sua transferência para a iniciativa privada, utilizam-se de artifícios como o da suposta “liberdade”, que é facilmente assimilável pelo conjunto da população. Assim, na esteira de escapismos e ilusionismos como esses, promovem campanhas pela sua negação, jogam a população contra ela, justificam as reformas, as aniquilam e as tornam inoperantes e inviáveis. E, somado a isso, habilitam a figura do “notório saber” e instituem o “vale tudo”.

Como dissemos, da forma como foi proposta a Reforma do Ensino Médio e no contexto em que foi feita, o governo deixa claro que o professor não deve “se meter”, participar ou dar palpites, e, muito menos, discutir, debater, propor alguma coisa. Participação e discussão são palavras que os golpistas abominam, apagam e deletaram.

A definição da Base Nacional Comum Curricular, também obedeceu à mesma lógica e a mesma regra das demais reformas. Apesar de o governo dizer que “é fruto de um amplo debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e da sociedade brasileira”, isso se constitui numa absoluta inverdade. Não houve nem discussão, nem participação dos envolvidos no processo.

Até se poderia dizer que antes do golpe ocorreram uma série de discussões. Todavia, depois de sua consumação, as discussões e definições da BNCC ficaram restritas e foram travadas no interior dos gabinetes com poucas pessoas, em geral, por autoridades e “atores” pouco afetos à resolução dos problemas históricos da educação brasileira.

Mas, o cinismo e o descaramento não têm limites! Diz o governo que:

Orientada por princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a **formação humana integral** e para a construção de uma **sociedade justa, democrática e inclusiva**. (BRASIL, 2017, p. 07. Grifo do autor).

E admoesta que espera que a BNCC seja “**balizadora da qualidade da educação**, isto é, da garantia do direito dos alunos a aprender e a se desenvolver, contribuindo para o **desenvolvimento pleno da cidadania**”. (Idem, p. 9. Grifo nosso).

Diante disso, depois de todos os ataques que implicaram no famigerado congelamento dos investimentos por 20 anos, na desastrada e autoritária Reforma do Ensino Mé-

dio, feita por Medida Provisória, na infinidade de cortes de recursos da educação e da saúde, na exterminadora reforma trabalhista, na desumana terceirização e precarização das condições de trabalho e de vida, na perversa e cruel reforma da Previdência e nos selvagens ataques aos direitos sociais, na retrógrada militarização das escolas, perguntamos: Para esse governo e para a classe dominante que o patrocina, o que são “princípios éticos”? O que significa “formação humana integral”? O que significa “sociedade justa, democrática e inclusiva”? Em que consiste “o desenvolvimento pleno da cidadania”? O que são direitos trabalhistas e seguridade social?

Ou seja, na linguagem golpista e pós-moderna, parece que as palavras perderam completamente seu significado ou foram mistificadas e esvaziadas no intuito de manipular e esconder os verdadeiros interesses.

Assim, somadas e articuladas, as medidas representam não uma regressão à Educação Tradicional, pois, pelo menos, ela valorizava os professores, os conteúdos e a escola; nem à Escola Nova, que valorizava o papel ativo e criativo dos alunos. Voltamos a um tecnicismo piorado, pois, apesar de representar um verdadeiro desmonte da escola, durante a ditadura iniciada em 1964, ao menos defendia a “neutralidade científica”. Agora, ao contrário, a despeito de afirmar supostamente que prioriza a matemática, a língua portuguesa e as ciências, ataca as ciências humanas, amordaça os docentes e partidariza a educação como um todo.

Entretanto, para disfarçar o caráter do golpe, e aparentar democrático, o Ministério da Educação promoveu uma intensa campanha em que transmitia a ideia de que autoritário era os alunos seguirem um currículo com disciplinas que abrangiam o conjunto de conhecimentos e tentava convencer a sociedade que, a partir daquele momento, os estudantes estavam livres e poderiam escolher o que estudar, o curso ou formação que quisessem.

Assim, promoveram uma “reforma intestinal” (a Reforma do Ensino Médio), que não dialoga nem com a cabeça nem os pés, isto é, não pensa a educação no seu conjunto, e, muito menos, na sociedade em que está inserida. Produzida por meia dúzia de cérebros “iluminados”, sem discussão com professores, fizeram uma reforma desarticulada do Ensino Superior, onde são formados os professores que atuam na Educação Básica e desvinculada do Ensino Fundamental, de onde procedem os alunos que adentram a este nível de escolarização.

Aliás, assim como Bolsonaro, Temer também estava afinado às medidas anti-democráticas. Avessos a discussões, ambos revelam uma predileção por Medidas Provisórias e Decretos de caráter ditatorial e autoritário. Desse modo, para agravar ainda mais a já difícil situação da educação brasileira, chegou a baixar o Decreto de Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, flexibilizando a EaD e autorizando sua liberação até mesmo para o ensino nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Todavia, devido às críticas e à pressão social, foi forçado a revogar a medida sob alegação de que havia se equivocado.

Contudo, em agosto de 2018, a Câmara de educação básica do CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou novas diretrizes para o Ensino Médio incluindo a possibilidade de oferta de até 20% da carga horária na modalidade à distância, chegando a 30% no Ensino Médio noturno e, no caso da EJA (Educação de Jovens e Adultos), até 80%. Posteriormente, no dia 31 de dezembro de 2018, isto é, no último dia de seu mandato, Michel Temer editou nova Portaria de Nº 1.428 do Ministério da Educação, em que autoriza a ampliação de 20% para 40% da carga horária dos cursos presenciais do Ensino Superior que possam ser oferecidos a distância.

Na prática, isso não significa somente dois dias a menos de aula presencial, mas também, menos professores, funcionários, gasto de energia, água, cérebros pensando, se encontrando, dialogando, pesquisando, discutindo e ensinando sobre ciência, política, religião, condições de vida, enfim, sobre a sociedade.

Deixando claro que não só os professores, os educadores, os pesquisadores e os intelectuais brasileiros não seriam seus principais interlocutores (do ministro da Educação), como se quisesse ridicularizar, caçoar e achincalhar, não custa notar que, pouco depois de assumir ministério, Mendonça Filho recebeu em seu gabinete, o ator Alexandre Frota e o ex-pastor Marcello Reis, fundador do *Revoltados Online*, um dos líderes de atos “pró-impeachment”, que apresentaram uma pauta de reivindicações sobre educação, defendendo a escola “sem” partido, o fim daquilo que denominam de “doutrinação ou assédio ideológico” de alunos por parte de professores, a “lei da mordação”.

Enfim, em seu conjunto, as mudanças e reformas se revelam como um ataque “amplo, geral, irrestrito” e sem precedentes contra educação, feitas sem discussão e sem diálogo com os profissionais da educação e com a sociedade. Contudo, se é que se preocupam, agora terão que dar mostras de que suas “milagrosas receitas” estavam certas e não poderão mais atribuir aos professores a responsabilidade pelos problemas educacionais.

1.5. A resistência aumenta, a repressão se intensifica e se generaliza

Tendo derrubado a Presidente Dilma e atacado os trabalhadores, os golpistas acreditavam que ninguém poderia obstar quaisquer resistências às suas investidas. No entanto, “a história não é linear” (ORSO, 2014, p. 169). No entanto, a resistência partiu de onde menos esperavam, dos alunos. Disseram eles: “Alto lá!”, não ao desmonte e a destruição da escola pública. E, em sinal de protesto, partiram para a ocupação das escolas e defesa da educação. Segundo Giovanaz (2016), “no auge das mobilizações, 831 escolas foram ocupadas pelos estudantes paranaenses”, mais de mil instituições públicas de ensino foram ocupadas no Brasil. (DA LUZ, 2020, p. 10).

Contudo, em vez de defender os professores, os alunos e escolas, por meio do Ofício-Circular nº 27/2016/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 19 de outubro de 2016, demonstrando total descompromisso com a educação, o MEC passou a criminalizar e reprimir os estudantes e as instituições ocupadas. Determinou prazo de 5 dias para os dirigentes das instituições se manifestarem formalmente “acerca da existência de eventual ocupação dos espaços físicos das instituições [...], procedendo, se for o caso, a respectiva identificação dos ocupantes”.

Se não bastasse isso, para forçar os estudantes a desocupar as escolas, o juiz Alex Costa de Oliveira, num ato inconstitucional, arbitrário, autoritário, unilateral e antieducacional, autorizou até mesmo o uso de técnicas de tortura contra os alunos, semelhantes às adotadas pelo exército *yankee* contra os prisioneiros de guerra no Iraque.

O cúmulo é que a medida é assinada por um juiz da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), do qual supostamente seria de se esperar justiça, zelo pelas condições de educação e respeito à infância.

Entretanto, determina:

Autorizo expressamente que a Polícia Militar (PM) utilize meio de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como, suspenda o corte do fornecimento de água;

energia e gás [...] restrinja o acesso de terceiro, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes (sic).

Além disso, autoriza a polícia utilizar “instrumentos sonoros contínuos, direcionados ao local da ocupação, para impedir o período de sono”. E ressalta que tais medidas ficam mantidas, “independentemente da presença de menores no local” e solicita a identificação dos ocupantes.

Então, se, diante de medidas que patrocínavam a ignorância e o atraso, os alunos estavam mobilizados para garantir um mínimo de qualidade de educação e evitar mais retrocesso, e um juiz, que supostamente deveria zelar pela qualidade da educação e defender e proteger as crianças e adolescentes, faz o contrário, e determina até mesmo o uso de técnicas de tortura para evitar resistências às reformas anacrônicas, perguntamos: Que justiça é essa? De que lado está ela? Será cega e neutra? Com quem os educadores podem contar para defender a infância, a juventude e a educação para além deles mesmos? Estará o juiz preocupado com a melhoria da qualidade da educação?

Todavia, a repressão também se fez sentir mesmo sem ordem judicial, não, porém, é claro, sem o conhecimento e, na maioria das vezes, o consentimento de autoridades superiores à qual a polícia está subordinada. Tanto é que as autoridades e a mídia silenciam não divulgam os fatos objetivamente, boicotam as informações, não dão as explicações reais acerca deles. Como diz o ator Paulo Betti, “eles estão armados”, e nós “estamos com medo. As pessoas têm medo de publicar coisas contra o governo”. (SPLASH, 2020).

Em muitos lugares a polícia tem agido, inclusive, “por conta própria”, sem autorização judicial, fazendo ela mesma a vez da justiça e se encarregado de forçar a desocupação de escolas e universidades. Também invadiu, sem autorização judicial, a escola de formação dos Sem Terra, a Escola Nacional Florestan Fernandes, símbolo da luta pela terra, de resistência contra repressão e defesa dos direitos sociais e humanos.

No Rio de Janeiro, o reitor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), professor Roberto Leher, chegou a ser intimado a depor para “esclarecer” a campanha “Em defesa da democracia” promovida pela universidade. E, como já tinha agendada uma reunião do Conselho Universitário na mesma data em que havia sido convocado a depor, ao solicitar a alteração da data e horário, foi ameaçado pelo Ministério Público a ser conduzido coercitivamente.

Na Paraíba, em mais uma medida para retirar o poder dos professores e das escolas, uma desembargadora deferiu ação declarando inconstitucional a eleição de diretores e vice-diretores escolares no Estado e no Município de João Pessoa e atribuiu aos chefes do executivo, isto é, ao prefeito e ao governador, a prerrogativa de indicar e ou aposentar qualquer pessoa que ocupe cargo comissionado, mantendo a direito de nomear pessoas de sua exclusiva confiança, num clientelismo e subserviência política, manipulando e inibindo qualquer possibilidade de resistência, liberdade, autonomia e independência das escolas, como se fossem propriedade privada. A ação, além de cancelar todas as eleições que estavam previstas, também determinou o fim do mandato dos então diretores em 31 de dezembro de 2016 e a indicação de novos diretores no início de 2017.

No caso do Paraná, a intimidação e a repressão aos alunos, professores e sindicatos que tentavam resistir ao desmonte da escola pública também têm sido intensa e extensa.

Primeiramente o governo Beto Richa procurou deslocar o foco das mobilizações. Em vez de divulgar os seus reais motivos e dizer que eram contra a PEC 241, contra a MP 746 e contra a negativa do governo de pagar a reposição salarial que havia se comprometido

do com o funcionalismo desde a greve de 2015, com o amparo da mídia e dos sindicatos patronais, como de costume, promoveu uma intensa e inescrupulosa campanha publicitária, para criminalizar e estigmatizar os alunos e os profissionais da educação dizendo que estavam a serviço do PT, procurando fazer com que a população se voltasse contra eles.

Se não bastasse o massacre promovido pelo governo Beto Richa em 29 de abril de 2015, contra os professores em Curitiba, que resultou no ferimento de mais de duas centenas de docentes, em 2016, para desmobilizar professores e alunos, desencadeou uma ardilosa jogada, colocando alunos e professores uns contra os outros, retirando o governo do foco de ambos.

Na prática, isentou-se de responsabilidade com as des/ocupações das escolas, determinou o desconto dos dias parados, criminalizou professores, cortou duas horas-atividades, reduziu número de docentes em cerca de 8 mil, impondo o arrocho salarial e a intensificação do trabalho aos que permaneceram.

O absurdo chegou a tal ponto que o governo penalizou até mesmo os professores que havia liberado para se qualificarem no mestrado, doutorado e no PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) do próprio governo do estado. Os que haviam obtido licença para realizar os cursos e os que tiveram licença maternidade foram proibidos de assumir aulas extraordinárias.

Temer, por sua vez, num evento com empresários, ao criticar as ocupações de escolas, em vez de cancelar as medidas e os ataques à escola pública, caçoou dizendo que os alunos não sabiam nem o que era PEC. E emendou:

Nós precisamos aprender no país a respeitar as instituições, e o que menos se faz hoje é respeitar as instituições. Isso cria problemas e o direito existe exatamente para regular as relações sociais. Hoje, ao invés do argumento intelectual e verbal, usa-se o argumento físico. Vai e ocupa não sei o quê e bota pneu velho em estrada para impedir trânsito. (PRAGMATISMO, 2016).

Não soa ridículo ouvir discursos como este por parte de quem desrespeitou a constituição e foi um dos artífices do golpe que derrubou a Presidente Dilma, legitimamente eleita, contra a qual, ao contrário dele, não encontraram nenhum envolvimento em casos de corrupção, nem de ter cometido qualquer crime de responsabilidade? Não soa ridículo ouvir isso de quem açambarcou o poder e impôs um conjunto de reformas que obrigou os alunos e os profissionais da educação a reagirem contra o desmonte da escola pública?

Sua crítica, ancorada em uma visão positivista, supõe que a sociedade se submeta e acate incondicionalmente as suas ordens, sem hesitação e reação, como se realmente tivesse uma “conduta ilibada” e ostentasse uma moral irretocável que o autorizasse a fazer reformas e resolver os problemas do país.

Contudo, o autoritarismo e o desrespeito à democracia não são uma exclusividade dos governos de Beto Richa, Temer e Bolsonaro. No dia 5 de outubro de 2020, o sucessor de Beto Richa, Ratinho Júnior, fez tramitar em caráter de urgência um projeto na Assembleia Legislativa e aprovou o projeto de lei 565/2020, que altera as regras do processo de eleição para escolha de diretores das escolas estaduais permitindo ao governo intervir nos processos eletivos.

Alguns dias depois, em entrevista à *rádio Jovem Pan*, o próprio governador ratinho, vangloriava-se dizendo: “Ganhamos todas as guerras contra a APP. Todas. Nos dois anos que estou no governo, eles não ganharam nenhuma”. (PORTALPARANÁ, 2021). Isso sig-

nifica que seu projeto não é em defesa da educação e dos profissionais da educação do Paraná, mas sim derrotar as entidades sindicais e, em especial, a APP-Sindicato.

E, fazendo a defesa da militarização das escolas, ou então, das mais de 200 “escolas cívico-militares” a serem implantadas no Paraná, o que já se constitui num completo absurdo, foi além, disse que se trata de um projeto “democrático”, pois os pais foram consultados e apoiaram a proposta. Contudo, o absurdo é que, numa completa inversão de prioridades, o governo “consultou” os pais e deixou de fora, não consultou, nem ouviu aqueles diretamente envolvidos e responsáveis pela educação e pela escola, os professores?

De fato, estamos diante de uma regressão sem precedentes. Nem na ditadura militar ocorreu isso quando se implantou o tecnicismo. Naquele momento, pelo menos não se negava a ciência e se atribuía a responsabilidade pelas diretrizes educacionais aos técnicos. Agora, nos encontramos sob a vigência do terraplanismo, do achismo, da negação da ciência, e os rumos da educação, em vez de ser definido pelos técnicos, pelos especialistas, pelos pesquisadores e educadores, é atribuído aos pais.

No caso da reforma do Ensino Médio, sob a alegação de que ela vinha sendo discutida “há séculos”, o governo Temer simplesmente resolveu abortar o processo e fazê-la de forma autocrática, por decreto, flexibilizou o currículo, acabou com a obrigatoriedade de disciplinas e conteúdos e eliminou a necessidade do diploma de licenciatura para ser professor.

Na educação, a flexibilização do currículo, a possibilidade de contratação de professores com “notório saber”, isto é, com ausência ou com precários conhecimentos didáticos e pedagógicos, aliada à “lei da mordaza”, as reformas impostas pelo governo acabam com qualquer possibilidade de oportunizar até mesmo um mínimo de formação humana e, muito menos, de proporcionar uma formação omnilateral.

Além disso, a suposta flexibilização do currículo também acaba com a possibilidade de universalização dos conhecimentos científicos historicamente acumulados. Mas, não nos iludamos. A preocupação do governo e da burguesia é exatamente essa. Acabar com a possibilidade de oferta e acesso aos conhecimentos filosóficos, históricos, sociológicos, artísticos, literários, que numa palavra, denominam de conhecimentos políticos e ideológicos.

Diante disso, a “liberdade de escolha” dos alunos, como vimos, não só não passa de uma peça de ficção, de *marketing* e de ilusionismo, como representa uma verdadeira regressão e pobreza intelectual, próprio de países antidemocráticos e atrasados.

Em meio a esse contexto, os casos de repressão a professores e universidades também se repetiram das formas mais absurdas e grosseiras possíveis. No caso da UFABC (Universidade Federal do ABC), chegou a abrir uma sindicância contra os docentes Gilberto Maringoni, Valter Pomar e Giorgio Romano, para investigar a organização do lançamento do livro “A verdade vencerá”, de autoria do ex-presidente e ex-presos político Luís Inácio Lula da Silva. Ressalte-se que a sindicância foi aberta a partir de denúncia anônima, tal como ocorria durante a ditadura civil-militar.

Em outro caso, uma delegada da Polícia Federal, que havia participado da Lava Jato, desencadeou a “Operação Ouvidos Moucos” para apurar supostos desvios de recursos federais na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Na ocasião reitor Luiz Cancellier acabou sendo preso (14/09/17) e, pouco tempo depois, suicidou-se (03/10/17). As investigações, porém, não apontaram nenhuma irregularidade ou desvio de recursos por parte do então reitor.

Em dezembro desse mesmo ano (2017), em um evento em comemoração ao 57º aniversário da UFSC, ocorreu outro caso de flagrante desrespeito à liberdade de expressão e manifestação, quando o chefe de gabinete da reitoria, Aureo Mafra Moraes, pronunciou a seguinte frase: “[A] reação da sociedade a tudo aquilo nos abalou neste ano”.

Em função disso, acabou sofrendo uma investigação para apurar possível “crime contra a honra (calúnia ou difamação)” da delegada, mesmo sem que tivesse sido feita qualquer menção direta a ela ou à PF. Como diz Mendes, “Eles não têm nenhum cuidado com a honra alheia e são tão cuidadosos quando criticam os seus”.

Em outro caso, em Minas Gerais, na Unifal/MG (Universidade Federal de Alfenas), o professor marxista Luciano Martorano – importante tradutor de obras de Marx e Engels do alemão para o português – foi exonerado pela administração da Universidade de forma arbitrária e sem motivos.

Não resta dúvida de que isto tudo tem ocorrido devido ao avanço do conservadorismo e da “nova direita”, com apoio de grande parte do aparato judicial e repressivo, com base na ideologia do “Escola ‘sem’ Partido” e no contexto do autoritarismo que, apesar de não estar institucionalizado, foi incorporado à “filosofia” do golpe, necessário à sedimentação do reacionarismo e ao avanço sem resistência do capital sobre a educação e sobre a classe trabalhadora.

Some-se a isso o fato de que, no mesmo momento em que aumenta a repressão, também aumentam os ataques e cortes sobre a educação. Assim, em uma única penada, o governo determinou o maior ataque, não só contra a educação brasileira, mas também ao futuro da ciência, da tecnologia e do país.

Em vez de estar preocupado em resolver os problemas do país, parece carregado de ira e fúria, disposto a exterminar com tudo e todos os que, de acordo com seu entendimento, representam algum obstáculo ao seu domínio. Haja vista, que o governo Temer determinou o corte de todas as bolsas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado, de iniciação científica, de residência pedagógica, tanto para estudantes no Brasil quanto no exterior, a partir de agosto de 2019, acarretando um prejuízo incalculável para a educação, para a sociedade brasileira e para o futuro do país, condenando-o à eterna dependência. Algo inimaginável, impensável e inadmissível para uma sociedade minimamente civilizada, preocupada com seu povo e com o desenvolvimento social e nacional.

Atos como esses revelam que a sociedade está refém do governo e dos aparatos judiciais e repressivos que podem fazer o que querem, como, onde e quando lhes convier, cabendo às pessoas, às instituições e à sociedade se submeterem incondicionalmente. O fato é que gozam de poder e de meios para fazê-lo, ao passo que os trabalhadores ficam desprotegidos, sem qualquer meio de reagir e de se defender. Conseqüentemente, aumenta sobremaneira o poder das forças repressivas, que nessas condições, adquirem poder praticamente absoluto.

Assim procuram apagar a memória e impedir que as pessoas pensem, entendam, lutem e reajam aos ataques; buscam evitar até mesmo o mínimo de possibilidade de crítica e reação, e, conseqüentemente, viabilizar a escola “sem” partido, ou então, a “lei da mordaca” e o espírito positivista da “ordem e progresso”.

É a isso que o governo Temer denominava de “ponte para o futuro”? Contudo, ao invés disso, não se trata de uma ponte para o passado e para o retrocesso? No momento em que necessitaríamos de mais e melhores escolas, de conhecimento mais elaborado, de

desenvolvimento científico e tecnológico para enfrentar os desafios sociais, humanos e ambientais, o governo faz exatamente o contrário, impõe sucessivos cortes nos investimentos e um conjunto de reformas educacionais perversas e anacrônicas.

De acordo com dados divulgados pelo jornal *Folha de São Paulo*, em relação à verba investida em bolsas pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), de 552 mil reais investidos em 2001, o montante foi crescendo progressivamente durante os governos do PT, até atingir 2.780 milhões em 2014.

No entanto, quando os “preparativos” para o golpe se intensificam, os investimentos simplesmente despencaram, passando para 2.381 milhões em 2015, para 1.337 milhões em 2016 e para 523 mil em 2017. Ou seja, os recursos caíram para patamares anteriores a 2003.

Outro dado que demonstra o descaso, o desmonte e a destruição da educação, pode ser verificado pelos investimentos ocorridos na pesquisa. Quando somados os recursos orçamentários das três principais fontes (FNDCT, CNPq e Capes), verifica-se que, durante os governos do PT, aumentam progressivamente os investimentos, passando de cerca de 4,3 bilhões de reais em 2003 para 10,53 bilhões ao final do governo Lula, e atingiram o pico no governo Dilma, em 2015, com 13,97 bilhões. Depois, com o golpe, despencaram para cerca de 5 bilhões em 2020.

Isso revela que o real objetivo dos golpistas era arremessar tudo e todos novamente para o passado, demonstrando que, para eles, a educação e a escola deveriam ser reservadas apenas para uma pequena minoria, a uma diminuta “elite”.

Não resta dúvida, portanto, que o objetivo não é investir na melhoria da educação e da escola pública, mas sim, na sua destruição, na produção da ignorância, facilitando a exploração e a dominação.

Com isso, a desvalorização dos professores e da educação chegou a tal ponto que, em diversas universidades já se instituiu e se regulamentou a modalidade de “professor voluntário”, sem qualquer remuneração. E em Santa Catarina, o prefeito do município de Angelina, do MDB, resolveu inovar e “modernizar”.

Para contratar professor de Educação Física, nem sequer terceirizou. Abriu Pregão Presencial Nº 018/2017, tipo licitação de “Menor Preço Global”, realizado no dia 06 de abril de 2017, para prestação de serviços de Instrutor de Atividades Físicas e estabeleceu o preço máximo de R\$ 1.200,00. Seriam contratados os interessados que aceitassem trabalhar pelo menor preço.

Um verdadeiro teatro de absurdos e horror. Além de praticamente acabar com os concursos, com a estabilidade, com a continuidade dos processos educativos, chega ao cúmulo de praticamente fazer um leilão e contratar os professores que se encontram nas piores condições possíveis, que, para sobreviver, para se manter em vivos, são forçados a se submeter e aceitar até mesmo o mínimo do mínimo, quase que nada, o “menor preço”.

Diante dessas condições, é até ridículo falar em qualidade da educação ou perguntar qual será a qualidade da educação oferecida por um professor pobre, marginalizado, pauperizado, miserável, indigente, degradado, humilhado, rebaixado, desqualificado? Que condições tem de estudar, preparar aulas, comprar livros, informar-se, pesquisar? Será esta a forma de as elites resolverem o problema da educação?

Alertava Temer: “... Na educação estamos dando os primeiros passos...”. Então, esperar o que desses “cérebros”, senão reformas e tramas políticas e ideologias no intuito de enganar, golpear, alienar, manipular e manietar ainda mais os trabalhadores?

1.6. 2016: um golpe de classe

Não resta dúvida de que as reformas expressam um caráter de classes. Por meio de todas as medidas adotadas ou impostas, o governo deixa claro que, para além das aparências, existem apenas duas classes, a dos proletários, a classe trabalhadora, e da burguesia, a classe dominante.

Todavia, o mistério permanece. De um lado, como explicar que, a despeito da quantidade de ataques impetrados contra os trabalhadores e as inúmeras amostras de que a burguesia marcha unida contra eles, estes continuam divididos, competindo, não conseguem traçar uma pauta mínima de luta comum e de enfrentamento que viabilize a unidade? De outro, como explicar que muitos trabalhadores e até mesmo entidades e partidos de esquerda parecem ter “jogado a toalha”, desistido de lutar e se contentam por “estarem vivos”? Enfim, a que se deve a passividade e a inação serão às massivas campanhas de adestramento, docilização e alienação?

Carregadas de ideologia, as reformas objetivam apagar o passado (recente), manter os privilégios de uma pequena burguesia preconceituosa, corrupta e atrasada, e construir um mundo à sua imagem e semelhança.

Portanto, há que se ficar alerta, pois, se dizem que querem salvar o país, é porque querem botar a mão na chave do cofre; se dizem que estão preocupadas em “tirar o país do vermelho”, é porque, tanto quanto as raposas, estão interessadas em exaurir e esfalfar o sangue dos trabalhadores; se dizem que é preciso reduzir o tamanho do Estado, “garantir segurança jurídica” e atrair investimentos, é porque querem atacar o funcionalismo, acabar com os direitos sociais, arrochar salários, terceirizar e precarizar ainda mais as relações de trabalho; se dizem que não querem aumentar impostos, é por que querem aumentar a extração da mais-valia e exterminar os direitos; se dizem que educação, saúde e assistência social não serão atingidos, é porque querem transferir tudo para a iniciativa privada; se dizem que vão combater a corrupção, é porque vão tomar todas as medidas para impedir as investigações sobre os “amigos” e criminalizar “inimigos”; se quem nunca defendeu a escola pública, ou seja, quem sempre defendeu a privatização, disser que quer melhorá-la, é porque quer reservá-la para apenas alguns. Por fim, se disserem que vão “cortar na carne”, é porque de fato vão fazer os trabalhadores sangrar sem piedade.

Em suma, a classe dominante, de forma extemporânea, quer ressuscitar o velho ditado que diz mais ou menos assim: quem trabalha não pensa e não estuda, e quem pensa e estuda não trabalha.

Porém, como veremos nos próximos capítulos, os golpes e ataques parecem não ter fim. De qualquer modo, pode-se afirmar, que é impossível calcular e dimensionar os efeitos perversos que produzirão em termos políticos, sociais, econômicos, culturais, científicos e humanos para a presente e para as futuras gerações.

Por isso, nas palavras de Mario Benedetti, não podemos nem queremos que “a canção se transforme em cinzas”.

II

OS DESAFIOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA FACE À DEVASTAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA PÚBLICA⁷

Após percorrer por esse cenário, pode-se afirmar que, de fato, a escola se encontra diante de um de seus momentos mais cruciais, seja por conta da pandemia provocada pelo novo coronavírus, seja devido aos ataques cerrados a que está submetida, que tiram o sono e substituem os sonhos por pesadelos, não apenas dos docentes, mas também de muitos pais, de crianças e jovens, que viam na escola uma possibilidade de ascensão social e de desenvolvimento humano.

Consequentemente, este capítulo, tem como finalidade realizar uma profunda reflexão teórico-metodológica e pedagógica acerca da escola, de sua função social e dos desafios que se colocam para a educação e, em especial, para a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

Como se trata de uma reflexão que tem um caráter analítico, fazendo uma espécie de trocadilho, diria que, para melhor compreender, metodologicamente, é importante transformar a questão ou o tema num problema, pois, na medida em que temos um problema, nos obriga a buscar sua solução. Ao passo que, se não temos problema, tendemos a permanecer onde estamos, na e da forma em que nos encontramos, a andar em círculos, sem direção, e, quando muito, a constatar e descrever os fenômenos. A existência de um problema, portanto, indica tanto a direção, como a forma de resolvê-lo.

Desse modo, vamos transformar o tema de nossa reflexão, na seguinte questão ou problema: Quais são os desafios da escola na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (em tempos de pandemia)?

Se bem entendida, a pergunta remete para duas questões. Uma, que está diretamente relacionada à pandemia, que diz respeito a algo que nos assusta, nos inquieta e atormenta, que são os impactos da pandemia sobre a escola. O que vai acontecer com a escola? Como e o que vamos ensinar? Daquilo que estudamos e pesquisamos, alguma coisa ainda é válida? O que vai acontecer conosco (com os professores e alunos)? E a outra é: Como a pedagogia histórico-crítica se posiciona diante da devastação da escola e da educação pública? O que defende a pedagogia histórico-crítica e quais são seus desafios nesse contexto?

Diria que essas preocupações não são exclusivamente nossas. Afinal, sobre a tema, tem sido realizadas muitas *lives*. Isso significa que se trata de uma preocupação coletiva, uma questão que angustia e aflige a muitos pais, professores, alunos...

Antes de prosseguir, porém, também gostaria de fazer dois esclarecimentos. O primeiro, é que, como frequentemente se fala em escola para se referir à educação básica e à universidade para se aludir ao Ensino Superior, quando falarmos de escola ou de educação, nos referiremos à educação escolar como um todo, seja ela básica ou superior. E o segundo é que, apesar de muitos estarem angustiados e esperarem por respostas diretas, curtas, simples e fáceis, ao invés disso, vamos nos distanciar um pouco, analisar os problemas à distância e, dessa forma, talvez compreendê-los melhor.

⁷ A base deste texto foi produzida originalmente para a palestra remota, intitulada “A escola em tempos de pandemia: desafios da pedagogia histórico-crítica”, realizada na abertura do IV encontro Teórico-Metodológico de Pesquisa em Educação e do V Ciclo de Palestras do PPGE – da Universidade Federal de Jataí – UFJ – do Estado de Goiás, ocorrido no dia 1 de julho de 2020, e foi remodelado para os fins deste capítulo.

Pois, quando estamos muito próximos, ou nos encontramos em um determinado contexto, sem possibilidade de um distanciamento histórico, ou quando olhamos para algum objeto ou fenômeno de muito perto, por vezes, nos confundimos com eles, ficamos um tanto cegos e não conseguimos vê-los e compreendê-los com clareza e nitidez.

Por isso, vamos deslocar a análise de nosso objeto na tentativa de jogar luz sobre ele no intuito de compreendê-lo de modo mais adequado. Até mesmo porque não vale a pena andar em círculo e repetir aquilo de que já se tem falado bastante. Assim, talvez consigamos romper com o que obscurece nossa visão e compreendamos melhor o tamanho de nossos desafios.

Voltando à questão, portanto, diria para não esperar por respostas diretas, simples e fáceis. De qualquer modo, perguntamos novamente: Quais são os problemas da escola (em tempos de pandemia) e quais são os desafios da PHC nesse contexto? Colocamos propositalmente (em tempos de pandemia) entre parêntese, por conta do momento em que estamos vivendo. Se estivéssemos em outro momento histórico, perguntaríamos, por exemplo: Quais são os desafios da escola em tempos de ditadura? Quais são os desafios da escola em tempos de neoliberalismo? Quais são os desafios da escola em tempos “pós-modernos”?

Isso denota que o problema da educação não está propriamente na pandemia. O fato é que, praticamente, reduzimos nossas ações ao mecanismo estímulo X resposta. Por vezes, temos a impressão de que andamos um tanto a reboque, ao sabor das circunstâncias e dos estímulos do momento.

Contudo, ainda que não devamos desprezar o mecanismo estímulo X resposta, não podemos reduzir a educação a ele. Educação supõe conhecimento acerca do modo de organização e funcionamento da sociedade, de quem são os professores e os alunos, e a qual classe social pertencem; supõe ação intencional, planejada, articulada e sistemática, clareza acerca do papel social da educação, do projeto que queremos, definição do que, como, para que, para quem e quando ensinar, bem como, dos meios e fins da própria educação.

Não resta dúvida de que, por conta da pandemia, os problemas educacionais que já não faltavam, agravaram-se sobremaneira, parece que ficamos sem chão. De fato, o presente se nos afigura como uma situação muito complexa e ameaçadora. Parece que nos encontramos em meio a uma tempestade ou na escuridão, atacados por todos os lados, sem meio de nos proteger, sem estrela guia, sem saber como e para onde fugir.

Aliás, não há fuga possível. Não há buraco para enfiar a cabeça como o avestruz e fazer de conta que ninguém nos vê. Por conseguinte, a alternativa que nos resta, é enfrentar. Porém, não podemos continuar fazendo da forma como vínhamos fazendo, pois, aquilo que e como fizemos, nos levou exatamente à situação em que nos encontramos. Daí a necessidade de nos recusar a retornar ao “novo normal”, à velha forma. Precisamos de uma nova forma.

Como se trata de compreender os desafios que se colocam para a PHC diante da devastação da educação e da escola pública, e de enfrentá-los adequadamente, socorremos aqui de três autores diferentes, a saber, do poeta e dramaturgo, Bertold Brecht (1898-1956), do filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário, Karl Marx (1818-1883) e do economista e filósofo liberal, Friedrich August von Hayek (1899-1992).

Contudo, como o contexto em que viveram era outro e nenhum deles vivenciou desafios assemelhados ao que estamos enfrentando, alguns perguntarão: O que é que estes autores têm a ver com o tema e as questões que estamos discutindo?

Pois bem, logo veremos que não estão sendo invocados gratuitamente. Iniciemos por Brecht e seu poema denominado de “O passageiro”. Assim, se expressa o poeta:

Quando, há alguns anos
aprendi a dirigir um carro, meu instrutor
me fazia fumar um charuto; e quando
na confusão do tráfego ou em curvas difíceis
o charuto apagava, ele me tirava o volante.
Também contava piadas, e se eu não sorrisse
muito ocupado com a direção; afastava-me
do volante. Eu estava inseguro, dizia ele.
Eu, o passageiro, me apavoro quando vejo
o motorista muito ocupado com a direção.
Desde então, ao trabalhar
cuido para não ficar absorvido demais no trabalho. Dou atenção a muitas coisas
que rolam a minha volta. Às vezes
interrompo o trabalho para ter uma conversa. Andar mais rápido do que o que
me permite fumar é algo que já não mais faço.
Penso no passageiro.

Então, o que Brecht quer nos dizer? O que sugere o poema? Estaria nos dizendo que não é necessário ter cuidado ao dirigir, que se deve ficar distraído, ou que, enquanto se está na direção, deve-se fumar ou brincar para relaxar?

Não. Certamente, não. Ao invés disso, chama atenção para que, ao se fazer determinadas coisas, não se fique absorvido demais naquilo, de tal modo que ofusque nossa visão e não percebamos claramente o que rola à nossa volta. Assim, caso não se observar o conjunto dos elementos envolvidos que interferem em nosso trabalho, ele pode ficar comprometido por aquilo que ocorre até mesmo a distância, ainda que cause a impressão de que, aparentemente, não tem nada a ver com o que fazemos.

Nós educadores, em geral, somos muito responsáveis em relação a aquilo que fazemos, nos esmeramos muito, e acabamos transformando a questão educacional quase que num problema exclusivamente pessoal, ao menos do ponto de vista do trabalho, dos resultados, da aprendizagem. Não por acaso, muitas vezes, adoecemos, precisamos de médico, hospital, psicólogo, psiquiatra e até nos afastar da escola, pois, adoecemos em função do peso da responsabilidade que assumimos e carregamos.

Marx segue praticamente as mesmas pegadas de Brecht. Considerando a categoria da totalidade, nos alerta que “o indivíduo não se explica por si mesmo”, que é multideterminado, isto é, que não é o único responsável por si mesmo. Assim, pode-se dizer que a escola também não se explica por si mesma. É fenômeno multideterminado. Suas razões não se encontram nela mesma, encontram-se na totalidade social.

Consequentemente, não podemos fazer da escola uma responsabilidade exclusivamente dos educadores, dos que nela trabalham. Afinal, o que, como, a quem e em que condições se ensina e se educa, em geral, não são determinados e definidas no interior da escola, pelos professores.

Portanto, transformar a escola e os docentes nos únicos responsáveis pela educação, pela sua qualidade, pela aprendizagem ou não dos alunos, é uma forma de deslocá-la do conjunto das relações, é uma maneira de autonomizá-la, de escamotear a realidade e transformar uma responsabilidade que é coletiva e social, num problema ou numa respon-

sabilidade individual, dos professores. Isso, porém, se presta mais para o controle da escola e dos próprios professores, do que para resolver os problemas.

Aliás, quem no atual momento, em sã consciência, pode afirmar que a qualidade do ensino e da aprendizagem se deve exclusivamente aos professores? Quem pode afirmar que a escola e a educação não têm a ver com as políticas e com a pauta econômica do governo? Ao contrário, apesar do trabalho, do empenho e da insistência dos professores, a escola é sabotada, atacada, massacrada o tempo todo. O que se pode afirmar é que, a despeito de todos os ataques, pressões e agressões, os professores e escolas ainda resistem e até mesmo ainda conseguem ensinar (um pouco).

Por fim, para não ser acusado de “parcialidade”, também recorreremos a Hayek, que é considerado o pai do neoliberalismo. Penso que, daquilo que falou, ao menos tinha razão em uma coisa que interessa aos educadores. Disse o economista burguês: “O economista que é só economista, é um péssimo economista”.

Nesse caso, adequando à nossa condição de professores podemos falar: o filósofo que for só filósofo, é um péssimo filósofo; o sociólogo que for só sociólogo, será um péssimo sociólogo; o matemático que for só matemático, é um péssimo matemático; o historiador que for só historiador, será um péssimo historiador; o pedagogo que for só pedagogo, será um péssimo pedagogo; enfim, o educador que for só educador, que se preocupa apenas com suas atividades específicos, que se limita a ensinar despreocupadamente, é um péssimo educador.

Portanto, se o indivíduo não se explica por si mesmo, se necessitamos dar atenção a muitas coisas que rolam à nossa volta, se não basta dominar os conteúdos específicos com os quais trabalhamos, para ser um bom educador, além dos conteúdos específicos de nossa área de formação, para “fazer bem feito o trabalho no interior da escola”, precisamos conhecer todos os determinantes sociais envolvidos, considerar a totalidade social, a geografia, a história, a economia, a política, a filosofia, a matemática, a língua portuguesa, a ciência, etc., ou seja, tudo o que envolve a educação, a totalidade social. Necessitamos conhecer e acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas, a etapa de desenvolvimento do capital, as relações de produção e os conflitos de cada momento, enfim, a conjuntura e suas conexões com a estrutura social, a história, a sociedade e o mundo.

Aludi anteriormente que gostaríamos de respostas diretas e simples, um caminho fácil, encurtar a história, resolver os desafios da educação e, da educação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, numa espécie penada única. Contudo, como veem, está longe de ser algo simples. Ao contrário, até pode dar a impressão de que a atividade educacional é bastante exigente e complexa, o que é verdade.

Afinal, é complexa porque assim é a realidade, com suas relações, condições, conexões, articulações e contradições. Por isso, nos debatemos. Se não fosse assim, nem estaríamos discutindo. Cabe a nós, descomplicá-la. Ademais, diria que se afigura complexa, sobretudo devido à nossa limitação cognitiva, à fragilidade de nosso conhecimento. Assim, parece-nos complexa, caótica e assustadora. Conhecer adequadamente, por conseguinte, é meio caminho para resolver o problema.

Entretanto, nosso conhecimento é pobre, a escola continua sendo atacada o tempo todo, cortam os recursos para a educação, precarizam as condições de trabalho, enchem a escola com atividades que não lhes são próprias e de sua responsabilidade, sabotam as possibilidades de ensinar e aprender, só permitem um conhecimento à conta gotas, em doses homeopáticas.

Some-se a isso o fato de que, quem mais define, determina e controla a escola, não são os que nela trabalham. É controlada, cerceada e ou sabotada, numa palavra, é determinada à distância, em geral, por quem pouco conhece de educação. Além do mais, os professores têm dificuldades até mesmo de se unirem enquanto categoria, de se reconhecerem como trabalhadores, de se reconhecerem enquanto classe, encontram-se desorganizados, desunidos e desmobilizados. Logo, se os inimigos da educação e da escola pública estão fortes é porque estamos fracos.

Não adianta falarmos que a realidade é complexa ou complicada. E então, com base nesse pressuposto, deixar de nos preocupar com todas as questões mencionadas acima. Pois, como nos diz o historiador Charles A. Bear, citado por Adam Schaff (1978, p.65),

[...] Expulsando-se do espírito, ostensivamente pela porta principal a grande filosofia, os preconceitos tacanhos de classe e do meio entram então pela porta dos fundos, estendendo o seu domínio, semiconscente talvez, ao pensamento do historiador.

Ou seja, ao fazermos o trabalho educativo, consideramos conscientemente todos os determinantes envolvidos ou eles se farão sentir da pior forma possível, como estamos presenciando no atual momento.

Diante do exposto, perguntamos, como enfrentar os efeitos da pandemia e sua incidência na educação? O que e como fazer? Veja que, se o fenômeno que nos aflige é a pandemia, as razões desse problema se encontram muito além dele mesmo.

Diria que, caso queiramos avançar, necessitamos dar um passo atrás. O caminho passa primeiramente pelo estudo, pela pesquisa, pela compreensão e diagnóstico adequado da sociedade, do mundo, da educação. Mas, apesar de se iniciar pela caracterização, pela explicitação e pela configuração do problema como aparece, suas manifestações imediatas, ele não se resume a isso. Afinal, como vimos, não se explica por si mesmo. Além do mais, o enfrentamento adequado também pressupõe uma mudança de atitude, a superação do individualismo e da competição, exige união. Do contrário, há que se esperar por milagres. Mas, como somos céticos, não dá para esperar pela superação dos problemas, se continuarmos a agir da mesma forma.

Como à primeira vista, a realidade se afigura de forma caótica e confusa, para explicá-la, necessitamos fazer um retorno ao passado, em busca da compreensão dos determinantes, para entender como e porque chegamos ao ponto em que nos encontramos, da forma como nos encontramos. A partir daí, é provável que tenhamos condições de explicar efetivamente os desafios que se colocam para a PHC e fazer o enfrentamento adequado.

Grosso modo, poderíamos dizer que no atual momento, a escola, e em especial a escola pública, está passando por um verdadeiro desmonte. Dentre os traços que marcam esse processo, temos desde os cortes de recursos, a redução de profissionais, ausência de concursos e contratação de docentes, a terceirização, a perseguição dos docentes e o aumento de controle e vigilância sobre eles e as escolas, a reforma do Ensino Médio, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, o rebaixamento dos conteúdos, o negacionismo, a corrosão dos salários, o controle da escola pelos pais e políticos, a substituição do ensino presencial pelo remoto e a distância, a militarização das escolas e as insistentes tentativas de privatização. Ou seja, são tantos os problemas que nos ameaçam, que assustam qualquer um que esteja minimamente preocupado com a qualidade da educação.

Contudo, como dissemos, ainda que tudo isso caracterize o atual cenário educacional, não é suficiente para se realizar um diagnóstico preciso da educação, necessitamos fazer um recuo e verificar como e porque chegamos à situação em que nos encontramos.

Logo, se analisarmos o passado, chegaremos à conclusão de que acabamos nos descuidando, reduzimos nossa preocupação basicamente ao ensino, ao interior da escola, aos interesses corporativos e não nos atentamos aos determinantes mais amplos. Disseram que deveríamos nos limitar a ensinar, que não deveríamos politizar a educação, que a política e a economia não eram assuntos da escola e de nosso interesse, que era para deixar isso para os políticos.

Assim, abreviamos nosso trabalho ao ensino, às questões imediatas, ao cotidiano. Acreditávamos que, apesar dos “pequenos problemas”, a história seria sem volta, caminharíamos para a universalização do acesso e permanência dos alunos nas escolas, e, aos poucos, melhoraria a qualidade e tudo se resolveria. Com isso, abdicamos da formação, da organização, das mobilizações e das lutas. Entregamos a definição do nosso destino e da educação nas mãos do governo, dos políticos e da burguesia.

Diante disso, aproveitando-se da fragilidade dos trabalhadores, a classe dominante se rearticulou, organizou-se e partiu com todas as forças para o ataque. Primeiramente, deu um golpe, derrubou a Presidente Dilma Rousseff, destruiu as organizações sindicais e abriu as portas para uma infinidade de outros golpes e ataques. O resultado foi um intenso, rápido e ininterrupto processo de destruição. A velocidade meteórica com que essa avalanche ou esse raio desabou sobre nossas cabeças, nos deixou atordoados, em pânico, quase sem capacidade de reação.

Se isso não fosse o bastante, se já não tivéssemos problemas suficientes para enfrentar e nos debater, sobreveio o novo coronavírus, a pandemia, e, repentinamente, deu mais uma cambalhota, virou o mundo literalmente de ponta cabeça, e a tempestade ficou completa.

Haja serenidade e saúde para enfrentar tudo isso! A tática é exatamente esta, desencadear um ataque avassalador, colocar todos em pânico e neutralizar a reação e o enfrentamento.

Diante disso, nos socorremos do poema “José”, de Carlos Drummond de Andrade, publicado originalmente em 1942, do qual mencionamos alguns estratos:

E agora, José?	não veio a utopia	Sozinho no escuro
A festa acabou,	e tudo acabou	qual bicho-do-mato,
a luz apagou,	sem teogonia,
o povo sumiu,	e agora, José?	sem parede nua
a noite esfriou,	para se encostar,
e agora, José?	Se você gritasse,	sem cavalo preto
e agora, você?	se você gemesse,	que fuja a galope,
.....	se você tocasse	você marcha, José!
já não pode beber,	a valsa vienense,	José, para onde?
já não pode fumar,	se você dormisse,	
cuspir já não pode,	se você cansasse,	
a noite esfriou,	se você morresse	
o dia não veio,	Mas você não morre,	
.....	você é duro, José!	
o riso não veio,		

Agora estamos trancafiados, agoniados, ameaçados pela Covid-19, pelos fundamentalistas, pela extrema direita, pela ignorância, pelo capital. A cada reforma, mais ataques,

perda de direitos, aumento do desemprego, precarização das condições de trabalho, esvaziamento dos conteúdos. À cada momento, em cada abraço “amistoso” entre “einentes autoridades”, em cada confraternização farta entre “suas excelências”, em cada reunião ministerial de “alto nível” que, pelo teor das “palavras polidas e rebuscadas”, e pela qualidade dos discursos e seus conteúdos, só podem ser realizadas a portas fechadas para não deixar ninguém pasmo e boquiaberto, e em cada “encontro dentro e fora da agenda” nos salões palacianos, tentamos imaginar, qual será a nova trama, quais serão os novos ataques e quais serão os novos golpes contra os trabalhadores.

Na mesa do café, nos almoços e jantares, dentre os requintados comensais, na bandeja, a cabeça dos trabalhadores...

É triste constatar, porém, que dado o nível de conhecimento, o grau de consciência, de organização e união dos trabalhadores, a qualidade da educação, da saúde, do meio ambiente, assim como, as condições de trabalho e vida, tem muito mais a ver com esses encontros “de suas eminências”, do que, com o empenho, o esforço, a dedicação, o esmero e o trabalho, quer seja, dos profissionais da educação, da saúde, dos ambientalistas, quer seja, dos demais trabalhadores.

Na pauta, nos planos, nas mãos, nos projetos das “ilibadas autoridades”, encontra-se o destino da saúde, da educação, do meio ambiente, dos trabalhadores, da vida e da humanidade.

Nesse momento, não é difícil de perceber, porém, que não estão sendo os trabalhadores os artífices do futuro e os que estão dando a direção e imprimindo o rumo à história. Ao invés disso, como não dão a direção, como são mais dirigidos e conduzidos do que condutores, o são, é claro, de acordo e em função dos interesses e da vontade de quem controla e domina.

“Aos que hesitam”, Bertold Brecht, alerta:

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com a aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

estão em desordem. O inimigo

distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

.....

Creio que o leitor lembra das lutas que travadas durante a ditadura de 1964, contra a repressão e o autoritarismo, assim como, das mobilizações e lutas que se seguiram logo após a sua derrocada. Nessas batalhas, sempre estavam presentes as categorias classes soci-

ais, lutas de classes, dialética, contradições, antagonismos sociais, revolução e transformação social.

Depois de derrubada a ditadura, parece que cansamos, que tínhamos cumprido nosso dever, e fomos nos “deitar em berço esplêndido”. A partir daí deslocamos as lutas para o interior das escolas, para os interesses corporativos, quando muito, por melhorias pontuais, por salário, por resultados. E as lutas de classes e a transformação social parecem ter caído de moda, ficaram para trás, ao menos para a imensa maioria.

Assim, a preocupação passou a ser em fazer “bem feito” o trabalho no interior da sala de aula, dando a impressão de que o compromisso com a educação se encerrava aí. Contudo, independente de dar ou não atenção a outras variáveis que interferem na educação e na escola, a realidade se encarregou de mostrar que elas não se encerram no interior da sala de aula ou dos muros escolares, que está articulada e tem a ver com toda a vida social. Desse modo, quando resumimos nossa preocupação ao ensinar, descuidamo-nos das questões mais amplas, deixamos de nos atentar à política, à economia e ao desenvolvimento do capital.

Alguns anos atrás, escola era entendida como um assunto de responsabilidade quase que exclusiva dos professores. Os pais praticamente “não se metiam”, nem interferiam no trabalho realizado pelas escolas. Inclusive, a maior participação dos pais e da comunidade na vida escolar era uma reivindicação constante por parte dos professores e das escolas.

Entretanto, no momento em que a classe trabalhadora adentra à escola, quando a escolarização básica estava sendo praticamente universalizada, e já tínhamos avançado bastante na ampliação do acesso ao Ensino Superior, a classe dominante, como o fez no passado, passou a se interessar pela educação, a disputá-la, não porém, é claro, para edificá-la e melhorá-la.

Se no passado ela tinha interesse na escola, ainda que, para reproduzir a cultura dominante e preparar a mão de obra e os quadros para suas fileiras, neste momento o faz com uma preocupação completamente inversa. Como a burguesia se encontra numa fase de decadência, para se manter no poder, procura desmontar completamente a escola, patrocina a alienação e tenta impedir que os trabalhadores tenham acesso até mesmo ao mínimo de conhecimento.

Nessa esteira, surge o Escola “sem” Partido, perseguindo e incitando a perseguição e denúncia de professores e escolas, que se transformou numa espécie de parteira de um cem número de ataques e perseguições a professores e instituições escolares, provocando medo, terror e pânico em muitos docentes. Assim, em vez de sermos protagonistas do processo educativo, transformamo-nos em reféns dos pais e de movimentos retrógrados e reacionários.

Nesse contexto, somam-se a expansão e “democratização” das redes sociais e das mídias, que, nas palavras de Umberto Eco,

[...] dão o direito de falar com uma legião de idiotas que anteriormente só falavam em uma mesa de bar depois de um copo de vinho, sem prejudicar ninguém. Eles eram rapidamente silenciados, mas agora têm o mesmo direito de falar do que um Prêmio Nobel. É a invasão dos imbecis. (A MENTE E MARAVILHOSA, 2020).

Assim, causa-nos a impressão de que, como diria Marx, tudo o que é sólido se desmancha no ar.

Certamente, a PHC, que é uma teoria pedagógica genuinamente brasileira, constituiu-se numa das mais desenvolvidas até o momento. Então, em meio a esse cenário, como ela se posiciona, quais são seus desafios?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que, em 2021, ela está completando 42 anos de existência. Suas primeiras elaborações ocorreram em pleno regime militar, durante a ditadura, em 1979. Em segundo lugar, é necessário considerar que ela adota o método materialismo histórico dialético, transforma-se numa pedagogia contra hegemônica, comprometida com a defesa da escola pública, laica, gratuita e universal, comprometida com a classe trabalhadora e com a transformação social.

Diferente das demais pedagogias, trata-se de uma teoria pedagógica histórico-crítica, que acumula muitas reflexões e produções, capaz de superar o senso comum e construir a consciência filosófica; defende a existência da realidade e do saber objetivo, a socialização dos conhecimentos e produções materiais mais desenvolvidas; valoriza a escola, o professor, os conteúdos e o planejamento educacional; entende a educação como um meio de formar o homem integralmente, de construir a emancipação humana e a segunda natureza, a natureza humana.

Por conseguinte, não é difícil de entender o tamanho dos desafios que se colocam para a PHC. Afinal, constitui-se numa pedagogia contra hegemônica, que defende a escola pública, o saber objetivo, a valorização dos conteúdos, a escola e o professor, tem compromisso com a emancipação da classe trabalhadora e, portanto, rema contra a maré e caminha na direção oposta a todo o desmonte e à devastação ultraliberal que está sendo patrocinada contra a educação pelo atual governo e pela classe dominante.

A Pedagogia Histórico-Crítica, porém, não é uma proposta educacional para ser “colocada em prática” no futuro, numa sociedade pós-capitalismo, como alguns pensam. Se assim fosse, se vivêssemos em uma sociedade ideal, igualitária e sem classes, se os professores, a escola e os conteúdos fossem valorizados, se todos tivessem acesso à escola de qualidade e a educação estivesse a serviço dos trabalhadores e da emancipação humana, não haveria necessidade dela.

Ao contrário, a PHC só surge em decorrência da sociedade capitalista, da existência das classes sociais e da ausência de uma escola de qualidade. Em função disso, por meio do trabalho pedagógico que realiza, constitui-se em um instrumento de luta por uma nova educação, pela transformação social, por uma nova sociedade, igualitária.

Todavia, um dos maiores desafios da educação no atual momento e, em especial, da PHC é que os profissionais da educação adquiram consciência de sua condição de classe e sejam consequentes em relação ela. Se assim o fizerem, não terão dúvida de assumi-la como sua teoria pedagógica, uma vez que também assume um compromisso explícito com a classe trabalhadora. Parafrazeando Marx, pode-se dizer que é o encontro do trabalhador com sua teoria pedagógica; é o encontro da teoria pedagógica com aqueles que podem concretizá-la e emancipá-la, superando as condições e relações existentes.

No caso da PHC, um dos grandes desafios que se colocam é sua difusão, seu conhecimento, sua apropriação teórica. A despeito de seus mais de 40 anos, muitos educadores ainda nem sequer ouviram falar dela. Outros, já ouviram falar, mas a conhecem pouco. Outros, simplesmente a consideram difícil. Por fim, há aqueles que desconhecem sua teoria, mas querem saber “como se coloca em prática”.

Portanto, há que se fazer um esforço e traçar um plano de luta, tanto para difundir, quanto, para torná-la conhecida, como para assumi-la enquanto teoria pedagógica orientadora da prática pedagógica e implementá-la em todas as redes de ensino.

Por fim, enquanto teoria pedagógica materialista histórica dialética, que considera o conjunto das relações, as contradições e os antagonismos de classes, cabe a ela fazer do trabalho pedagógico um instrumento de luta pelo acesso aos conhecimentos produzidos historicamente e pelo acesso aos bens materiais produzidos pelo conjunto dos trabalhadores.

III

EDUCAÇÃO PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CAUSAS DA TRAGÉDIA E SAÍDAS PARA A CRISE⁸.

3.1. A face perversa da burguesia

Em 2020, o Brasil e o mundo foram “surpreendidos” pela pandemia do novo coronavírus, que causa a Covid-19, e têm gerado muita apreensão e pânico. Com isso, os problemas que já eram muitos, não só aumentaram como se agravaram. Enquanto isso, a burguesia e o governo que a representa, têm se aproveitado da fragilidade dos trabalhadores para ampliar ainda mais os ataques à educação e escola à pública.

Muitos desses ataques nem sequer estão diretamente relacionadas a elas, no entanto, comprometem as condições de trabalho e de vida dos educadores e vão minando as possibilidades, senão a viabilidade da própria escola e do trabalho docente.

Diante disso, pretendemos trazer à tona o conjunto de fatos, ações, projetos, reformas e iniciativas, numa palavra, de ataques, que estão direta e indiretamente relacionados à educação, à escola e aos educadores, de tal modo que possamos compreender a dimensão dos desafios que nos são impostos no atual momento e, com isso, contribuir para fortalecer a união e organização dos trabalhadores da educação, sem os quais é praticamente impossível enfrentar o monstro que nos atormenta e angustia.

É importante destacar que estamos escrevendo este texto em meio à maior tragédia sanitária da história (03.02.21), quando o Brasil se aproxima da marca de 240 mil mortos, os Estados Unidos beiram 500 mil mortos e o mundo contabiliza mais de 2,4 milhões vidas perdidas pelo novo coronavírus. E, caso também considerássemos a subnotificação de casos, esses números mais que dobrariam.

São pais, mães, irmãos, filhos, amigos, estudantes, professores, trabalhadores, ... pessoas queridas, que têm suas vidas interrompidas inutilmente, quer seja devido à negligência e irresponsabilidade do governo, quer seja, em função dos interesses do capital, para quem a vida não conta, é descartável.

No caso do Brasil, depois de analisar 3.049 normas federais produzidas em 2020 e organizadas em torno de três eixos, os atos normativos da União, os atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia e a propaganda contra a saúde pública, a Faculdade de Saúde Pública da USP e a Conectas Direitos Humanos acusaram o governo de Jair Bolsonaro de executar uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. Afirmam:

Nossa pesquisa revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da presidência da república”, [...] que fez do Brasil um dos países mais afetados pela Covid-19. Os dados [...] revelam o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da

⁸ Texto elaborado inicialmente como referência para a palestra realizada no dia 10 de setembro de 2020, durante a XXIIª Seção do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública de Araucária - PR, organizado pelo SISMMAR (Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária) e outras entidades ligadas à educação e, revisto e readequado para esta publicação.

ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo. (PERES, 2021).

Segundo os pesquisadores, a maioria das mortes poderia ter sido evitada por meio de medidas de contenção da doença. Ou ao menos, reduzidas significativamente. Entretanto, dada à prioridade do capital e da política genocida do governo, a despeito de todo o desenvolvimento técnico e científico, presenciamos um verdadeiro flagelo, uma catástrofe.

Contudo, se isso não fosse o bastante, aliás, para o atual governo, nenhum desses absurdos é o bastante, além de ter “uma estratégia institucional” e de se “empenhar” na disseminação do vírus, isto é, de, em plena pandemia, promover uma política criminoso, quando o país bate recordes e mais recordes no número de mortes,

O governo de Jair Bolsonaro cortou 68,9% da conta de importação de insumos e equipamentos destinados à pesquisa científica. A medida afeta principalmente as ações desenvolvidas pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz) no combate à pandemia da Covid-19.

Em 2020, o valor foi de US\$ 300 milhões (R\$ 1,6 bilhão, em valores de hoje). Para 2021, serão apenas US\$ 93,29 milhões (R\$ 449 milhões de reais). (SASSINE, 2020).

Noutras palavras, os cortes de recursos que atingem diretamente o Butantan e a Fiocruz, responsáveis pela produção de vacinas contra a Covid-19, significam uma sabotagem do próprio governo às vacinas, acarretando, conseqüentemente, o aumento no número de mortos.

A quantidade e intensidade dos crimes praticados pelo governo, porém, também podem ser medidos pela quantidade de pedidos de impeachment protocolados contra o Presidente da República.

Em pouco mais de dois anos, foram apresentados ao presidente da Câmara dos Deputados 68 pedidos. 50 deles em 2020, praticamente todos eles em função do seu descaso e ameaças à saúde e à vida. É como se fosse apresentado um pedido a cada 11 dias. No entanto, nem o presidente da Câmara, nem o judiciário tomou qualquer medida, nem se quer para analisá-los e, se fossem o caso, engavetá-los por inconsistência ou falta de provas. Isso revela que todos se encontram mancomunados em torno da pauta econômica macabra defendida pelo mandatário que afronta a vida.

Isso significa que o novo coronavírus não é a única praga que se abate sobre nós. Apesar de nos encontramos assolados pela Covid-19, ela é apenas uma em meio a um turbilhão de adversidades que nos assolam e nos assombram. Também temos a devastação do meio ambiente e, em particular, a incineração do cerrado e da floresta amazônica, o extermínio dos insetos, da flora e da fauna, a liberação desenfreada dos agrotóxicos, o entreguismo, o desrespeito à Constituição, o genocídio dos povos originários, o racismo, o machismo, a homofobia, a disparada do desemprego e do trabalho informal, o aumento das desigualdades sociais, o retorno ao mapa da fome, as mortes por inanição, os ataques ao SUS, a perseguição aos movimentos sociais, aos partidos de “esquerda” e lideranças populares, o aumento da violência doméstica, o feminicídio, a misoginia, xenofobia, o fascismo, o desrespeito à liberdade de expressão, os ataques aos direitos humanos e aos trabalhadores, o crescimento do fundamentalismo, o negacionismo, as *fake news* – a mentira transformada

em critério verdade. Enfim, como cantava Mercedes Sosa, *são tantos (problemas) que no los puedo contar*.

Contudo, a tragédia que se abate sobre a educação não é menor. Sim, a educação e os educadores, já tínhamos muitos problemas, e, para complicar ainda mais, sobreveio a pandemia, com um governo inepto e uma burguesia inescrupulosa que se prevalecem da situação de fragilidade, de insegurança, de sofrimento e dor, para “colocar a granada no bolso do inimigo” e “passar a boiada”⁹, isto é, para destruir ainda mais as condições de vida dos trabalhadores e fazer a festa dos grandes capitalistas.

Entretanto, não basta constatar esta realidade, trata-se de superá-la. Contudo, não há possibilidade de sair da crise, se não a conhecermos bem, se não compreendermos qual é sua efetiva natureza. Por isso, ainda que nos ocupemos da educação em específico, precisamos visualizar todo o espectro que a cerca. Afinal, como dissemos no capítulo anterior, ela não se explica por si mesma.

Creio que não é novidade para ninguém que vivemos numa sociedade capitalista, que não se constitui numa grande comunidade, numa confraria em que todos se encontram unidos e irmanados em torno do bem comum. Ao contrário, trata-se de uma sociedade de classes, que supõe conflitos, lutas e disputas.

Como nos alertaram Marx e Engels em 1848, desde a antiguidade até os nossos dias, a história se constitui numa sociedade de classes. (MARX e ENGELS, 1998, p. 4, 5).

Porquanto, nos encontramos diante de duas questões fundamentais, das quais jamais podemos nos descuidar e esquecer. Uma é que a sociedade é composta por classes e de lutas, sejam elas abertas e declaradas ou envernizadas e camufladas, e outra, que fazemos parte da classe trabalhadora.

Assim, considerando a sociedade de classes, significa que não mais podemos falar de crise indistinta e indiferenciada, como se tivesse o mesmo significado para ambas as classes, para todos. Como a neutralidade é impossível na sociedade de classes, aquilo que é razão de crise, de dor e de sofrimento para a maioria, para a classe trabalhadora, constitui-se em motivo de comemoração e de celebração para alguns poucos, para a burguesia.

Enquanto para os trabalhadores a crise é sinônimo de sofrimento, de ataques, de perda de direitos, de desemprego e de precarização das condições de vida, para os empresários é “oportunidade” de fazer reformas, aumentar a extração da mais valia e ampliar a acumulação de capital.

Não é exatamente isso que os ministros Paulo Guedes e Ricardo Salles, da economia e do meio ambiente falaram em reunião ministerial? É preciso aproveitar a “confusão” para “botar a granada no bolso do inimigo”, aproveitar a distração provocada pelo coronavírus para “passar a boiada”. E Guedes completava o discurso mais ou menos assim: não vamos emprestar para os pequenos empresários porque eles dão prejuízos, vamos emprestar para os ricos e ganhar ainda mais dinheiro.

Ademais, em vez de os bancos emprestarem o dinheiro para superar os problemas decorrentes da pandemia, retém a maior parte, pelo qual o governo remunera, paga juros e correção monetária, enriquecendo ainda mais os próprios bancos. Trata-se, portanto, de um capital inútil, que só serve para engordar os bancos já empanturrados, não chega nem se quer a se transformar em capital produtivo e gerar empregos.

⁹ Expressões utilizadas respectivamente pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Ricardo Salles (Meio Ambiente), em reunião ministerial ocorrida no dia 22 de maio, no Palácio do Planalto, expressando que o governo deveria aproveitar o isolamento social devido à pandemia, enquanto a grande maioria está preocupada com a Covid-19, para atacar os trabalhadores, retirar direitos e beneficiar latifundiários e agropecuaristas.

Como disse o ex-presidente Lula no dia 7 de setembro (2020), repetindo uma frase do Victor Hugo, “É do inferno dos pobres que é feito o paraíso dos ricos”. Sim, de acordo com a Oxfam, em pouco mais de três meses, entre março e começo de julho, em meio à pandemia, enquanto os trabalhadores tiveram seus salários rebaixados ou foram postos na rua; enquanto, de acordo com o Data Favela, 86% dos moradores das favelas têm dificuldades para comprar comida e outros itens básicos de sobrevivência (BETIM, 2020); e, enquanto, segundo pesquisa realizada pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e pelo IRD (Instituto Francês de Pesquisa e desenvolvimento), as cidades com maior quantidade de trabalhadores informais foram as mais afetadas pela Covid-19 no Brasil (GARCIA, 2020), na outra ponta, os 42 bilionários brasileiros fizeram festa e aumentaram seu patrimônio em R\$ 34 bilhões, que representa um montante maior do que todo o orçamento destinado ao SUS (Sistema Único de Saúde), que atende aproximadamente 80% da população brasileira, ou seja, mais de 150 milhões de pessoas.

O crescimento da concentração da riqueza em meio às crises, contudo, não é nenhuma novidade, nem é exclusividade do Brasil. Em 2020, enquanto cresceu o desemprego, aumentou o trabalho informal e se disseminaram as carências entre a maioria dos trabalhadores, em razão inversa, cresceu a fortuna dos mais ricos. Ou seja, a riqueza e a pobreza caminharam em direção oposta, uma é a razão de ser da outra.

De acordo com a Oxfam, em meio à pandemia, enquanto cerca de meio bilhão de pessoas perderam o emprego, em menos de três meses, entre meados de março e final de maio de 2020, as 25 pessoas mais ricas do mundo aumentaram sua fortuna em R\$ 1,3 trilhão de reais. E, segundo o Índice de Bilionários da Bloomberg, nesse mesmo ano, a fortuna das 500 pessoas mais ricas do mundo deu salto de 31%, acrescentando US\$ 1,8 trilhão de dólares, totalizando R\$ 7,6 trilhões. Isso representa um valor superior ao PIB (Produto Interno Bruto) do Japão, que tem uma população de aproximadamente 127 milhões de habitantes e é o terceiro país mais rico do mundo, atrás apenas de EUA e China. Registre-se que apenas com esses lucros daria para acabar com a fome no mundo e pagar os custos de todo o tratamento contra a Covid-19.

Diante disso, para além do plano dos discursos e da hipocrisia, seria muito esperar da classe dominante bom senso, comiseração e preocupação com a redução das desigualdades e com a mudança do atual modo de produção. No entanto, o cinismo não tem limites, chega a tal ponto de o empresário e comentarista da TV Cultura, Emerson Kapaz, justificar e falar: “Ainda bem que você tem uma desigualdade muito grande porque a Terra não ia aguentar”. (CARTA CAMPINAS, 2021).

De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas),

Ao monitorar o comércio de insumos para o combate à Covid-19 no mundo, chegou-se à conclusão que um cidadão de países mais ricos chega a ter acesso 100 vezes maior a remédios, equipamentos e estrutura médica do que aqueles que vivem em nações pobres. (CHADE, 2020).

Esses dados revelam os perversos efeitos de uma sociedade de classes e demonstra que os efeitos da crise, não são distribuídos, nem sentidos de igual forma por todos. E, se a razão do inferno dos trabalhadores é o paraíso da burguesia, não nos iludamos em pensar que todos se encontram em crise, nem que todos estão preocupados em acabar com ela. Ou ainda, demonstra que a forma como resolve suas crises, é exportando as desgraças para os trabalhadores. Por isso, precisamos estar preparados para a luta, para muita luta...

Além do mais, não se trata de uma luta qualquer, de jogo limpo, com respeito a regras. Aliás, jogo limpo e respeito às regras não é uma marca da burguesia. Inclusive, durante e após o golpe que derrubou a presidente Dilma Rousseff (2016), tivemos uma verdadeira aula, um curso, uma escola sobre como ela (a burguesia) se utiliza de todos os meios e até mesmo das artimanhas mais perversas e abjetas para defender seus interesses. No entanto, quer que os trabalhadores sejam “bons”, dóceis, pacíficos, humildes, “comportem-se”, respeitem as regras e “joguem limpo”. É como se falasse para que eles se prostrem e se possem voluntariamente em torno do tronco e permaneçam passivos enquanto ela desce a chibata.

Todavia, se a sociedade é de luta, pergunto: Até onde vai a nossa luta? Sim, apesar de a pergunta parecer um tanto estranha, vou repetir: Até onde estamos dispostos a lutar? Lutamos apenas para tentar nos manter vivos? Lutamos para garantir algum aumento de salário? Nossa luta é apenas contra o governo fascista? Ou a luta é para transformar profundamente a sociedade? Afinal, ninguém vai além daquilo que se propõe, não é mesmo? Além disso, ninguém luta se não tiver inimigo, ou se não o vê ou não o conhece, ou ainda, se em função de se metamorfosear e se travestir com “pele de cordeiro”, invés de vê-lo como inimigo, se vê como aliado.

Isso significa que a nossa luta depende da identificação do nosso inimigo. Por conseguinte, reiteramos, a primeira condição para a luta é saber da existência do inimigo, identificar quem é ele, conhecer seu tamanho, as armas que utiliza, as estratégias que usa e a força que tem.

Disso decorre que o conhecimento, o professor, a escola e a educação são fundamentais. Então pensemos bem se não encontra aí uma das razões pelas quais os professores, a escola e a educação pública estão sendo severamente atacados. Afinal, a ignorância é condição primeira para a dominação, para a submissão, para a reprodução e perpetuação das condições existentes.

Dito isso, perguntamos: Todos estão preocupados com a defesa do conhecimento científico, com a valorização do professor, com a importância da escola e a socialização dos conhecimentos mais desenvolvidos? Creio que não é difícil de saber a resposta, não é mesmo? É óbvio que nem todos têm o mesmo interesse em relação à educação. Também não é difícil de compreender por que são produzidas e difundidas tantas *fake news*. Afinal, qual é a finalidade das *fake news* senão mentir, desviar o foco e escamotear a realidade, noutras palavras, atacar a verdade, o conhecimento, a ciência e, portanto, o papel e a função da escola.

Além do mais, se considerarmos que, de acordo com estudo realizado por cientistas do Laboratório de Mídia do MIT (Massachusetts Institute of Technology), dos Estados Unidos, sobre a disseminação de notícias falsas na internet, publicado na revista *Science*, que “As notícias falsas se espalham 70% mais rápido do que as verdadeiras e alcançam muito mais gente”, (JORNALDOCOMERCIO, 2020), em parte, explica o fato de o principal mandatário do país personificar as *fake News*, ser idolatrado e, mesmo assim, continuar com relativa popularidade, não obstante as asneiras que destila e o desastre que representa seu governo.

Quem teve o desprazer de assistir o pronunciamento do presidente na comemoração do Dia da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 2020, e na abertura da 75ª Assembleia Geral ONU (Organização das Nações Unidas), no dia 22 de setembro desse mesmo ano, deve ter ficado enojado, pois, não passaram de duas peças de *fake news*, do começo ao fim.

Entretanto, ao contrário do que poderia se supor, não há nenhuma ingenuidade nisso. Afinal, assessorado por Olávo de Carvalho e Steve Bannon, e adorador do *fake news* mor, Donald Trump, sabendo que circulam rapidamente e atingem maior público, Bolsonaro parece determinado a fazer discursos erráticos, no intuito de provocar as pessoas, de fazê-las comentar e divulgar.

É mais ou menos assim, “falem mal, mas falem de mim”. Pois, como o conhecimento, a ciência e a cultura parecem não gozar de sua companhia, caso falasse a verdade, além de ser pouco divulgada, não teria muita coisa a falar, e não se sustentaria. Consequentemente, produz e dissemina *fakes News*, as quais, tornaram-se motivo de distração popular, de condição de governo, de manutenção da popularidade.

Sabendo que o Brasil é um país em que conhecimento e a capacidade crítica não são companheiros de grande parte da população e que a imensa maioria apresenta baixa exigência cultural e, consequentemente, baixa expectativa social, ao falar *tonterias* e inverdades, quando não de forma rude e grosseira, de certo modo, aparenta simplicidade.

Com isso, por um lado, provoca uma certa identificação com uma significativa parcela da população, e, por outro, a transforma numa espécie de refém de seus discursos e arlequinadas, quer seja aprovando-o ou contestando-o. E dada a divisão social e a polarização intencionalmente produzida pela mídia, é como se obrigasse as pessoas a comentar, discutir, posicionar-se e divulgar.

Assim, por meio desse artifício, determina a pauta das discussões, tanto das que são veiculadas pela imprensa, como das que circulam pelas ruas e nos demais espaços sociais, seja de seus seguidores ou dos que se contrapõem e o combatem e, em contrapartida, a equipe econômica se aproveita dessa “distração” para “passar a boiada” e “colocar granadas nos bolsos dos inimigos”, isto é, para promover as reformas e os ataques contra os trabalhadores.

Desse modo, a despeito das práticas governamentais, das políticas e das reformas, que em sua maioria confrontam diretamente com os interesses da maior parte da população, também retroalimenta as polêmicas e granjeia um expressivo apoio popular.

As *fakes news*, porém, não se limitam aos discursos do governo, nem se reduzem às notícias falsas propositalmente produzidas e massivamente difundidas pela extrema direita. Existe maior *fake* do que os empresários, o governo e a mídia chamarem os trabalhadores de “colaboradores”? Esta é a *fake* mais difundida no mundo. Não se trata de uma forma de respeito e consideração com os trabalhadores, por saber que são eles os responsáveis pela produção de todas as riquezas. Ao invés disso, têm a finalidade de confundir, ludibriar e induzi-los a pensar como se fizessem parte da empresa, de impedir que se reconheçam como trabalhadores, como explorados e esconder o caráter de classe. Portanto, devemos rechaçar esse tipo de enganação.

Mas não é só isso. Quem é ou quem são o/s maior/es produtor/es de *fake News*? Não é exatamente a grande mídia, que inclusive, posta-se como critério de verdade para desmentir as tais *fake news*? Quem acredita que ela publica somente a verdade, toda a verdade, nada mais que a verdade? Na dúvida, basta verificar suas articulações e até mesmo sua participação e comprometimento, em especial, da globo, com a operação Lava Jato, divulgados por Intercept, que revelou diálogos travados entre o juiz Sergio Moro e os procuradores de Curitiba, com o objetivo de criminalizar o ex-presidente Lula, que impediu a sua candidatura e garantiu a vitória de Bolsonaro em 2018.

Patrocinada por grandes indústrias, latifúndios, comerciantes, empresários, numa palavra, pelo grande capital, a grande mídia se transforma na porta-voz do grande capital. Em função disso, promove uma espécie de lavagem cerebral.

Ainda que algumas vezes, os grandes jornalões, as TVs, as rádios etc., mintam e difundem *fakes* no sentido mais literal da palavra, em geral, não o fazem. Pois, se fizessem o tempo todo, seriam rapidamente desmascarados, perderiam a credibilidade e não se sustentariam.

Então, como procedem? Escamoteando sua parcialidade, utilizam-se de parte da verdade, aquilo que lhe interessa divulgar, em função de seus interesses, para convencer o leitor, o ouvinte, o telespectador a pensar que aquilo que e como transmitem é a verdade, somente a verdade, toda a verdade, nada mais que a verdade.

Adicione-se a isso a alta concentração e o monopólio do mercado dos meios de comunicação. De acordo com pesquisa realizada pelo Intervezes, no caso da televisão, apenas quatro redes (Globo, SBT, Record e Band) concentram 71,1% de toda a audiência do país; na mídia impressa, 50% do mercado é ocupado pelos grupos: Globo, Folha, RBS e Sada; na mídia *online*, os grupos (G1, UOL, R7 e IG) dominam 58,75% do *share* de audiência. Além disso, também se verifica uma elevada concentração cruzada, em que um mesmo grupo controla diferentes veículos. Dentre as 26 maiores redes, nove pertencem ao Grupo Globo, cinco ao Grupo Bandeirantes, cinco são controlados pelo Grupo Record (ligados à Igreja Universal do Reino de Deus), quatro pertencem ao grupo regional RBS (ligado à Globo, com atuação na Região Sul) e três pertencem ao Grupo Folha. Os veículos controlados pelo Grupo Globo atingem, na média ponderada, um total de 43,86% da audiência de todo o país. (VILELA, 2020).

Diga-se de passagem, que a maioria desses grupos e empresas midiáticas, por sua vez, limitam-se praticamente a reproduzir “notícias” produzidas e distribuídas pelas gigantes das comunicações mundiais, que se encontram altamente concentradas, e são porta-vozes dos grandes interesses econômicos.

No ano de 2000, o controle midiático que anteriormente se encontrava em 10 mãos, reduziu-se para 6 grandes empresas de comunicação (Time Warner, Walt Disney, Viacom, News Corporation, CBS Corporation e General Electric/NBC Universal), que passaram a ser denominadas de “Big Six”. E, em 2004, monopolizou-se ainda mais, passou para apenas 5 mãos.

Assim, não é difícil de se entender como se produz “uma massa”, “uma manada”, “um rebanho”, “uma boiada”, “um cidadão planetário” amorfo, homogêneo e indiferenciado, capaz de defender e até mesmo eleger o pior dos carrascos, ou então, de transformar as ideias e interesses dos dominantes nas ideias e interesses hegemônicos. Basta veicular e repetir à exaustão apenas parte dos fatos, aquilo que, quando e como quer, da forma como interessa a determinado segmento social, dar voz apenas a uns, aos que pensam da mesma forma, e impedir, amordaçar, calar e silenciar a outros, as vozes dissonantes.

Senão vejamos: desde 2013, 2014, quando se intensificaram as tramas que culminaram no golpe e derrubada da presidente Dilma, alguém viu uma única vez, a grande mídia abrir espaço e dar voz para algum trabalhador, para os sindicatos, para os professores falarem acerca de sua posição sobre a reforma da previdência, a terceirização, a reforma trabalhista, e mesmo agora mais recentemente, sobre o retorno ao trabalho durante a pandemia? Alguém viu algum desses meios abrir espaço para os professores e os sindicatos falarem sobre a Reforma Trabalhista, a Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curri-

cular? Alguém viu algum desses canais abrir espaço para os professores se manifestarem sobre o retorno às aulas presenciais e as consequências do trabalho remoto e da Educação a Distância? Ao lado de reportagens dizendo “grandes empresas fazem doação para ajudar a superar a pandemia”, alguém viu alguma delas fazendo menção às toneladas de produtos sem agrotóxicos doadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) para as populações carentes das periferias em diversos estados do país? Já se perguntaram por que muitos enaltecem o agronegócio e demonizam o MST? É como se quisessem dizer, olhem como os empresários e latifundiários são bons, “pessoas de bem”, e como o MST é mau, violento, criminoso e baderneiro, “pessoas do mal”. Já se perguntaram por que os governos do PT, que construíram universidades, criaram o programa Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos, quadruplicaram o valor do salário-mínimo, criaram programas sociais, fortaleceram o SUS, garantiram direito a empregados domésticos, dobraram o número de acesso de estudantes ao Ensino Superior, multiplicaram as bolsas para pesquisadores, são tão enxovalhados? Já se perguntaram por que os governos do PSDB, do DEM, do PTB, do Republicanos e do PSL não são vistos como corruptos? Já se perguntaram por que, a despeito de toda a corrupção empresarial, são os funcionários públicos que são vistos como corruptos? Já se perguntaram por que apesar de a universidade pública ser a responsável por mais de 90% das pesquisas e salvar vidas, é tão criticada? Já se perguntaram por que os professores da escola pública e Paulo Freire são demonizados? E também poderíamos perguntar, por que Cuba e Venezuela são demonizadas?

Vejam, portanto, como a grande mídia, patrocinada pelos grandes capitalistas, foi demonizando o MST, o PT, os professores, enfim, os trabalhadores, produziu a polarização social, legitimou o golpe e os ataques contra eles.

Camuflada sob o manto da “liberdade de expressão” e da suposta “neutralidade”, essas empresas de comunicação divulgam o que querem, quando querem, como e do modo que lhes interessa, ou que interessa a quem as patrocina. Assim como, também escondem o que querem em função dos interesses em questão.

Desse modo, constituem-se em verdadeiras fábricas de alienação, capazes de produzir uma “massa” e conduzir os próprios trabalhadores a eleger até mesmo seus maiores e piores inimigos. E fazerem de tal forma que lhes cause a impressão de que são eles próprios que escolhem, que são os “sujeitos” de suas histórias, afinal, jamais admitiriam a ideia de que são teleguiados, que não são eles que fazem as escolhas, que outros definem o rumo de suas vidas.

Pensem bem, em sua consciência, algum negro teria um único motivo para votar em quem os compara a animais? Alguma mulher, teria uma única razão para votar num ser preconceituoso, machista, misógino, que as considera como um ser de segunda categoria, resultado de uma “fraquejada”? Algum professor ou professora, teria algum motivo para votar em quem corta recursos da educação, ataca a escola, desrespeita e persegue os professores, não respeita a autonomia universitária e nega a ciência? Algum professor teria algum motivo para votar em quem os pisoteia com cavalos, joga bombas, aumenta a alíquota de contribuição previdenciária, obriga a trabalhar mais tempo para se aposentar e acaba com seus direitos? Algum homossexual teria algum motivo para votar em quem fala “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”? Enfim, algum trabalhador teria algum motivo para votar em quem ataca os sindicatos, coloca granada no seu bolso, passa o rolo compressor, acaba com os empregos, dá trilhões para os bancos e grandes empresários e acaba

com todos os seus direitos? Convenhamos, votar em candidatos que defendem isso, só se for manipulado, alienado, masoquista e doente, ou se for objeto de intensa doutrinação.

Diante dessa situação aparentemente incompreensível, recorremos a Étienne de La Boétie, que no século XVI, escreveu o “*Discurso da Servidão Voluntária*”, que pode nos ajudar a elucidar um pouco da realidade atual.

Em certa ocasião, perguntava-se o autor, como um único tirano poderia manter sob o seu jugo milhares de homens e dezenas de cidades. Como resposta, conclui que os próprios homens, por hábito, por ignorância e por fraqueza moral, submetem-se “voluntariamente” à tirania. Um pequeno número deles obtém a confiança do tirano e dele se aproxima, compartilhando de seus desmandos e recebendo seus favores. Esse pequeno número dispõe de seus próprios súditos, que também compartilham de seus desmandos e recebem seus favores. Esses súditos, por sua vez, também mantêm uma série de subordinados, os quais, possuem seus próprios subordinados. (PRADO, 2020).

Assim, formam-se relações de favorecimento e obediência em múltiplos níveis ou instâncias, que controlam a massa ignorante pela força e, principalmente, por políticas enganosas, por discursos religiosos e supersticiosos, que envolvem o tirano em um manto de devoção.

Desse modo, articula-se uma rede de favores e concessões, em que um homem deve obediência a outro, em uma teia cuja ponta leva, em última instância, ao tirano. Ao cabo, os súditos são subjugados uns por meio dos outros. O tirano se mantém tirano porque os próprios súditos se mantêm servis. A servidão, paradoxalmente, parece voluntária. (Idem).

No caso do Brasil, não há nenhuma novidade entre o que o mandatário fala e faz e o que falava, anunciava e fazia antes de ser eleito. Portanto, se apenas os negros, ou as mulheres, ou os professores, ou os trabalhadores tivessem “amor-próprio”, ou melhor, consciência de sua condição, não aceitassem se submeter à “servidão voluntária” e não votassem nele, jamais seria eleito.

Como se sabe, a mídia sim é “parasita”, não tem vida própria, depende de outros para sobreviver, neste caso, do capital. Por isso, não nos enganemos, ela tem lado, é de classe e se confunde com ele. Entretanto, ao invés disso, para representá-lo, necessita confundir e se confundir com a grande massa, precisa parecer neutra e imparcial. Desse modo, consegue causar a impressão de que a representa. Assim, sem que os indivíduos se deem conta, como diriam Marx e Engels, transforma as ideias dos dominantes, isto é, dos proprietários, dos que a pagam e mantém, nas ideias dominantes de uma época. (MARX e ENGELS, 1981, p. 59).

Noutras palavras, a grande mídia é a face ideológica da dominação que a burguesa exerce no plano prático, material e econômico. Ou seja, sendo uma classe extremamente minoritária, à classe dominante não resta alternativa senão se utilizar de todos os meios, sejam eles, econômicos, políticos, ideológicos, burocráticos e ou repressivos para manipular, garantir seus privilégios e perpetuar sua dominação.

Em função disso, dado o alcance e o poder que a mídia possui, jamais deveria ser outorgada e servir a interesses privados. Sua manutenção na esfera pública, mantida por recursos públicos, gerida por um coletivo que represente os interesses populares, é condição para garantir um mínimo de isenção, objetividade e democratização das informações.

Mas, o que fariamos se pertencêssemos à classe dominante? Não fariamos a mesma coisa? Sim, não há dúvida. O problema, portanto, não está na classe dominante defender

seus interesses, com todos os meios. O problema é a classe trabalhadora não pensar e agir de acordo com sua condição de classe e fazê-lo conforme os interesses da burguesia.

Então, como se explica que a classe trabalhadora, sendo mais de 95% da população, não consegue se desvencilhar das correntes que a prendem? Não resta dúvida de que, articulada à condição material, a ação das legiões de produtores de alienação, que abrange desde a grande mídia, passa pelas igrejas, pela escola, pela família e se espalha pela sociedade, exercem um papel fundamental, pois, não só impedem, ou, pelo menos, dificultam ao máximo, que os trabalhadores se reconheçam, identifiquem-se e pensam como classe, como fazem com que ajam de acordo com os interesses de seus adversários, a classe dominante.

Penso que, diante do atual contexto, não é exagero se falar que a cada dia nos sentimos mais asfixiados e temos a sensação de que estamos com uma corda no pescoço que vai arrojando e apertando cada vez mais.

Em um artigo intitulado “*As razões profundas dos ataques à escola pública*”, publicado no livro “*Em defesa das políticas públicas*”, pela editora Navegando, dizia que

[...] a sensação que se tem é que “as placas tectônicas” estão se movendo rapidamente, provocando a hecatombe de tudo o que se encontra sobre elas. O resultado é só catástrofe e destruição.

Creio que muitos devem estar com essa sensação. Fico pensando nas crianças, nos jovens, nos trabalhadores, em nós..., na sociedade, no mundo..., vejo os sonhos se derretendo, o futuro sendo abortado, a tragédia iminente... A impressão é de que somos personagens do filme *The Wall*, de Pink Floyd, que estamos caminhando e ou sendo conduzidos em direção a uma máquina de triturar. (ORSO, 2020, p. 242).

Em outro artigo intitulado “*Reformas educacionais em tempos de golpe ou como avançar andando para trás*”, também publicado pela Navegando, no livro “*A crise da democracia brasileira*”, escrito logo após o golpe em 2016, e reelaborado para compor o primeiro capítulo desta obra, falava que a partir daquele momento, o funcionalismo e a educação seriam os alvos prioritários dos golpistas. O pior é que a história não só nos deu razão, como a devastação é de tal monta que não está sobrando pedra sobre pedra, desencadeou-se uma verdadeira hecatombe.

3.2. Ataques implacáveis à educação

A escola pública sempre sofreu ataques pontuais, forçando a realização de reformas aqui e acolá. No entanto, nunca sofreu tantos quantos no atual momento, nem em tantas frentes, de forma tão cerrada, abrangente e generalizada. Não há precedente nem equivalente, está sendo atacada na sua totalidade, desde a educação básica à Pós-Graduação.

A situação é gravíssima. Está em curso uma mudança em toda a estrutura educacional, desde a concepção e seus meios, até seus fins – uma transformação ampla, geral e irrestrita – promover uma mudança completa em toda a educação e a escola pública é o objetivo dos reformadores. Claro que, como dissemos, não em favor de sua melhoria.

A privatização e o empresariamento não são o limite. Se assim fosse, mesmo que sob mãos privadas, a escola seria preservada. Entretanto, caso não consigamos deter a avalanche destruidora, amargaremos o seu completo desmonte, será o fim da escola tal como a conhecemos.

Falo isso não para assustar, mas sim para despertarmos do sono, da letargia e do imobilismo. Ademais, como é do conhecimento de todos, os ataques desferidos pela burguesia na atualidade, para além dos especificamente impetrados contra a educação, atingem todas as dimensões e condições de vida dos trabalhadores.

O peso da chamada crise econômica, política e social forjada pelos golpistas foi despejado somente sobre os trabalhadores. Como dissemos nos capítulos anteriores, nenhuma reforma ou medida política e econômica adotada para resolver “a crise”, implicou na redução de algum privilégio da classe dominante, todas foram impetradas contra os trabalhadores.

Em 1848, ao escreverem o “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels falavam que a burguesia se encarregou de simplificar as classes e reduzi-las a duas, burguesia e proletariado (MARX, 1998, p. 5).

Pois bem, no Brasil, essa realidade perdurou por séculos. Só em um brevíssimo espaço de tempo, durante um pequeno período do governo de Getúlio Vargas e outro nos governos do PT, entre 2003 e início de 2016, ocorreu uma “confusão”, uma tentativa de “conciliação de classes”. Contudo, a partir da ascensão dos governos Temer e Bolsonaro se desfaz toda “confusão”, deixando claro que de um lado está a burguesia e do outro os trabalhadores. Se é que algum dia teve, já não há mais espaço para ilusão, nem para confusão.

Para viabilizar todos os ataques, primeiramente foi necessário dar um grande golpe, para então, destravar todos os demais que se sucederiam “com o Supremo, com tudo...”¹⁰. “Inicia-se” com a derrubada da presidente Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer. A partir daí a burguesia reuniu em torno de si uma “santa aliança”, composta pelo judiciário, pela mídia, pelo parlamento, pelos fundamentalistas religiosos, pelos fundamentalistas do mercado, por setores da igreja católica e dos militares, por frações empresariais, por latifundiários, enfim, todos contra os trabalhadores.

Assim, a derrubada da presidente foi só o primeiro golpe... que foi seguido e se completa com infindáveis outros, desfechados numa velocidade meteórica. E parecem não ter fim... Dentre eles, para mencionar alguns, citamos a PEC 55, que congela os investimentos em educação e saúde por 20 anos, que, como vimos, só nestas duas áreas, implica a perda de mais de R\$ 1 trilhão de reais, a reforma do Ensino Médio (Medida Provisória (MP nº 748/2016) e a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

Todavia, depois de aprovada a Reforma Trabalhista e alterados mais de 100 itens da CLT (Consolidação da Leis do Trabalho), o governo Bolsonaro, que numa peça de retórica repetia que o trabalhador deveria escolher entre “os direitos e o desemprego ou menos direitos e emprego”, tratou de garantir mais liberdade ao capital, atacar os sindicatos, realizar uma nova reforma trabalhista e acabar com o que restou de direitos sociais. Hoje, não só nos encontramos sem direitos, mas também sem empregos, revelando a hipocrisia do governo e da burguesia.

Lembremos que a Reforma do Ensino Médio foi uma das primeiras medidas aprovadas pelo governo golpista de Michel Temer. Ela não considerou nem o Ensino Fundamental e nem a Educação Infantil e, muito menos, o Ensino Superior. Feita por Medida

¹⁰ Em um diálogo interceptado entre o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o empresário Sérgio Machado, da Transpetro, ocorrido em março de 2017, tornado público em maio de 2018, Jucá diz que é necessário um acordo nacional “...com o Supremo, com tudo...”, e revela que o golpe que derrubou presidenta Dilma Rousseff foi arquitetado com a participação de políticos, empresários, juízes, a mídia... com o intuito de abrir caminho para desencadear um ataque implacável aos trabalhadores, realizar reformas, promover uma onda de privatizações sem limites, acabar com a educação e saúde públicas e exterminar seus direitos, que se traduziu num golpe de classe contra os trabalhadores.

Provisória, coisa que não ocorreu nem na ditadura (1964-1985), força a mudança de toda a educação. Por isso, para justificá-la precisou lançar mão de uma propaganda massiva e ilusória que dizia que os alunos teriam liberdade de escolha, que cada um decidiria o curso que queria fazer, a profissão que escolheria e o rumo que seguiria na vida.

Aqui há que se fazer algumas observações. A primeira é que isso demonstra que o governo não tem projeto, anda sem rumo, não sabe o que quer, nem tem prioridades para o país. A segunda é que a suposta liberdade de escolha dos alunos, como vimos, revelou-se uma falácia, pois, terão como única escolha a ausência de escolha, ou seja, acatar e escolher aquilo que é oferecido pela escola, pela comunidade, pelo município.

Adicione-se a isso, o fim dos concursos, a redução de pessoal, a terceirização, a aprovação da BNCC, as inúmeras tentativas de instituir a Escola "sem" Partido, ou melhor, "a escola da mordada", a educação a distância e a *homeschooling*.

Veja que, logo que tomou posse, como mencionamos no primeiro capítulo, o governo Temer havia aprovado até 20% da carga horária dos cursos presenciais a distância. Depois, no último dia de seu funesto mandato, editou uma portaria liberando até 40% da carga horária. Isso significa menos 40% de professores, estruturas...

A situação é extremamente preocupante, pois, com as chamadas "novas tecnologias", a estimativa é que mais de 60% das atuais profissões desaparecerão. E para onde e o que farão essas pessoas, nós? Para se ter uma ideia do problema, antes da pandemia do coronavírus, mais de 60% dos professores de pedagogia já eram formados à distância. A partir daí essa modalidade de formação certamente aumentará muito.

Todas essas reformas que estão sendo empurradas goela abaixo, sem qualquer discussão ou consideração pelos trabalhadores, sejam eles da educação ou os demais, têm a finalidade de atualizar, de adequar o mundo à nova fase de desenvolvimento e concentração do capital. Não é por acaso que o governo Bolsonaro quer distribuir armas para a população, nega a ciência, cria obstáculos à vacina e não enfrenta o problema da pandemia, sobretudo nas periferias, e quer que os velhinhos morram (não só eles).

Nesse contexto, a Educação a Distância certamente ampliará os efeitos perversos da desigualdade social. A internet chega apenas a 70% das casas dos brasileiros e 58% tem acesso apenas pelo celular. Estamos falando que o sinal chega, não que seja adequado aos estudos, ao ensino e às pesquisas. Mais de 20 milhões de famílias não tem acesso à internet.

Alguém poderia contra-argumentar e dizer que o celular já faz parte do cotidiano de muitas pessoas, que o utilizam para se comunicar e ver informações, reportagens e notícias. Sim, é verdade. Porém, isso é muito diferente do que acabar com o ensino presencial, com o contato pessoal, com as interações, com as trocas de experiências, conhecimentos e vivências, e restringir as aulas a um celular ou até mesmo a um *notebook*, passar a manhã, a tarde ou a noite, ou ainda, o dia todo, no caso das escolas em que os cursos são integrais, assistindo aulas, com pouco ou quase nenhuma interação, vendo a escrita minúscula em um quadro, à distância, durante a semana, o mês, o ano inteiro, a vida inteira. Isso é uma insanidade.

Entretanto, com a chegada da pandemia, em meio aos ataques aos trabalhadores, à destruição de seus direitos, ao rebaixamento dos salários e ao crescimento do desemprego e do trabalho informal, impõe-se como um peso o ensino remoto.

De um lado, o estado e as instituições privadas economizam bilhões de reais em infraestrutura, gastos com pessoal, água, energia, papel higiênico, internet, material pedagógico, passagens, hospedagens etc., e, de outro, é transferida e repassada a responsabilidade

por viabilizar as condições de ensino e aprendizagem exclusivamente para os próprios professores e para as famílias dos alunos, que, muitas vezes, necessitam até mesmo deixar de comprar agasalhos, alimentos, tratar da saúde e cuidar da casa, para bancar a compra de celular, mesa, cadeira, *notebook*, computador e pagar internet para que os filhos possam “estudar”.

Some-se a isso os prejuízos causados ao ensino e à socialização, a falta de contato interpessoal e a ausência de troca de experiências, que são aguçadas pelo estresse e tensões devido ao isolamento social e o tempo infundável que docentes e alunos são forçados a permanecer diante das telas sem equipamentos, espaços, condições materiais e infraestrutura adequados ao ensino e aprendizagem.

Ademais, com o ensino remoto, ao serem obrigados a “ceder” o espaço privado de suas casas para o ensino, os professores têm suas aulas expostas aos pais dos alunos e à comunidade, que nem sempre estão preocupados com a qualidade da educação, e perdem a privacidade e a autonomia didático-pedagógica.

E, ao serem forçados a adquirir equipamentos e transformar suas casas numa “espécie de microempresa”, tendo que arcar por conta própria com todos os custos necessários para viabilizar o ensino e a aprendizagem, sem qualquer compensação, os professores e alunos acabam desonerando o estado e os mercados da educação, que acabam praticamente não tendo nenhum custo e ficam somente com os lucros. Isso representa mais uma forma de transferência de renda do trabalhador para o capital.

Não por acaso, enquanto, em plena pandemia, os professores e as famílias acumulam perdas e empobrecem ainda mais, as grandes empresas de tecnologia e de comunicação tiveram lucros extraordinários na bolsa de valores e multiplicam seu capital.

Algo não menos trágico é a *homeschooling*, a chamada educação domiciliar ou doméstica. Primeiro porque se constitui num ataque brutal à escola. Além disso, imagine como será a educação dos filhos dos trabalhadores cuja média de escolarização no país não passa de sete anos.

Pensem no conhecimento que os pais têm de português, matemática, ciência, geografia, histórica, filosofia, política, economia, química, didática, sobre as fases de desenvolvimento físico e psíquico, sobre os processos de ensino e aprendizagem etc, necessários para ensinar; pense que experiência de socialização terão essas crianças; pense na qualidade das aulas depois de um dia de trabalho intenso e cansativo; pensem como será o ensino quando os pais se encontrarem atordoados pelo desemprego, preocupados com a sobrevivência... Nessas condições, nem mesmo as tais “competências e habilidades” os alunos/filhos aprenderão.

Alguém pode argumentar e dizer que essa modalidade não será para todos e sim somente para alguns, para os ricos, aqueles que têm condições. Sim, mais um motivo para não implementá-la por seu caráter excludente, por aprofundar ainda mais o fosso entre os ricos e pobres, por reforçar a escola dualista, por desconsiderar o caráter universalizador da escolarização etc. Ou seja, do ponto de vista social, humano e científico, não faltam motivos para ser contra a educação domiciliar.

Entretanto, apesar disso e de ser inconstitucional, no dia 24 de agosto de 2020, a Câmara de Vereadores de Cascavel aprovou o *homeschooling*. O incrível é que o presidente da ANED (Associação Nacional de Educação Domiciliar), é professor da Rede Estadual e há outros professores que apoiam a proposta. Sequer têm a noção de que se for instituído eles próprios perdem seu emprego.

Além disso, há um projeto na Câmara Federal que tramita sob a coordenação da Deputada Dorinha Rezende (DEM) que é favorável à educação domiciliar, que quer aproveitar o isolamento social, provocado pela pandemia, para dar celeridade ao projeto. Sob a justificativa da qualidade e liberdade dos pais escolherem o tipo de educação para seus filhos, esconde-se um projeto tremendamente perverso, conservador e antissocial. Em março de 2019, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*, com mais de 200 assinaturas.

Ou seja, se os filhos dos trabalhadores já não têm educação satisfatória numa escola que tem um professor para cada disciplina, que se dedicou anos a fio ao estudo e à pesquisa, imagine como será se os pais tiverem que dar conta de todas. A exceção, é lógico, fica por conta de uma infinitésima minoria, que pode pagar e contratar um professor particular para cada disciplina ou enviar seus filhos para escolas no exterior, como faziam os senhores da casa grande durante o período colonial. Ou seja, mais uma vez, avança-se andando para trás.

Por outro lado, em meio a um cenário de caos social, com cerca de 30 milhões de desempregados, de destruição das políticas públicas, de desmonte do serviço público e dos direitos, de precarização das condições de vida e de trabalho, isso, de quem ainda consegue manter seus empregos, de retorno ao mapa da fome, das drogas e da violência, vem a militarização das escolas e os sucessivos cortes nas bolsas, o desmonte da pesquisa, da extensão e do próprio ensino, da ciência e tecnologia, o desrespeito aos processos eletivos das universidades, o ataque à autonomia universitária, a instituição da meritocracia e do notório saber, os ataques ao PNE (Plano Nacional de Educação), as ameaças ao piso nacional do magistério, que, caso se concretize, representa uma perda substancial do poder aquisitivo dos professores etc.

A tudo isso se somam os grandes projetos de destruição das universidades, como o “Future-se” e o “Novos Caminhos” do governo federal, a “Lei Geral das Universidades - LGU”, no Paraná, e a ameaça de fechamento de órgão de fomento. Acrescente-se também as perdas de investimentos na educação decorrentes do desmonte da Petrobrás, da venda ou da “entrega” de diversos poços de petróleo às grandes petroleiras internacionais, cujos recursos no montante de 75% e 25%, deixam de ser respectivamente destinados à educação e à saúde, como havia sido aprovado pelo governo Dilma.

Diga-se de passagem, que, uma das razões da derrubada da presidente Dilma, além do fato de ter destinado os *royalties* do Pré-sal para a educação e saúde, foi a sanção da lei que colocava como meta elevar progressivamente os gastos em educação até atingir 10% do PIB, num prazo de 10 anos, e o fato de, entre 2004 e 2014, os governos do PT terem aumentado em 130% os gastos com educação. Isso tudo deixou as elites e a mídia burguesa furiosas.

Mas, isso ainda não é tudo. Estão em curso outras duas medidas de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro extremamente perversas. Uma é a **Desvinculação dos Gasto da União**, que visa “destravar”, desvincular e flexibilizar os gastos da União, deixando livres os “ilíbidos” governos para definirem quanto gastarão em saúde e educação. Hoje a Constituição (Art. 69) obriga os Municípios, os Estados e o Distrito Federal a investir em educação no mínimo 25% dos recursos e os estados e a União 18%.

Com a desvinculação, os governos ficariam livres para aplicar os recursos como quisessem, de acordo com suas políticas, interesses e prioridades. Então, imaginaram quanto Paulo Guedes e Bolsonaro, que abominam a educação, negam a ciência, perseguem os pro-

fessores, consideram as universidades lugar de comunista, de sexo e balbúrdia, aplicariam em educação e saúde se pudessem decidir, de acordo com seus critérios e interesses, quanto aplicar sem sofrer nenhuma punição?

Outra reforma perversa é a Administrativa. Não satisfeito com a aprovação da PEC do fim do mundo, o governo, os empresários e o Banco Mundial querem fazer a chamada **reforma administrativa**, que se constitui num dos mais duros ataques ao funcionalismo público e, por extensão, à escola pública.

Justificada pelo ultraliberal ministro da Economia Paulo Guedes, como uma necessidade para “acabar com os privilégios” e “equilibrar as contas públicas”, propõe congelar os salários, acabar com a estabilidade, substituir profissionais concursados pela contratação de temporários, acabar com a ascensão de nível, eliminar planos de carreira, manter as promoções apenas por mérito, isto é, por apadrinhamento político, além de cortar pessoal, facilitar demissões, reduzir salários, aumentar tempo de estágio probatório, dificultar a estabilidade do servidor e acabar com as licenças e gratificações.

Pense, portanto, se em vez de termos professores concursados e estáveis, a cada ano, o/os governo/s pudessem demitir e nomear quem eles quisessem, isto é, demitir os que pensam diferente, aqueles que não os bajulam, que não se prostram aos seus pés ou não se subordinarem às suas determinações, e, em seu lugar, nomeassem seus milicianos, aqueles que rezam sua cartilha? Se a educação já se encontra com muitos problemas com professores estáveis, imagine como ficaria sem estabilidade, com livre nomeação pelo governo de plantão.

Contudo, o governo fala que é necessário fazer reformas para acabar com os tais “privilégios”, para “equilibrar as contas públicas”, não é mesmo? Mas quais privilégios? Privilégios de quem?

Quando se fala em aumento de impostos, os empresários, a mídia e os investidores fazem uma chiadeira. Abominam essa palavra. Pois, com a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), por exemplo, seriam obrigados a contribuir e não sonegar. E, como o capital rima mais com corrupção e sonegação do que com honestidade, tão logo ouvem falar em impostos, ficam furiosos, dizem que “a sociedade não suporta mais, que “impede os investimentos sociais” e “gera desemprego”.

Então, como representante do grande capital, em vez de taxar as grandes fortunas e cobrar as dívidas dos grandes devedores, para não aumentar os impostos, o governo faz o quê? Faz reformas e mais reformas, corta recursos da educação e da saúde, privatiza, demite funcionários, enfim, despeja a conta sobre os trabalhadores. Como fala a Bíblia, “ao que tem mais lhes será dado e ao que não tem, até mesmo o pouco que tem será tirado”.

Veja que, enquanto o salário-base de um professor da educação básica é de R\$ 2.585,00, ou seja, apenas 78% da média dos demais trabalhadores com nível superior, a média do salário de um Procurador e de um Promotor do Ministério Público é de R\$ 53.486,00, do Poder Judiciário é de R\$ 51.766,00 e dos Diplomatas é de R\$ 39.478,00.

Mas, adivinhe quem a Reforma Administrativa vai atingir? Assim como ocorreu no caso da Reforma da Previdência, atinge os professores, o pessoal da saúde, o pequeno funcionalismo, e ficam de fora os juízes, promotores, parlamentares, diplomatas, ministros, militares, exatamente aqueles que recebem supersalários, além de “penduricalhos”. E se, porventura, forem exonerados de seus cargos em função de desvio de conduta ou cometimento de algum crime, por exemplo, são aposentados compulsoriamente com salário integral, sem ter que prestar contas a ninguém.

Ou seja, utilizam-se da escusa dos altos salários, não para “acabar com os privilégios”, mas sim para aumentar ainda mais as injustiças. Na verdade, há um acordo, uma espécie de “pacto pelas reformas” entre a mídia, juízes, promotores, militares, empresários, latifundiários e políticos. Assim, “acenam para um lado e atiram para o outro”. São eles que fazem as leis! São eles os senhores da justiça! Enquanto isso, na mira estamos nós, os trabalhadores, sem poder de negociação, sem voz e sem poder de barganha.

No caso dos militares, não só ficaram de fora de muitas reformas, como, no caso da reforma da previdência, foram os próprios que a fizeram. Assim, diferente dos demais servidores, em vez de perdas, reestruturaram suas carreiras e auferiram ganhos significativos.

No caso da LOA (Lei orçamentária anual) de 2021, enquanto o governo propôs diminuir 8,6% dos investimentos em educação e, num completo absurdo, em plena pandemia, propôs reduzir em 12,13% o orçamento para a Saúde, e aumentar em 16% o da Defesa e 298% da Publicidade.

E numa demonstração do que é prioridade para o governo e para seus apaniguados, ao mesmo tempo em que veta o não contingenciamento de gastos para o combate da pandemia da Covid-19, para produção e ou compra de vacinas, para o saneamento básico, para o combate à pobreza, para Programas de aquisição e distribuição de alimentos a grupos vulneráveis, para o enfrentamento à violência contra as mulheres, para ações voltadas ao Programa de reforma agrária, para o combate ao desmatamento e queimadas ilegais, para a demarcação de terras indígenas e quilombolas e para apoio à agricultura familiar proposto pelo Congresso, aprovou sem restrição os gastos militares, inclusive para produção de submarinos e aquisição de cargueiros.

Observe-se que, além do presidente, que é um ex-militar (que chegou a ser expulso do exército sob acusação de elaborar um plano para explodir bombas-relógio em unidades militares do Rio), e do vice-presidente, que é general, 45%, ou então, quase a metade dos ministros são militares, e aproximadamente outros seis mil ocupam postos no primeiro e segundo escalão do governo. Isso representa um contingente de ministros militares maior do que os que ocuparam cargos durante três governos da ditadura militar (1964-1985). No caso de policiais e bombeiros, a partir de 2019, inclusive, passaram a acumular o salário de militares e das funções que ocupam no governo.

Com esse perfil, pode-se dizer que temos um “governo de coturno”, que gestiona em causa própria e se constitui na força de sustentação dos seus interesses e do capital. Assim, se consideramos a devastação do meio ambiente, o aumento do desemprego, a calamidade social, o genocídio, o aumento da fome e da violência, e o sucateamento e a destruição na educação, pode-se dizer que a militarização da política representa um verdadeiro fracasso.

Diante disso, resta torcer para que, caso ocorra um conflito bélico, que esperamos que jamais aconteça, as forças armadas estejam munidas de melhores “estrategistas militares” do que se verifica no enfrentamento da “guerra” contra a Covid-19, que, tendo à frente o presidente da república, que é ex-capitão do exército, o vice-presidente, que é general, e o ministério da saúde, que também é general, que foi nomeado para o posto justamente por ser reconhecido no meio como um grande “gestor” e “operador de logística”, em aproximadamente um ano, acumula praticamente de 240 mil mortos.

Oxalá, tivéssemos à frente professores, que são acostumados a planejar suas atividades e suas aulas, ou os funcionários públicos e os profissionais da saúde, que apesar dos in-

findáveis ataques a que são submetidos pelo governo, colocam a defesa da vida e o interesse público em primeiro lugar, teríamos evitado a perda de milhares de vidas.

Diante do descabro da saúde, porém, especialmente em Manaus, a *Revista Época*, (2021), de certo modo, externando o sentimento da maioria da população brasileira, publicou um artigo com o título “Na pandemia, Exército volta a matar brasileiros”, de autoria de Luiz Fernando Vianna, que diz:

Não se trata de um caso isolado, de um incompetente (ministro da saúde Eduardo Pazuello) que está fazendo trapalhadas. Bolsonaro o nomeou para que ele as fizesse. O lambe-botas do presidente soube com dias de antecedência que os hospitais de Manaus entrariam em colapso por falta de oxigênio para os pacientes. Nada fez, a não ser prescrever a inútil cloroquina. A tragédia do Amazonas reforça o que não é novidade, mas ainda assim é terrível: temos um governo que atua para que um número cada vez maior de brasileiros morra. Não é acidente, é projeto. Em cada mil brasileiros, um já morreu de Covid-19.

Ademais, sempre que os empresários, o governo e a mídia querem jogar a população contra o funcionalismo público para justificar a realização de reformas e os ataques contra eles, são hábeis em manipular a opinião pública, propagando inverdades.

Tomando como exemplo os salários e benefícios de juízes, de políticos e militares que, junto com seus “penduricalhos”, recebem vultuosas somas, dizem que há excesso de funcionários, que são improdutivos, que tiveram aumentos acima da inflação e ganham super salários, desproporcionais aos da iniciativa privada; falam que o teto salarial do funcionalismo chega a R\$ 39,000,00, com três meses de férias.

Em suma, dizem que o funcionalismo está cheio de injustiças e privilégios e “parasitas”. No entanto, na hora de propor e ou realizar reformas, em vez de atingir esses setores, despejam a conta sobre os professores, os médicos, os profissionais de enfermagem, enfim, sobre os servidores técnicos e administrativos de diversas áreas. Quer dizer, despejam exatamente sobre aqueles que mais trabalham e menos recebem.

Aliás, para tentar justificar suas medidas e reformas absurdas, Guedes tem se especializado em difundir *fakes*. Diz que o governo gasta 90% dos recursos com pessoal, quando, na verdade de acordo com dados do próprio governo, atinge apenas 20%. Além disso, para justificar os números, inclui os gastos com aposentados, os três poderes e os militares. De forma maldosa, não retira do cálculo os militares, nem o judiciário, que não são atingidos pela reforma administrativa, mas que, no caso dos militares, devido à reestruturação de suas carreiras, provocaram aumento nos gastos.

Ademais, exceto essas categorias, a partir de 2013, além das perdas inflacionárias, o funcionalismo já passou a pagar 11% até o teto salarial de R\$ 4.159,00, e quem quiser se aposentar com benefício maior, precisa pagar previdência privada. E a partir de 2019, com a reforma previdenciária de Bolsonaro, o funcionalismo federal passou a pagar entre 7,5% e 22%. E dos estados, em torno de 14%. No caso do número de funcionários públicos, o Brasil tem um percentual de 12,2% da população, bem abaixo da média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que é de 18%.

O descaramento é tal que, no mesmo momento em que o governo, os empresários e a mídia, dizem que é necessário fazer reformas e “cortar privilégios e equilibrar as contas públicas”, o Congresso aprovou a anulação das dívidas tributárias de igrejas de em torno de

R\$ 1 bilhão. Ressalte-se que foi proposto pelo filho de um pastor cuja dívida da igreja de seu pai ultrapassa R\$ 37 milhões, fora outras que se encontram em julgamento.

Sim, a desfaçatez é tal que, no mesmo momento em que querem acabar com o funcionalismo para “cortar privilégios e equilibrar as contas públicas”, o Congresso manteve a desoneração da folha de pagamento de 17 setores empresariais, que acarreta a redução de arrecadação aos cofres públicos em torno de R\$ 20 bilhões por ano. A justificativa é que se isso não ocorrer seis milhões de empregados se encontram ameaçados. Contudo não há nenhuma exigência legal que obrigue os empresários beneficiados a manter os empregos. Aliás, “a manutenção e ou geração de empregos” é um “argumento socialmente aceito” e sempre utilizado por empresários para auferir vantagens e aumentar seus privilégios.

Em 2016, ao lado do “combate à corrupção”, utilizaram-se da retórica do “combate ao desemprego” para justificar o golpe. Depois, disseram que era “necessário fazer a reforma trabalhista, terceirizar e garantir segurança jurídica”. Não tendo conseguido fazer a reforma da previdência durante o governo Temer, o governo Bolsonaro, quer dizer, os capitalistas, voltam à cantilena de que era necessário fazer a reforma para sanar as contas públicas, atrair investimentos e gerar empregos. No entanto, o que se verifica é sempre o contrário, ao lado das isenções fiscais e do lucro dos magnatas, ao invés do emprego, é o desemprego que aumenta.

Sim, o cinismo é tal que, no mesmo momento em que ataca o funcionalismo para “cortar privilégios e equilibrar as contas públicas”, o governo dá um “auxílio” de cerca de dois trilhões aos grandes bancos e grandes empresários, sem exigir contrapartida, sem cobrar compromisso com a geração de empregos. Isso representa mais de 27% de todas as riquezas produzidas pelo conjunto dos trabalhadores brasileiros em 2019, que é de cerca de R\$ 7,3 trilhões.

Veja que, enquanto ataca o funcionalismo e retira mais de R\$ 1,5 bilhões da educação, para fazer obras, agradar empreiteiros e fazer campanha eleitoral, aprova a anulação de dívidas das igrejas, despeja montanhas de dinheiro para bancos e grandes empresários e, além disso, desonera grandes empresas. E, para compensar a desoneração desses megapresários, propõe a criação de um imposto a ser pago por toda a população.

Observe-se, porém, que além das universidades públicas já sofrerem com todos os ataques e os cortes de recursos mencionamos, o novo corte proposto para o orçamento de 2021, penaliza mais diretamente as instituições federais, aliás, as que mais fazem pesquisa.

Além disso, de acordo com o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em 2018, o governo federal concedeu R\$ 85 bilhões em subsídios aos produtores de petróleo, carvão mineral e gás natural, e em 2019, outros R\$ 99,39 bilhões. Por outro lado, não podemos esquecer que, de acordo com cálculo feito pela Unafisco (Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal), em 2017, a Câmara aprovou a medida provisória 795, perdendo R\$ 54 bilhões das gigantes do petróleo, benefício estendido por 25 anos, que acarretará um prejuízo de aproximadamente R\$ 1,25 trilhões aos cofres públicos.

Por fim, não custa lembrar que, enquanto, em nome do equilíbrio das contas públicas, o Governo Federal ataca a saúde, agride a educação, elimina direitos dos trabalhadores, corta o auxílio emergencial e condena milhões à pobreza e à morte, o Painel de Compras do Ministério da Economia revela que, em 2020, em plena pandemia do coronavírus, quando milhões de pessoas tem as condições de vida rebaixada, perderam o emprego e atacam a educação e a saúde pública para “equilibrar os gastos”, os gastos do governo federal com alimentos passaram de R\$1,8 bilhão de reais.

Foram gastos, dentre outros, R\$ 31 milhões em refrigerante, R\$ 15 milhões em leite condensado, R\$ 2,2 milhões em chiclete, R\$ 1,8 milhão em geleia de mocotó, R\$ 8,8 milhões em bombons, R\$ 7,6 milhões em arroz, R\$ 16 milhões em batata frita, R\$ 1,2 milhão em pizza, R\$ 21 milhões em iogurte; R\$ 2,3 milhões em grão de bico, R\$ 6,2 milhões em massa de pastel, R\$ 49 milhões em condimentos, R\$ 3,6 milhões em canjica, R\$ 1,4 milhões em rapadura, R\$ 15 milhões em requeijão, R\$ 5 milhões em uva passa e R\$ 2,5 milhões em vinhos e outros produtos. (A VOZ, 2021). Também foram comprados 140 mil quilos de bacalhau com preços exorbitantes de até R\$ 150 o quilo, 714.700 kg de picanha, garrafas de uísque 12 anos e de conhaque, cerca de 80 mil litros de cerveja com sobre-preço de mais de 50%.

Isso que diziam que os militares não deveriam entrar na reforma da previdência porque sofriam muito por estar sempre à disposição para “salvar o país”.

Ou seja, não se trata de falta de recursos, nem de “equilibrar as contas públicas”, mas sim, recorrer a um discurso e uma retórica oca e vazia, para justificar os ataques aos trabalhadores e, em especial, ao funcionalismo público, para desonerar o capital e garantir maior acumulação.

Veja que, no caso da Reforma da Previdência, o ministro da Economia Paulo Guedes decretou o sigilo

[...] sobre estudos e pareceres técnicos que embasaram a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Previdência. Assim, não é possível ao cidadão comum, afetado diretamente pelas mudanças em pensões e aposentadorias, ter acesso a argumentos, estatísticas, dados econômicos e sociais que sustentam o texto em tramitação. (FABRINI, 2021).

Assim, feita sorrateiramente, a Reforma atinge diretamente as condições de vida e de trabalho dos profissionais da educação, aumenta a alíquota de contribuição, obriga os professores trabalhem por mais tempo (as mulheres até 62 e os homens até 65) e intensificar a jornada de trabalho devido à ausência de concursos e contratação de professor horista e, se porventura não morrerem antes de se aposentar, receberão menor benefício.

Na verdade, o repasse de trilhões de reais para bancos e empresários, o abono das dívidas de igrejas, o corte de recursos da educação, o conjunto de reformas que precarizam as condições de trabalho e vida dos trabalhadores, o perdão de dívida das petroleiras, o fim dos concursos, o rebaixamento dos salários do funcionalismo, etc., no limite, significa a transferência de recursos já minguados da educação, da saúde, do funcionalismo, dos trabalhadores, para os banqueiros e grandes empresários.

Paulo Guedes e os governos de Jair Bolsonaro e Michel Temer nem sequer são originais e têm ideias próprias. Ao contrário, são meros executores da cartilha do Banco Mundial. Assim fica fácil de governar, não precisa ter muita inteligência, qualquer um pode. Por isso, estão longe de pensar até mesmo em um projeto nacional. Daí o entreguismo e o desmonte do Estado para fins sociais.

A grande maioria das reformas realizadas por esses governos foram/são determinadas pelo Banco Mundial, também chamado de Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), que está a serviço do grande capital, que, como se sabe, não tem pátria, nem coração, tem interesses.

Segundo estudo do Bird (Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil), publicado em 2017, dizia que o gasto público é engessado em categorias

como folha de pagamento e previdência social, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimentos. Noutras palavras, dizia que o Estado deveria ser reduzido ao mínimo, promover seu desmonte.

Nessa esteira, utilizando-se de dados distorcidos, e até mesmo inverídicos sobre os gastos públicos, o governo vêm promovendo uma campanha massiva com a finalidade de colocar a população a seu favor, legitimar os ataques e justificar as reformas, diga-se de passagem, contra ela mesma, pois, ficará até mesmo sem os serviços públicos básicos, como saúde, educação, assistência social etc.

Assim, sob orientação do Bird, com a finalidade de engordar o grande capital, foi aprovada a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização, foi proposta a Desvinculação dos Gastos da União, a reforma administrativa e realizados diversos cortes de investimentos sociais. Nessa mesma lógica, também foi aprovada a “PEC do fim do mundo”, a reforma do Ensino Médio, a BNCC, e a educação a distância “cavalga de vento em popa”.

Promover o maior ataque aos servidores públicos da história do país e repassar todo o quinhão público para a iniciativa privada, eis a meta do governo. Isso se constitui num ato criminoso, sobretudo, quando se trata de um dos países mais desiguais do mundo.

Nessas condições, a ausência do estado, ou sua colocação a serviço do capital, significa privar grande parcela da população do acesso à escola, da universidade, dos serviços de saúde, da moradia etc., e condenar milhões à fome, à miséria.

Com o desmonte do Estado para os fins sociais, para os pequenos produtores, para os trabalhadores, para os pobres, para os que não tem condições de pagar escola, nem arcar com os custos para manter a saúde, resta um Estado exclusivamente a serviço do grande capital, de empresários e latifundiários, que, aliás, geram pouquíssimos empregos.

É uma completa inversão de prioridade. Pois, estes, ao contrário daqueles, têm como resolver seus problemas. Ao passo que aqueles, suprimida a ação supletiva e compensatória do estado, ficam completamente desprotegidos, à mercê da própria sorte. Afinal, como sabemos, assim como o capital não rima com compaixão, não tem pátria, não tem sentimento, nem coração.

Consequentemente, para sobreviver, muitas vezes, são obrigados a recorrer ao roubo, ao tráfico e à violência. E aí, para estes, contraditoriamente taxados de bandidos, sobra o estado policial e repressivo, enquanto aqueles que os condenaram a essa situação, são tidos como “benfeitores”, “homens de bem”, “autoridades”.

Isso, porém, não é nada fortuito ou casual. Ao contrário do que parece, faz parte de um projeto institucional. Diversas vezes o ministro da Fazenda Paulo Guedes externou que o objetivo do governo é reduzir o máximo possível o Estado (para fins sociais). O próprio presidente Bolsonaro deixou isso explícito: “Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa”.

Ou seja, temos um governo ultraliberal, pró-capital, autoritário, intervencionista, elitista, entreguista, sem projeto de desenvolvimento nacional, anti nacional, violento, anti popular, anti trabalhador, anti saúde, anti-humano, anti educação.

Dentro desse contexto e desse “projeto”, professores são comparados a animais, recursos da educação são cortados, a ciência, a técnica e a tecnologia são desprezadas, as ciências humanas são atacadas, a autonomia universitária é desrespeitada, instituições educacionais sofrem intervenção, processos eletivos são desrespeitados, os direitos dos profissio-

nais da educação são aniquilados, as condições de trabalho são precarizadas e a jornada de trabalho intensificada.

E aí, o ministro da Educação de Bolsonaro, Milton Ribeiro, que aliás, é professor de escola privada, fazendo-se de dissimulado, desconsiderando todos os ataques e o desmonte da escola pública, promovidos pelos governos Temer e Bolsonaro, fala com toda a desfaçatez, que “Hoje ser Professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”.

É o fim do mundo, não é mesmo? Sim, é o fim do mundo. Está em questão um governo disposto a aniquilar o estado para fins sociais e fortalecê-lo a serviço do capital.

Portanto, uma coisa é certa. Não podemos duvidar da determinação do governo de destruir o meio ambiente, acabar com os povos nativos, com os pobres, com os funcionários públicos, bem como, de aniquilar a escola e a saúde públicas, extinguir os direitos dos trabalhadores, entregar todas as riquezas às multi e transnacionais, renunciar a soberania e se prostrar perante o império.

Nesse contexto, Bolsonaro deveria renunciar e mudar para os Estados Unidos. Afinal, parece idolatrar e ter fixação por Trump e pelo império do norte. em vez de defender a soberania nacional, por livre vontade, subordina-se ao império, entrega a Base de Alcântara, entrega os poços do Pré-sal às grandes petroleiras, bate continência para a bandeira estadunidense e a carrega nas manifestações públicas, acaba com o visto aos cidadãos desse país e elimina as taxas de importação de álcool sem exigir reciprocidade, apoia a nomeação de um integrante do governo *yankée* para o Banco Interamericano, quando a vaga deveria ser de um brasileiro etc.

Consequentemente, não é de estranhar que Bolsonaro acumule títulos nada honrosos, como o de “Idiota do Ano” (GOMES, 2019), atribuído por um blog francês, e de “imbecil do ano” (FOLHA IMPACTO, 2019), eleito pela mídia espanhola. Nas palavras de Bernardo Carvalho, o “Brasil virou um território da burrice”. (BECHARA, 2019). De acordo com o filósofo português Diogo Sardinha, o país está passando por um processo de “imbecilização coletiva” (CARTA CAPITAL, 2019). Ou seja, o país está sendo motivo de ridicularização e chacota.

Não poderia ser diferente, afinal, o governo está acabando com as universidades, a pesquisa, a filosofia, a sociologia e instituindo um “apagão intelectual”..., corta financiamento estudantil, bolsas de estudo, recursos para a educação infantil ..., aprofunda a precarização da Educação Básica, quer instituir a mordada e eliminar o pensamento crítico, intervém nas instituições educacionais, asfixia as escolas e universidades públicas, persegue os profissionais da educação e a própria ciência, substitui a ciência pelo achismo, pelo misticismo e pela fé, pela força e pelo irracionalismo, pauperiza as condições de trabalho e aborta o futuro.

Ou seja, temos um governo tão simples, quanto grosseiro; tão destruidor do meio ambiente, quanto desrespeitoso com as populações originárias, os negros, as mulheres e os homossexuais; tão afeto aos “mal feitos”, quanto avesso às necessidades e interesses dos trabalhadores; tão sem capacidade intelectual e até mesmo psicológica, quanto desumano; tão desconhecedor da complexidade e diversidade da vida social e dos problemas que afligem o mundo, quanto afinado às milícias, ao crime organizado e ao capital, do qual não se poderia esperar outra coisa senão um ataque sem precedente à educação e a tudo e todos que os que se antepõem a seus interesses.

Seria impensável um povo com um mínimo de cultura, com consciência de classe, aceitar “passivamente” tamanha aberração e destruição. Não causa surpresa, portanto, que tenham transformado a bandeira nacional em símbolo de moralismo, conservadorismo, repressão, intervencionismo, militarismo e autoritarismo, de hipoteca da soberania nacional, desnacionalização, entrega das riquezas, destruição dos direitos dos trabalhadores, seus sonhos, seu futuro e o futuro do país.

Seria praticamente impossível chegar a essa situação sem a destruição da educação e da escola pública, sem um ataque frontal à ciência. Contudo, o estado de putrefação da sociedade é tão grande que não se trata apenas da negação da ciência.

A sensação que se tem é que as palavras já não têm mais significado. Fala-se em democracia, e se entende ditadura; fala-se em patriotismo, e se entende militarismo e repressão; fala-se em liberdade de expressão, e se entende produção, disseminação do ódio e impunidade; fala-se em independência e soberania, e se entende entreguismo e submissão ao imperialismo.

O pior é que tudo isso se transformou em política de Estado, institucionalizou-se o ódio, as *fakes news*, o negacionismo, a anomia e a violência. E, em função do interesse na pauta econômica, o próprio Congresso Nacional e o judiciário se tornaram avalistas, dão sustentação e são coniventes com toda essa destruição.

Em vez de partido da justiça e da legalidade objetiva, guiados por interesses, o Congresso e o Judiciário, cada um a seu modo, fazem, interpretam, torcem e contorcem as leis conforme as conveniências, transformaram-se em partidos de classe, partidos do capital.

Aliás, como que, renovando o velho “pacto” “com o supremo com tudo...”, que culminou no golpe de 2016, em novembro de 2018, o próprio presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Dias Toffoli, propôs a celebração de um novo “pacto entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em torno das reformas”.

Assim, explica-se que, a despeito das piores barbaridades e absurdos que ocorram no governo, estão livres para “passar a boiada” e “colocar granadas nos bolsos do inimigo” sem serem importunados e interpelados.

3.3. As efetivas razões da crise

Diria que tudo isso que mencionamos é apenas parte da tragédia, aquilo que nos atinge mais de perto e de forma mais imediata, que ao mesmo tempo mostra e esconde. Em geral as análises param na constatação dos fenômenos. Entretanto, se quisermos compreender efetivamente a crise, necessitamos buscar suas razões profundas.

Mas onde se encontram elas? Apesar da aparência e de ser escondida dos holofotes, trata-se de uma crise de superprodução e de superacumulação. Eis a verdadeira razão da crise. Contudo, ao defender a “necessidade de fazer reformas”, o governo não fala sobre isso.

Entretanto, ao contrário do que parece ao comum dos mortais, o capital se encontra extremamente acumulado, super acumulado. E, em função das relações de produção existentes, fica impossibilitado de acumular ainda mais. Daí entra em crise. Ou seja, graças a intensa exploração da força de trabalho e ao desenvolvimento das forças produtivas, atingiu um grau de concentração tal, que entra em choque com as relações de produção.

Em função disso, como o capital não admite barreiras nem fronteiras, como sua sãna destrutiva e acumulativa é insanável, não tem fim, sempre que encontra obstáculos ao seu processo de acumulação, como dizem, “fica nervoso”, entra em crise ou fabrica crises. E, para resolvê-las, promove um verdadeiro processo de destruição, privatiza, destrói a natureza, cria conflitos, arquiteta guerras, trama golpes, força a realização de reformas etc., com a finalidade de remover barreiras e prosseguir seu processo de acumulação.

A título de exemplo, ainda que seja do conhecimento de todos, vejamos alguns dados sobre a acumulação de capital. Não custa lembrar que, de acordo com a Oxfam, “Os cinco homens mais ricos do Brasil têm riqueza equivalente à metade da população mais pobre do país. Em 2017, eram seis os que detinham a mesma riqueza de 100 milhões de pessoas. Em 2018, surgiram mais 12 bilionários, chegou a 43 pessoas. A fortuna desses super ricos atingiu o patamar de US\$ 549 bilhões, ou 43,52% da riqueza do país. Enquanto isso, a metade mais pobre da população brasileira controlava apenas 2% da riqueza nacional, menos ainda do que os 2,7% de 2016”. No campo, a concentração de terra também é assombrosa. De acordo com o IBGE, em 2017, 1% dos estabelecimentos rurais concentravam 48% de todas as terras cultivadas no país.

No mundo, nesse mesmo ano, apenas oito pessoas controlavam a mesma riqueza de aproximadamente 3,5 bilhões de pessoas, isto é, da metade da população da humanidade. 82% de toda a riqueza gerada em 2017 ficou nas mãos de apenas 1% mais rico. Ao longo dos últimos 25 anos, enquanto o 1% mais rico capturou 27% do crescimento da renda global, a metade mais pobre ficou com apenas 13% de cada dólar inserido na economia. E no caso da concentração da terra, “el 1% de las haciendas agrícolas del mundo explotan el 70% de la area de cultivo”. (THE GUARDIAN, 2020).

Em plena crise, ocorreu um aumento histórico da quantidade de bilionários no mundo. “Em 2017, a cada dois dias surgiu um novo bilionário”. O grupo de pessoas com mais de US\$ 1 bilhão reúne 2.043 pessoas, de um universo de 7,6 bilhões de pessoas. E segundo a Oxfam, “enquanto a fortuna dos bilionários cresceu 13% ao ano desde 2010, o salário dos trabalhadores aumentou, em média, 2%”. Isso demonstra que a crise não afeta a todos de igual modo, não atinge aqueles que estão no topo do topo da pirâmide. Para uma diminuta minoria, ao invés da crise ser motivo de tristeza e sofrimento, como o é para a maioria da população, ela é extremamente vantajosa.

Ou seja, ao lado do aumento do número de super ricos, da concentração de renda, simultaneamente, encontramos a ampliação da miséria e da distância entre os mais pobres e os mais ricos. Com a reforma trabalhista, a terceirização, a ampliação da flexibilização das condições trabalhistas, com o trabalho intermitente, com a contratação de trabalhador horista, com o uberismo, com o ataque às entidades sindicais e os direitos dos trabalhadores, as desigualdades se ampliam em muito, da mesma forma que a violência e a miséria.

Como se pode observar, a pobreza e a concentração de riquezas andam juntas. E é justamente nos períodos de crise que elas aumentam. Todavia, como as riquezas são produzidas coletivamente, em vez de se resolver por meio de sua socialização, colocando o conhecimento, a ciência e a tecnologia a serviço do bem estar de todos, reduzindo o esforço físico e o trabalho para garantir a sobrevivência, possibilitando uma vida digna a todos, aproveitando-se da crise e da pandemia, a classe dominante aprofunda os ataques contra os trabalhadores para se apropriar de um quinhão ainda maior das riquezas.

Ou seja, em vez de adotar medidas para minorar o sofrimento da imensa maioria, trata de se aproveitar da situação de fragilidade para ampliar a extração da mais valia e fazer a festa de uma ínfima minoria já extremamente abastada.

Por conseguinte, a crise acaba sendo resolvida por meio de mais privatizações, da realização de mais reformas, da alteração das formas jurídicas de propriedade, da eliminação de barreiras, da liberação de empecilhos e do rompimento das amarras que o impedem o capital de se apropriar de mais riquezas, ampliar a devastação dos recursos naturais e aumentar a extração da mais valia.

Para isso, implodem as relações de produção existentes, destroem os direitos, a seguridade social, a educação, a saúde etc. Portanto, como a concentração de riqueza e o aumento da pobreza caminham junto, há que se destruir ambas simultaneamente. Tema do qual nos ocuparemos no próximo capítulo.

3.4. Saídas para a crise

Então, como sair da situação em que estamos metidos? Diria que agora já sabemos que não basta a luta contra Paulo Guedes e Bolsonaro. Apesar de ser contra eles, é contra o capital, um inimigo grande e forte, que tem neles dois de seus aliados e representantes. Portanto, exige de nós urgente mudança e muita luta.

Entretanto, estamos desunidos, fragmentados, fragilizados; nosso conhecimento é extremamente frágil, praticamente se limita ao mecanismo estímulo X resposta, conhecemos pouco ou nada do que ocorre no mundo, “temos horror à política” e nossas fontes de formação e informação se resumem praticamente à grande mídia e às indústrias de *fake News*. Além disso, muitos nem sequer se reconhecem como trabalhadores e não tem consciência de classe; os sindicatos foram duramente atacados e a imensa maioria está fechada em seu individualismo, não participa dos sindicatos e se limita a reclamar, esperar por resultados (das lutas dos outros), quando não se soma e apoia seus próprios algozes, aqueles que atacam e destrói seus direitos.

Então, se aquilo que e como fizemos até o momento tem nos levado exatamente à situação em que nos encontramos, exige de nós uma mudança drástica, pois, caso continuemos a fazer mais do mesmo, não nos enganemos, não só teremos mais do mesmo, como as coisas piorarão muito.

Todos os ataques à educação, desde o sucateamento e o desmonte da escola pública, da mesma forma que a perseguição aos docentes, a pauperização dos profissionais da educação, a educação domiciliar, o negacionismo, os ataques à ciência e à autonomia universitária, a redução da carga horária das disciplinas de ciências humanas (filosofia, sociologia e arte), a introdução da educação financeira, o fim da estabilidade e a militarização das escolas provocam o estrangulamento e aniquilação da educação, mantendo e perpetuando os páreas na condição de páreas.

No caso da militarização das escolas, ou então, das escola “cívico-militares”, como o governo as denomina, em geral, situadas nas periferias das cidades, destinadas aos filhos dos trabalhadores, têm a finalidade de transformar as escolas em semi quartéis, exigir dos alunos e professores submissão absoluta à disciplina militar, acabar com a gestão democrática, opor anteparo à livre expressão e manifestação, impedir que se ensine e se compreenda a realidade, a sociedade e o mundo e, conseqüentemente, lute-se para se libertar das correntes e dos grilhões que os prendem. Aos filhos dos pobres, a força, a disciplina, o

adestramento, a ordem; aos filhos dos ricos, a liberdade, os privilégios e a preparação para o mando e perpetuação da dominação.

Numa realidade em que, como mencionamos, são suprimidos praticamente todos os direitos, em que as condições de vida são rebaixadas ao mínimo, soa até ridículo ouvir, quer seja o governo federal, quer seja os governos estaduais, defenderem a militarização das escolas, junto com a defesa da educação financeira.

Grande parte dos alunos sequer tem o que comer, tem agasalhos para vestir e casa para morar. Muitos vão à escola em função da merenda. No entanto, não podem nem mesmo expressar isso num grito de revolta e dor; impõe-se-lhes uma férrea disciplina e um rígido controle, inclusive com vigilância militar; colocam uma camisa de força, infligem uma mordaca e não os deixam falar, nem reagir e, além do mais, são obrigados a ouvir e “aprender” “como gastar o dinheiro”, que não dispõem. É desumano! Beira a crueldade, não é mesmo? Assim, em vez de condição de humanização, parafraseando Marx, pode-se dizer que estão transformando a educação no “ópio do povo”.

Veja que não estamos nos referindo a nenhuma outra sociedade, estamos numa sociedade que se diz liberal. Os próprios liberais destruíram até mesmo as bases do liberalismo, da tolerância, da liberdade de expressão e da democracia, estão impondo um pensamento único e transformando o liberalismo na ditadura do mercado e do capital.

Enfim, a militarização das escolas não significa outra coisa senão a interferência do governo tanto na gestão como nos aspectos pedagógicos das escolas e sua colocação a serviço do capital. O objetivo imediato é produzir alunos dóceis, disciplinados e passivos. Desse modo, ao invés do bom aluno ser aquele que mais e melhor conhece e domina os conhecimentos científicos, passa a ser aquele que mais e melhor se submete às determinações superiores. A tudo isso, o capital agradece. Pois, no futuro, continuará contando com páreas, isto é, com mão de obra barata, submissa e pronta para ampliar sua acumulação.

A partir do exposto, fica evidente que há um verdadeiro monstro que ameaça a educação, a escola pública e os profissionais da educação e, conseqüentemente, a sociedade. Portanto, nossas lutas não podem se resumir ao trabalho no interior da sala de aula e da escola.

Se o verdadeiro inimigo da educação é o capital, a condição para enfrentá-lo adequadamente é superar o egoísmo, o individualismo e a fragmentação, construir a identidade e a unidade de classe. Isso depende de cada um e de todos nós.

IV

O NOVO CORONAVÍRUS, A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, A SOCIEDADE DE CLASSES E O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO¹¹

4.1. Caráter introdutório

Durante a brevidade de nossas vidas, já presenciamos dissemelhantes tipos de conflitos, guerras, crises econômicas, catástrofes, tragédias, golpes de estados, autoritarismo, repressão, miséria, fome, enfim, diferentes problemas sociais, políticos, econômicos e educacionais. Entretanto, jamais enfrentamos algo parecido com uma pandemia como a do novo coronavírus, que atinge escala global e se soma à profunda crise política, econômica e social já existente. Com isso, senão em profundidade, ao menos em abrangência, nos deparamos com a mais ampla crise já enfrentada pela sociedade capitalista, inclusive, maior que a do final da década de 1920 e início dos anos de 1930.

Aliás, no segundo trimestre de 2020, a economia dos Estados Unidos, locomotiva do capitalismo mundial, registrou a maior queda desde que o governo começou a contabilizar os dados em 1947. Nesse mesmo período, a economia da Alemanha, a maior da Europa, também despencou, caiu 10,1%, sofreu a maior queda após 1970.

Pela primeira vez na história, a humanidade vivencia um confinamento forçado que paralisou mais de 3,5 bilhões de pessoas, ou seja, mais da metade da população do planeta. Um fato inédito, que já entrou para a história, porém, da forma mais assombrosa possível, gerando pânico, espalhando temor, provocando incertezas. Certamente será lembrada por séculos, tanto por suas consequências econômicas, quanto humanas, como sociais.

A parada forçada atingiu desde grandes metrópoles até pequenas urbes e povoados, grandes empresas nacionais e transnacionais, trabalhadores ativos e desempregados. Para alacridade do meio ambiente e dos ouvidos humanos, motores de aviões, trens, metrô, motos, ônibus, máquinas, automóveis ..., ao menos por algum tempo, silenciaram e deixaram de expelir poluição, exceto as motosserras dos latifundiários, que se aproveitaram de um governo permissivo para promover destruição e estragos ainda maiores, especialmente, na Amazônia. A produção e o consumo de combustíveis sofreram uma redução drástica, os estoques saturaram, e as gigantes mundiais do petróleo entraram em crise. O comércio, a indústria, os restaurantes ... fecharam suas portas. O PIB (Produto Interno Bruto) global despencou. Os pastores lacram as portas de seus templos, deixaram de reunir multidões e promover seções de cura, descarrego e “milagres”. A energia vibrante e juvenil do interior das escolas, cedeu lugar à calmaria e ao silêncio. As ruas apinhadas de transeuntes, transformaram-se em verdadeiros desertos humanos. A impressão é a de “um mundo sem ninguém”. Nunca nos defrontamos com algo dessa dimensão e com tal magnitude, o mundo parece ter sido posto de cabeça para baixo.

Mesmo sem o coronavírus, já eram fartos os problemas com os quais tínhamos que nos debater, enfrentar e resolver... afinal, o capital não dá tréguas... Mas, o novo coronávi-

¹¹ Texto inicialmente publicado na Revista Exitus, na seção de conferências, na edição de agosto de 2020, e revisto e readequado para integrar esta obra.

rus não teve clemência, nos “presenteou” com mais uma infinidade de problemas, causando sensação de apreensão, inquietação, espanto, preocupação e pânico em todo o mundo.

Se o coronavírus não faz distinção de sexo, tamanho, cor, raça, classe social, local de origem e habitação... é implacável com as populações mais carentes, cujos governos são negligentes, insensíveis, negam a ciência e têm como única preocupação o capital e o lucro. Assim, os impactos sobre a vida social se multiplicam, serão praticamente impossíveis de dimensionar e calcular. Sem contar o cinismo dos governos, empresários e latifundiários inescrupulosos que se aproveitam do estado de calamidade para ampliar os ataques à classe trabalhadora, colocar “granadas nos bolsos dos inimigos”, “passar a boiada” e aumentar a acumulação.

A despeito disso, creio que o leitor esteja um tanto surpreso e atônito com o título deste capítulo “O novo coronavírus, a pedagogia histórico-crítica, a sociedade de classes e o internacionalismo proletário”, e se perguntando, o que tem a ver uma coisa com outra? Afinal, estamos falando de um vírus descoberto em 31/12/2019¹², na China, que desencadeou a pandemia da COVID-19, é extremamente agressivo, causa infecções respiratórias e, em muitos casos, leva à morte.

A surpresa, porém, talvez fique por conta de quem pensa a educação de modo abstrato e descontextualizado, como se ocorresse de forma isolada e independente da sociedade, ou de quem desconhece a Pedagogia Histórico-Crítica e sua proposta pedagógica. Todavia, não dá para se discutir e nem compreender a educação e a sociedade disjuntas, são indissociáveis. Como não estamos sós e isolados, como vivemos em sociedade, precisamos educar e nos educar. A vida em sociedade pressupõe a educação, a preparação dos indivíduos para viverem nela mesma. (ORSO, 2019, p. 316). Assim, cabe à educação, na perspectiva da PHC, identificar os problemas postos pela realidade, mediar sua superação, preservar a vida e construir uma nova humanidade.

Por conseguinte, não é possível pensar a educação e, em especial, a educação na perspectiva da PHC, sem considerar a sociedade e a realidade existente. De acordo com Saviani, a Pedagogia Histórico-Crítica “entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. (SAVIANI, 1999, p. 75).

Contudo, os tempos de crise também se prestam para a reflexão, o estudo, a pesquisa e busca de saídas. Assim, considerando a forma de organização e funcionamento da sociedade e a magnitude dos desafios enfrentados, tendo como referência a PHC, cabe realizar uma profunda análise, objetivando a superação dos problemas com os quais nos deparamos. Pois, como afirmamos no capítulo anterior, caso continuarmos a fazer mais do mesmo, não só teremos mais do mesmo, como os problemas certamente se intensificarão.

4.2. O novo coronavírus e os desafios dos trabalhadores na sociedade de classes

A humanidade se encontra diante de um de seus maiores desafios – a preservação e defesa da vida. Os ataques, porém, partem de muitas frentes e de diferentes inimigos. Identificá-los, compreender o tamanho das ameaças, traçar estratégias e utilizar as armas de de-

¹² A sars-cov-2, vírus que causa a COVID-19, é um vírus novo, do mesmo grupo do coronavírus, identificado pela primeira vez em 1937, pela pesquisadora escocesa June Almeida (1930-2007), em 1964, em seu laboratório no hospital St. Thomas, em Londres. (BBC. NEWS. Brasil, 2020). Somente em 1965, foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, assemelhando-se a uma coroa.

fesa adequadas são condições *sine qua non* para garantir a vida e a felicidade. Sim, apesar das circunstâncias, por que não falar da felicidade? Afinal, ao menos para a classe trabalhadora, com a Covid-19 ou sem ela, parece que foi proibida de falar em felicidade e ser feliz.

Desde seu surgimento, a humanidade se deparou e teve que superar uma infinidade de desafios simplesmente para se manter viva, desde a luta contra animais nocivos, as intempéries e calamidades ambientais, as lutas e disputas pessoais e de classes, as guerras e doenças, as epidemias e pandemias devastadoras... Isso significa que, por mais perigoso que o coronavírus possa ser, é apenas um dos inimigos que ameaçam a classe trabalhadora.

Não obstante, a despeito de tudo, a humanidade tem sobrevivido, ao menos até o momento... Entretanto, encontra-se diante de um contexto crucial, sofrendo um duplo ataque, ambos extremamente perniciosos, do capital e do coronavírus.

Aliás, não se sabe exatamente qual deles é mais perigoso e ameaçador. De qualquer modo, tanto um quanto o outro, constituem-se em parasitas que só sobrevivem à custa de seus hospedeiros. Enquanto o coronavírus depende de uma célula hospedeira para se reproduzir e se perpetuar, o capital depende do trabalhador, só sobrevive à custa de seu sangue, da exploração, da extração e expropriação da mais valia.

Como nos diz Karl Marx, para o trabalhador,

[...] a execução do trabalho aparece tanto como uma perversão que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome. A objetificação aparece tanto como uma perda do objeto que o trabalhador é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho. O próprio trabalho transforma-se em um objeto que ele só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital. (MARX, 2020).

Portanto, o capital é tão ou mais infausto e perverso que o coronavírus. E veja que não estamos nos referindo a um vírus qualquer. Ao contrário, trata-se de um ser invisível, poderosíssimo, com elevada capacidade de contágio, propagação e disseminação, um vírus de tipo corona, o SARS-2, como é denominado o novo coronavírus, o mais desenvolvido até o momento, mais hábil e resistente, uma mutação do SARS-1, que provoca a Covid-19, para a qual, até a descoberta de medicamentos e de vacina adequada, o melhor antídoto continua sendo o isolamento social. É extremamente agressivo, capaz de provocar uma pandemia em escala global, com um altíssimo índice de letalidade.

Porém, além da Covid-19, vírus pode provocar a MIS-C (Síndrome Inflamatória Multisistêmica Infantil), uma grave doença que atinge crianças e adolescentes, ocasiona problemas inflamatórios, renais, neurológicos, cardíacos e dermatológicos. Ademais, a despeito dos intensos esforços realizados pela comunidade científica para conhecê-lo e produzir um antídoto adequado, não se sabe quais serão as implicações futuras.

Segundo o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, “A pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) é 10 vezes mais letal do que o vírus responsável pela gripe A (H1N1), surgido entre 2009 e 2010 e que causou a morte de 18 mil pessoas em todo o mundo”. (ISTO É, 2020). Como se pode observar, os números superam de longe as previsões iniciais feitas pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

No momento em que estamos escrevendo, no início de fevereiro de 2021, o Brasil se aproxima de 240 mil mortos. Nos Estados Unidos, o número de infectados chega a 28 milhões e o de mortos se aproxima de meio milhão de pessoas. No mundo o número de casos ultrapassou 110 milhões e o de óbitos passou de 2,4 milhões. E certamente estamos longe do fim.

Como se trata de um vírus novo, uma mutação, que surgiu de “surpresa”, nem a sociedade estava preparada para enfrentá-lo, nem os medicamentos existentes dão conta de combatê-lo de forma acertada, pois, foram produzidos para enfrentar e resolver outros males que nos encaixam há mais tempo. Por isso, a utilização de alguns deles para tratar dos males sistêmicos provocados pelo coronavírus ocorre de forma imprópria, carecem de muitos estudos, pesquisas e testagens. Contudo, apesar da resistência de alguns governos negacionistas, a ciência tem dado respostas rápidas.

4.3. O conhecimento e a ciência a serviço da vida e o negacionismo a serviço da morte

Diante da gravidade da pandemia, de um lado, os especialistas orientam o confinamento massivo como forma de evitar ou, pelo menos, diminuir a velocidade do contágio e da propagação da doença. Tanto a OMS quanto os infectologistas são unânimes em orientar: “Fiquem em casa!”, “Isolem-se!”, “Protejam-se!”, “Usem álcool em gel”, “Usem máscaras!”... De outro, os pesquisadores, profissionais da saúde e cientistas de diferentes áreas do conhecimento e de distintos países intensificam os esforços em busca de um antídoto apropriado para combatê-la.

Apesar de a humanidade já ter experienciado diversas pandemias, provocadas por vírus ou bactérias, tais como, Tuberculose, Varíola, Peste Bubônica, Poliomielite, Cólera, Gripe Espanhola, Gripe Asiática, Gripe de Hong Kong, Aids e H1N1, de acordo com os estudiosos, a desencadeada pelo novo coronavírus, constitui-se numa das mais ameaçadoras, sobretudo em função das condições dos sistemas de saúde anterior à pandemia, ao sucateamento dos mobiliários e equipamentos, à precariedade das condições de trabalho, à ausência de quantitativo suficiente de pessoal e equipamentos de proteção coletiva e individual, à falta de insumos necessários ao tratamento, à falta de leitos para atender às necessidades de saúde da população, dentre outros problemas. Além do mais, acomete muitos trabalhadores da saúde afastando-os do trabalho e, conseqüentemente, diminuindo o quantitativo de pessoal e aumentando a sobrecarga de trabalho intensificada pelo tipo de cuidado requerido pelos doentes atacados pelo novo vírus.

Diante dos perigos que enfrentamos, como não se trata de problemas individuais e localizados, como atingem o conjunto da sociedade, não seria de se esperar, portanto, união e solidariedade entre todos, e que a ciência fosse respeitada e valorizada pelos governos e pela sociedade? Afinal, dela depende a vida. Contudo, ao longo da história moderna e contemporânea, ela nunca foi tão atacada e combatida quanto no atual momento. Inclusive, os ataques se intensificaram com o ascenso da extrema direita, com o crescimento do fundamentalismo religioso (avessos ao conhecimento) e o processo que culminou no golpe que destronou a presidente Dilma Rousseff

Se a democracia os permitiu chegar ao poder, uma vez consumados os fatos, julgaram que (para eles) já não era mais “necessária”, foi condenada ao ostracismo, ou então, passou a ser entendida como sinônimo do poder e da voz dos “vitoriosos”. E os novos ide-

ólogos de plantão, grande parte deles, sediados no ou embalados pelo império do norte, estabeleceram novos dogmas, calaram oponentes, impuseram suas verdades, baniram os que não eram seus iguais e os mandaram à danação.

Como diria Marx,

Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (MARX, 1968, p. 11).

Diga-se de passagem, se é que serve de consolo, ou, para o desespero dos trabalhadores, que esses ataques não são uma exclusividade de nosso país, das elites e dos governantes tupiniquins. Daí seu caráter ainda mais perverso e ameaçador por ser um fenômeno global. O mundo parece não ser um lugar seguro. Todavia, não se trata de um contrassenso, combater a ciência quando mais se necessita dela?

Aliás, é fácil verificar como a ciência tem sido a principal aliada do homem no que se refere ao enfrentamento e resolução dos problemas sociais e humanos ao longo dos últimos 500 anos. Graças aos avanços científicos, sejam eles relacionados ao meio ambiente, à melhoria genética, à produção, ao armazenamento e conservação de alimentos e medicamentos, ao desenvolvimento de novas tecnologias e a produção, à expectativa de vida aumentou expressivamente.

Na Europa, em 1900, as pessoas viviam em média aproximadamente 45 anos. No continente africano, 29 anos, e no Brasil, 33,7 anos. Hoje a expectativa de vida dos europeus ultrapassa 80 anos, a dos africanos se encontra em torno de 74 anos, e a dos brasileiros passa de 76 anos. Ou seja, em pouco mais de um século, a expectativa média de vida dos africanos e brasileiros cresceu mais que o dobro.

Nesse período, não faltaram problemas e desafios. Apesar disso, num curto espaço de tempo, os brasileiros deram um salto de 145%, aumentando a expectativa de vida em mais de 42 anos. E isso deve-se a quê? Ao “acaso”, à religião, a um milagre? Não. Decorreu do desenvolvimento do conhecimento, das pesquisas, da ciência e da tecnologia, que permitiram transformar a natureza e o meio em benefício do homem. Mas, a despeito de todo o desenvolvimento, dada a sociedade de classes, também aumentou extraordinariamente o número de pessoas que passam e morrem de fome.

Todavia, nos últimos anos, apesar da importância cada vez maior do conhecimento científico, a ciência tem sido duramente atacada, tanto no Brasil como no mundo. O problema é que a negação, a contestação e os ataques, não ocorrem com base em conhecimento, experiências e ciência mais desenvolvida, que poderia levar ao seu aprimoramento e, conseqüentemente, à melhoria das condições de vida.

Ao contrário, partem de meras especulações e fantasias, provocando uma verdadeira regressão civilizatória e humanitária. Estamos regredindo até mesmo quando se considera a perspectiva positivista.

Comte afirmava que a humanidade “inevitavelmente”, ascenderia do estado teológico, ao metafísico e “descansaria” no científico, em que repousaria a razão humana.

Todas as nossas especulações estão inevitavelmente sujeitas, assim no indivíduo como na espécie, a passar por três estados teóricos diferentes e sucessivos, que podem ser qualificados pelas denominações habituais de teológico, metafísico e positivo, pelo menos para aqueles que tiverem compreendido bem o seu sentido geral. O primeiro estado (teológico), embora seja, a princípio, a todos os respeito, indispensável, deve ser concebido sempre, de ora em diante, como puramente provisório e preparatório; o segundo (metafísico), que é, na realidade, apenas a modificação dissolvente do anterior, não comporta mais que um simples destino transitório, para conduzir gradualmente ao terceiro (positivo); é neste, único plenamente normal, que consiste, em todos os gêneros, o regime definitivo da razão humana. (COMTE, 1976, p. 5).

Entretanto, a julgar pela realidade, o positivismo parece não ser uma concepção e um método adequado e preciso para se analisar, compreender e explicar corretamente a sociedade e o mundo. Afinal, desconsidera aquilo que é essencial, as contradições e os antagonismos de classes.

Assim, em vez de “descansar” no estágio científico e positivo, quando estávamos perseguindo esse patamar, numa espécie golpe ou de salto mortal ao reverso, fomos praticamente arremessados aos primórdios da humanidade, para o estado de natureza, ou pelo menos, para a Idade Média, como se a modernidade tivesse sido abortada, a ciência não existisse e as explicações dos fenômenos decorressem de meras especulações, misticismos e crendices.

A consequência mais trágica desse estado social é a anomia, isto é, a desintegração social e o derretimento da civilização, resultado do irracionalismo, do individualismo exacerbado, do embrutecimento, da lei do mais forte, do desrespeito e destruição das normas básicas de convivência, do desdém às diferenças, do desrespeito ao outro, da ausência de sociabilidade e do mínimo de humanidade, enfim, institui-se o estado de “guerra de todos contra todos”.

No Brasil, os ataques, sem trégua à ciência, que se sucedem dia após dia, expressam-se pelos:

- incessantes cortes de recursos para a educação, saúde, ciência e tecnologia;
- perseguição dos profissionais da educação e às instituições de ensino e pesquisa;
- violação da constituição e das normas básicas de convivência;
- abuso de autoridade do principal mandatário do país;
- cerceamento ideológico e condicionamento dos poucos recursos destinados à pesquisa e manutenção de escolas e universidades à adesão e subscrição de projetos de interesses da burguesia conservadora e de governos autoritários e reacionários;
- substituição do conhecimento científico na escola por políticas sociais compensatórias que esvaziam as possibilidades de se ensinar e aprender;
- substituição do conhecimento científico pela fé;
- produção, divulgação e disseminação das *fake news*;
- tentativas de se instituir a “escola sem partido”, ou dito melhor, da mordação, e o *homeschooling* (ensino domiciliar);

- pressão para transformar a Educação a Distância em rotina escolar, e até mesmo, para acabar com a escola;
- tentativas de substituir a ciência objetiva pela “certeza” da fé, quando não por especulações e superstições;
- diferentes tipos de negacionismo, seja do conhecimento, da ciência, da vacina para o combate à Covid-19;
- individualismo, seja desconsiderando às medidas de isolamento social defendidas pela Organização Social da Saúde, seja negando até mesmo os parcos conhecimentos já acumulados sobre o coronavírus, seja combatendo os que lutam e defendem a ciência, o isolamento social e a vacinação coletiva;
- irresponsável recomendação governamental para tratamento com cloroquina e ivermectina, que além de não ser indicada pela OMS, de não trazer benefício algum para a melhoria da Covid-19, pode acarretar uma série de danos colaterais à saúde.

Consequentemente, tendo presente que o conhecimento e a ciência estão diretamente ligados à vida, visto que, **só existe vida se houver conhecimento e conhecimento se existir vida**, os ataques à ciência, aos pesquisadores e aos profissionais da educação e da saúde, no mínimo se constituem num absurdo e, no limite, num atentado à vida, pois, ameaçam exatamente os responsáveis pela defesa da vida. Assim sendo, os ataques à ciência se revelam como **uma elegia à ignorância e à morte**.

A ciência e humanidade estão intimamente ligadas. Consequentemente, só um necrófilo pode negar à ciência.

Além do mais, o desenvolvimento das pesquisas e da ciência é condição indispensável à tomada de decisões, ao planejamento, ao desenvolvimento social, ao aprimoramento da tecnologia, ao aumento da produção... Entretanto, o próprio governo e determinadas frações da classe dominante, do parlamento, da imprensa, da justiça e da sociedade e, em especial, dos fundamentalistas religiosos, parecem não medir esforços para bloquear e até mesmo impedir o desenvolvimento do conhecimento e da ciência.

Um mínimo de inteligência já seria suficiente para compreender que deveriam ser os primeiros a defender o incremento dos investimentos na melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, saúde e na infraestrutura das instituições de ensino e pesquisa. No entanto, ao invés disso, são os próprios profissionais que, a despeito de todos os ataques, resistem, trabalham e lutam contra tudo e contra todos em defesa da educação, da escola pública e do desenvolvimento científico.

Veja que, neste caso, trata-se de ataques à ciência entendida no sentido mais elementar, positivista, comtiana, sinônimo de desenvolvimento técnico, responsável pelo desenvolvimento social, que não só não compromete a forma de organização e funcionamento da atual sociedade, como é adequada a ela. Está longe de ser compreendida como defende a PHC, isto é, como condição de desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano, de vida plena, de formação omnilateral. Isto supõe, porém, a superação do atual modo de produção e organização da vida e, por conseguinte, a socialização dos conhecimentos e dos bens materiais mais desenvolvidos, produzidos ao longo da história.

Apesar de se disseminar também entre os desvalidos da terra, não resta dúvida de que, o combate à ciência faz parte de um projeto da classe dominante com o intuito de

transformar seus interesses e sua concepção de mundo particular, no interesse geral, tentando dar uma forma de universalidade.

Como afirmam Marx e Engels,

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX/ENGELS, 1981, p. 59).

Portanto, o combate à ciência tem como pano de fundo o interesse na manutenção da classe dominante, pois, a alienação se constitui numa das condições fundamentais à manutenção e perpetuação do *status quo* e, conseqüentemente, de seus privilégios.

Aliás, há que se mencionar que, de longa data, desde a modernidade, a burguesia demonstra aversão à socialização do conhecimento. Senão, vejamos. Em 1766, o francês La Chalotais (1701-1785), já se posicionava pela rejeição ao acesso aos conhecimentos sistematizados por parte dos *Frères Ignorantins* (irmãos ignorantes), integrantes do baixo clero. Defendia que, aos pobres e trabalhadores, se ensinasse apenas os rudimentos do alfabeto.

Afirmava:

Nunca houve tantos estudantes como hoje. Inclusive gente do povo quer estudar... Ensinam a ler e escrever a gente que só deveria aprender a manejar instrumentos... **O bem da sociedade exige que o conhecimento das gentes não vá mais longe do que é necessário para a sua própria ocupação diária.** Todo homem que saiba além de sua rotina diária, não será nunca capaz de continuar paciente e atentamente esta rotina... (LA CHALOTAIS *apud* GUARESCHI, 1986, p. 70-71. Grifo nosso).

François-Marie Arouet, mais conhecido pelo pseudônimo de Voltaire (1694-1778), seguia na mesma direção. Defendia que não se deveria ensinar as letras aos camponeses e operários para que não viessem a se desviar das tarefas que a natureza e a ordem social lhes haviam determinado.

O padre Réguis, cura de Lisieux, opunha-se terminantemente ao ensino das letras aos trabalhadores, aos escravos, “às gentes do povo”. Julgava que era uma verdadeira inutilidade. Afinal, “não os ensinará a melhor lavrar a terra, não irá lhes melhorar os costumes, nem lhes tirar a malícia [...] nem os torna mais dóceis ao seu pastor, nem os torna mais virtuosos e mais cristãos”. (MUNDO, 2017).

Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet, normalmente conhecido apenas pelo codinome Condorcet (1743-1794), defendia que a escolarização deveria ser adequada à condição social. Afirmava que “o homem livre que se conduz por si mesmo necessita de mais luzes do que o escravo que abandona sua conduta a um outro”. (CONDORCET, 1994, p. 235).

O roterdanês Bernard de Mendeville (1670-1733), por sua vez, afirmava:

A fim de se conseguir, mesmo em circunstâncias difíceis, **uma sociedade harmônica e um povo dócil, nada melhor do que a existência de um grande número de analfabetos e de pobres**; os conhecimentos alargam e multiplicam os desejos e quanto menos coisas uma pessoa desejar, mais fácil lhe será obtê-las. (MENDEVILLE citado por GUARESCHI, 1986, p. 71. Grifo nosso).

Nada mais claro, não!? Mas, isso não é tudo. Na Inglaterra, em 1897, a Câmara dos Londres rejeitou um projeto que propunha a escola para todos, sob a justificativa de que,

Em vez de ensinar-lhes subordinação, [a escola] os tornaria facciosos e rebeldes... Poderiam então ler panfletos sediciosos, livros perigosos... Os tornariam insolentes ante seus superiores; em poucos anos, o resultado disso forçaria o governo a utilizar a força contra eles. (Ibidem. Nosso parêntese).

Todavia, a aversão à educação não era/é uma exclusividade da classe dominante europeia, nem dos tempos pretéritos. Já que a escola se transformou numa necessidade social, em vez de negá-la completamente, a burguesia passou a controlá-la e colocá-la a seus serviços.

Ruy Barbosa (1849-1923), por exemplo, que, inclusive, é nome de muitas escolas, defendia que a educação é o principal elemento para garantir a ordem social e serve de antídoto às ideias revolucionárias e socialistas.

Mesclando liberalismo e positivismo, Ruy entendia a educação como fator de conformismo e de estabilidade social. “A educação geral do povo”, dizia ele, “é o primeiro elemento da ordem”. (ORSO, 2003, p. 203).

‘Se quereis [...] cimentar a ordem necessária das sociedades em bases estáveis, é na escola que deveis lançar. [...] Só o seu espírito disporá da lucidez precisa, para revestir em tempo do tríplice bronze do bom senso contra as loucuras socialistas, contra os ódios inspiradores da subversão revolucionária, e compreender que o nível da demolição, preconizado pelos inventores de organizações sociais em nome da igualdade universal, representa em si, pelo contrário, a mais tenebrosa de todas as opressões, a mais bárbara de todas as desigualdades, a mais delirante de todas as utopias’. (NASCIMENTO, 1997, p. 119-120).

Precisando se desenvolver, foi com este espírito elitista, positivista e liberal, adequado à “ordem e progresso”, que, em 1934, a elite paulista, tendo à frente a família Mesquita, dona do jornal “Estadão”, na pessoa de Júlio de Mesquita Filho e seu genro Armando de Salles Oliveira, criou a primeira universidade brasileira – Universidade do Estado de São Paulo – USP. Tratava-se de promover “uma verdadeira revolução espiritual” (ROQUE SPENCER, 1987), com o objetivo de promover a “*adaptação definitiva da democracia ao Brasil*”

(MESQUITA FILHO, 1997, p. 117, 131. Grifo nosso), isto é, impedir que o país derivasse para o socialismo. Nas palavras do então governador de Minas, Antonio Carlos, tratava-se de “fazer a revolução antes que o povo a fizesse”.

De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, era necessário fazer da educação um instrumento para livrar o país “do mal imenso, do mal sem cura, que é a desagregação da República, pela ação dissolvente da politicalha surda e cega ou pela invasão de ideologias subversivas”. (CAPELATO, 1980, p. 55).

Assim, ao criar a USP, dentro do espírito elitista, Salles Oliveira afirmava: “Disposmos agora de instrumento através do qual se prepararão as nossas elites dirigentes”. Mas não era só isso. Pretendia fazer da universidade “um verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais”. “A Universidade de São Paulo”, afirmava ele, “é a primeira semente do Brasil novo”¹³.

Ou seja, mais do que se preocupar com a socialização de conhecimentos, a criação da universidade representava um projeto de educação que objetivava implementar um projeto burguês de sociedade.

Também foi em nome do controle social, que a ditadura militar acabou com o método de alfabetização de jovens e adultos, conhecido como método Paulo Freire e exilou seu idealizador; inseriu as disciplinas de Moral e Cívica, OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e EPB (Estudos de Problemas Brasileiros); realizou a Reforma Universitária (Lei nº 5.540, de 28/11/68), instituiu a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), (Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971) e implantou o tecnicismo.

Portanto, se a ignorância dos trabalhadores era condição para a manutenção tanto da escravidão quanto da servidão, e a modernidade exigia que tivessem um mínimo de conhecimentos, era necessário controlá-los, dosá-los e redirecioná-los para os fins e interesses das elites, de tal modo que não colocassem em risco o *status quo*.

Recentemente, porém, após a escola básica ter sido praticamente universalizada e o acesso ao Ensino Superior ter sido ampliado significativamente, a burguesia já não se contenta em tentar controlar a educação e impedir que sirva aos interesses dos trabalhadores. Passou ao ataque cerrado e decisivo, a realizar reformas educacionais, a cortar recursos, atacar os educadores, as instituições e a autonomia universitária, desrespeitar os processos eletivos, e tenta instituir a qualquer custo a Escola sem Partido e o *homeschooling*, enfim, negar o conhecimento e a ciência, ou seja, quer acabar até mesmo com o pouco que resta da possibilidade de ensinar.

Afinal, só um povo com um nível cultural extremamente precário, sem senso crítico, individualista, sem consciência de classe, pobre de espírito, admite, apoia e sustenta tantos absurdos, arbitrariedades, agressões contra si mesmo e seus semelhantes.

Os que atacam a ciência, em nome de uma suposta e não muito bem explicada preocupação com a “economia” e a salvação dos “empregos”, portanto, para além da demagogia, compõem-se nos principais aliados do vírus e, conseqüentemente, aumentam sobremaneira seu poder de contágio, letalidade e destruição.

Desse modo, não surpreende que, em vez de vermos manchetes e mais manchetes comemorando e festejando vitórias nas lutas em defesa da vida, elas povoam nossos olhos e nossa mente, nos espantam, nos deixam atônitos e assombrados anunciando recordes e mais recordes batidos dia após dia, porém, com o número de infectados e de mortos, afora as subnotificações e as insistentes tentativas de mudar as formas de registro dos casos, dei-

¹³ Sobre seu túmulo, situado no cemitério ao lado da Rua da Consolação, em São Paulo, encontra-se erguida na vertical, uma vagem para representar a universidade, a semente do Brasil novo que havia criado.

xando explícito, que para a sociedade burguesa, a economia, ou seja, o capital, é mais importante que a vida.

Aliás, capitalismo é um termo composto, provém do latim *caput, cápitis*, que significa “cabeça”, conjugado com a terminação *ismo*, que significa que o termo anterior domina. Logo, capitalismo significa um modo de produção em que o capital e o lucro dominam e vêm em primeiro lugar. Assim, de um lado, fica fácil de entender por que os capitalistas defendem a “economia” acima de tudo e, de outro, para os que defendem a vida, fica fácil de entender que esse modo de produção é anti-humano, que sua negação e superação são imperativos, do mesmo modo que a construção de uma nova sociedade.

4.4. O novo coronavírus, a sociedade de classes, as desigualdades e injustiças sociais

É desnecessário mencionar, portanto, que vivemos numa sociedade capitalista e de classes, cuja base se encontra na propriedade privada dos meios de produção, centrada na exploração, na dominação e no individualismo. Todavia, não se constitui apenas numa sociedade dividida em classes – capitalistas e trabalhadores – mas sim, numa sociedade extremamente injusta, em que as diferenças são astronômicas, e a liberdade e a igualdade não passam de meras ideias.

Apesar de, no capítulo anterior, termos apresentados alguns dados sobre as diferenças e desigualdades sociais, dada a especificidade deste capítulo, apresentamos mais alguns para termos uma ideia ainda mais ampla acerca das disparidades sociais.

De acordo com dados divulgados pela Oxfam, em 2016, 1% da população global detinha a mesma riqueza que os 99% restantes. Em 2020, 2.153 mega ricos concentravam um patrimônio maior que 4,6 bilhões de pessoas, ou seja, 60% da população do planeta. No caso da desigualdade de gênero, os 22 homens mais ricos do mundo, concentram mais riqueza que todas as mulheres que vivem na África, ou seja, em torno de 650 milhões.

Mas a desigualdade não é uma exclusividade dos países pobres. Nos Estados Unidos, que é o país mais rico do mundo, por exemplo, em 2017, o 1% dos mais ricos concentrava 20% da renda, enquanto 50% da população mais pobre possuía apenas 12,5%. Entre 2017 e 2018, quando ocorreu a maior expansão econômica da história, a diferença entre ricos e pobres foi a maior desde 1967, quando se iniciou o acompanhamento. Tomando-se como referência o índice de Gini, que mede a distribuição de riqueza, onde zero representa a igualdade total e 1 a desigualdade total, em 2018, alcançou 0,485, o maior dos últimos 50 anos, quando era de 0,397. Vale mencionar que, nesse período, os países europeus chegaram no máximo a 0,38. (GAZETA DO POVO, 2020).

No Reino Unido, outro país considerado rico, de primeiro mundo, com uma população de 66,65 milhões (2019), 21% da população viviam na pobreza.

No Brasil, que no atual momento se parece mais a uma neocolônia, ou então, a um satélite dos Estados Unidos, do que com uma nação autônoma e independente, de acordo com a Oxfam, em 2017, carregava o título nada honroso de vice-campeão mundial em concentração de renda. 1% mais rico da população ficava com 28,3% do PIB, atrás apenas do Catar, que concentrava 29%. Em 2019, de acordo com o IBGE, a Renda de 1% dos brasileiros mais ricos, chegou a 33,7 vezes a dos 50% mais pobres, ante 30,5 em 2016. Nesse ano, os 10% mais ricos tinham um rendimento superior à soma dos 80% mais pobres.

Em 2019, em plena crise econômica, que foi utilizada pelo governo, pelos ricos e pela mídia golpistas, o que dá no mesmo, como justificativa para realizar reformas e mais reformas e suprimir direitos dos trabalhadores, enquanto o patrimônio dos bilionários brasileiros crescia 13%, atingindo US\$ 549 bilhões, a fatia da renda dos 50% mais pobres caía de 2,7% para 2%.

No país da bandeira verde e amarela, que a partir do golpe de 2015/2016, transformou-se em símbolo de autoritarismo, militarismo, fascismo e repressão, chega ao absurdo de que apenas cinco pessoas concentrem uma fortuna de US\$ 84,9 bilhões, equivalente à de mais de 100 milhões de pessoas, praticamente a metade da população do Brasil.

Mencionamos aqui apenas o caso dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Brasil. Entretanto, essa é a lógica do modo de produção capitalista como um todo, não é muito diferente na maioria dos países. Enquanto nas últimas quatro décadas, isto é, a partir de 1980, o 1% das pessoas mais ricas capturou um terço da renda mundial, os 50% mais pobres ficaram com apenas 12%. Isso significa que nas crises a renda se concentra ainda mais e revela que suas consequências e benefícios não são socializadas de igual forma entre todos. Socializam-se os problemas e misérias e se concentram as riquezas. Os ricos ficam mais ricos, e os pobres, mais pobres.

Aliás, de acordo com a Oxfam, durante a pandemia, o patrimônio dos 42 bilionários brasileiros, aumentou de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões, ou seja, aumentou US\$ 34 bilhões (cerca de R\$ 176 bilhões) e, na América Latina e no Caribe, enquanto os trabalhadores e microempresários tiveram forte diminuição, e até mesmo, ficaram sem renda, a fortuna dos 73 bilionários registrou alta de 17%, aumentando em US\$ 48,2 bilhões entre março e meados de julho (2020).

Devido à pandemia, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), a economia global deve sofrer uma retração maior do que a provocada pela crise de 1929. Isso provocará consequências inestimáveis nas condições de vida dos trabalhadores.

Tanto a ONU quanto a Oxfam (2020) estimam que entre 400 e 600 milhões de pessoas, sejam empurrados para a vala da pobreza e se juntem às cerca de 3,6 bilhões que, de acordo com o Banco Mundial (2017), já se encontram vivendo na pobreza no mundo, provocando um retrocesso de mais de 30 anos. Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) global deve recuar pela 1ª vez desde 1990.

É escusado perguntar se é justa e legítima essa sociedade de classes, marcada por astronômicas diferenças sociais. Claro que não, sobretudo, considerando que quem produz todas as riquezas são os trabalhadores. Trata-se de uma perversa, nefasta e apavorante injustiça social.

Nessa sociedade (capitalista), em que a neutralidade é impossível, mesmo que o novo coronavírus desconsidere o centro e a periferia, os capitalistas e os proletários, não faça distinção entre pessoas, classes, cor, sexo, nação e continente, a pandemia não deixa de revelar a crueldade desse modo de produção e seu sórdido caráter de classe.

Contudo, de que valem as riquezas, a concentração de capital e os tesouros acumulados à custa da exploração dos trabalhadores, se um “simples vírus” gelatinoso pode acabar com a vida, até mesmo dos maiores bilionários, e pôr tudo a perder? Não seria melhor se a produção fosse socializada e se se garantissem condições dignas de habitação, de proteção, higiene, saúde, educação e vida para todos? Quem sabe se, eventualmente, isso não po-

deria inclusive, evitar a contaminação dos trabalhadores e até mesmo a morte daqueles que são a razão da penúria dos trabalhadores!?

Já vimos que os capitalistas, apesar de frequentemente se considerarem, não são imortais. Se o vírus é invisível, seus alvos não são. O perigo aumenta ainda mais quando a prepotência se junta com a ignorância e arrogância.

Entretanto, apesar de o vírus ser “democrático”, não ter preferência, nem fazer escolhas, não atinge e nem impacta de igual modo as nações, nos Estados, nas classes sociais, nas pessoas e nas condições de vida de cada um. Certamente serão os pobres os principais a arcar com as consequências. Diante do aprofundamento da crise, são as cerca de 3,6 bilhões de pessoas que se encontram na pobreza, sem habitação adequada, sem saneamento básico, sem dinheiro para comprar comida e adquirir álcool em gel e máscaras para se proteger, e as outras cerca de 500 milhões que a ela são empurradas, que sofrerão seus efeitos mais infaustos, de forma mais imediata, direta, intensa e prolongada. Só nos primeiros três meses do surgimento do novo coronavírus, mais de 30 milhões de latino-americanos já haviam sido arremessados para a pobreza.

De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a estimativa é que, cerca de 1,6 bilhões de trabalhadores informais, ou então, praticamente a metade da força de trabalho do mundo, composta por 3,3 bilhões de trabalhadores, devem perder suas condições de sobrevivência de imediato. Segundo a Organização, só “no primeiro mês da crise, a renda dos trabalhadores informais caiu 60% em todo o mundo. A queda foi de 81% na África e América, 21,6% na zona Ásia-Pacífico e 70% na Europa e Ásia Central”. (UOL, economia, 2020).

No caso do Brasil, de acordo com dados do IBGE (2019), tínhamos 65,7 milhões de brasileiros fora da força de trabalho, 27,9 milhões de subutilizados, 13,1 milhões de desempregados (G1, 2019) e 41,3% dos trabalhadores terceirizados. Diante da crise, a grande maioria, perde até mesmo as míseras condições que ainda dispunha para sobreviver. Dessa população, cerca de 40 milhões de pessoas nem sequer têm acesso a água e esgoto, ao saneamento básico, e em torno de 15 milhões se encontram abaixo da linha da pobreza. Ou seja, não se trata apenas de uma sociedade dividida em classes, trata-se sim de uma sociedade com enormes, gritantes e escabrosas desigualdades.

Em função desse assombroso exército de reserva, a competição e a concorrência também se acirram ainda mais, as condições de vida se degradam e exercem mais pressão sobre os empregos e salários de quem porventura consegue mantê-los.

Junte-se a isso, o aumento da violência devido à ausência de emprego e da precarização das condições de vida. E, no caso desses integrantes do exército de reserva serem contagiados, vivendo nas ruas, nas favelas e periferias, sem condições adequadas de saneamento, higiene e alimentação, sem espaço apropriado para se enclausurar e se distanciar de seus familiares, correm o risco de, como num jogo de dominó, transmitir o vírus para todos de forma rápida, capaz de eliminar crianças, jovens, idosos, famílias inteiras...

Não nos esqueçamos que a Covid-19 é conhecida como “doença dos ricos”. Foram eles que, em suas viagens de negócios ou de turismo, contagiaram-se, trouxeram para o país e iniciaram a disseminação. Também foram eles que, sob a justificativa de que era necessário “salvar a economia” e os “empregos”, exerceram/exercem pressão sobre o(s) governo(s), os trabalhadores, os profissionais da saúde e a população em geral para “flexibilizar o comércio”, isto é, para fornecer alimento ao vírus e ao capital.

Cercados em suas mansões e privilégios, enlodados em seu individualismo, narcisismo e egocentrismo, com condições de tratamento e isolamento em caso de necessidade, não se importam se a doença se alastra repentinamente, se os trabalhadores são contagiados, se os postos de saúde e hospitais ficam saturados, se os profissionais da saúde têm ou não equipamentos adequados, se se contaminam, se os serviços funerários não dão conta de abrir covas e enterrar milhares e milhares mortos, afinal, importa salvar a “economia”, não é mesmo?

4.5. A (in)sanidade e (in)sensibilidade do capital face à vida

O cinismo dos capitalistas é tal que nem sequer disfarçam para demonstrar sua insensibilidade e desumanidade, para destilar sua demagogia, seu descaso e desprezo com a vida.

Em um discurso para investidores, por exemplo, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que,

[...] quanto mais rápido vierem novos casos e mortes por Covid-19, melhor para a economia. Mais importante é que a indústria continue produzindo e vendendo. Ainda que isso cause o colapso de hospitais e do sistema de saúde pública, forçando médicos e escolher quem atender e quem deixar morrer, é um preço razoável a pagar em nome do lucro. (BRASIL247, 2020).

Nada mais claro do que o próprio presidente do BC (Banco Central) falar, sem rodeios, sem meias verdades, o que realmente interessa ao capital.

Apesar de a OMS e os governos do mundo inteiro, exceto o Presidente Jair Bolsonaro, que vai na contramão do conhecimento e das experiências acumuladas, defenderem o isolamento social como forma de evitar o contágio e a disseminação do coronavírus, o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, ao criticar o isolamento social determinado por alguns governadores e prefeitos, foi na mesma direção. Afirmou que a vida não tem “valor infinito”. “Muita bobagem é feita e dita, inclusive por economistas, por julgarem que a vida tem valor infinito”. (AZEVEDO, 2020).

O empresário Junior Durski, dono da rede de hamburguerias Madero e de outros restaurantes, por sua vez, enfatizou:

O Brasil não pode parar dessa maneira. O Brasil não aguenta. Tem que ter trabalho. As pessoas têm que produzir, têm que trabalhar. [...]. Nós não podemos, por conta de 5.000 pessoas ou 7.000 pessoas que vão morrer... eu sei que é muito grave, eu sei que é um problema, mas muito mais grave é o que já acontece no Brasil. (UOL, 2020).

Alexandre Guerra, sócio da rede de restaurantes Giraffas, ao se opor às medidas de combate ao coronavírus, censurou:

Você que é funcionário, que talvez esteja em casa numa boa, numa tranquilidade, curtindo um pouco esse home office, esse descanso forçado, você já se deu conta de que, em vez de estar com medo de pegar esse vírus, você deveria também estar com medo de perder o emprego? (Idem).

Na mesma esteira, também seguiu empresário e apresentador de TV, Roberto Justus:

Se nós olharmos para o número de casos do mundo, são 300 mil casos de coronavírus no planeta inteiro, são 15 mil mortos. [...] mas 15 mil mortos pra 7 bilhões de habitantes é um número muito pequeno. No Brasil, nós temos [...] 25 mortos, mas 25 mortos para 210 milhões de habitantes, de novo, é um número muito baixo. [...]. Nós estamos exagerando na dose. [...] Nós estamos parando a economia brasileira, [...] o que acontece com isso? Um problema social sem precedentes. Aí, sim, as pessoas vão morrer. Você sabe que muita gente se mata por problemas econômicos. A tristeza de não poder alimentar os seus filhos, perder o seu emprego. Um sorveteiro deu um grande exemplo, ele falou: ‘não vou morrer do vírus, vou morrer de fome’. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Outro empresário, colérico e enfurecido com as medidas de isolamento social anunciadas por um determinado governador, foi além, sugeriu outra forma de resolver o problema, na bala. “[...] O negócio é, se a gente não se juntar pra dar um tiro nesse filho da puta desse governador, melhor a gente ficar em casa mesmo cordeirinho [...]” (MADEIRO, 2020).

Essas posições, entretanto, não diferem muito da assumida pelo oncologista e empresário Nelson Teich, que em abril de 2020, assumiu o Ministério da Saúde, no lugar de Luiz Henrique Mandetta e permaneceu apenas um mês no cargo. Um ano antes, em abril de 2019, afirmou que o dinheiro para a saúde é “baixo” e insinuou que, diante de um dilema, entre salvar a vida de um jovem ou de um idoso “que pode estar no final da vida”, a escolha deveria recair sobre aquele. (VALENTE, 2020).

Veja que não estamos nos referindo a opinião e a posição de indivíduos quaisquer, estamos vendo a posição da máxima autoridade do país em termos de saúde, de quem seria de se esperar uma posição veemente e um trabalho incansável em defesa da vida e de empresários e autoridades que no mínimo deveriam ter responsabilidade social e respeito os trabalhadores que são a razão de ser de suas riquezas e mordomias.

Não é difícil de imaginar, por suposto, o que se passa na mente dos idosos que se dedicaram ao trabalho por dezenas de anos e ouviram dizer que era necessário fazer a reforma da previdência para garantir sua aposentadoria, verem que foram iludidos e ludibriados pelos mercadores da saúde, por empresários, pelo governo e pela mídia, que deixam claro seu desdém pela vida e repetem dia sim e outro também que, já que não produzem mais, podem morrer, que a previdência agradece.

Isso demonstra não só o descaso com a vida, mas também que para o atual governo e para o capital, ela é totalmente descartável. Aliás, de acordo com relato revelado pela agência Reuters, feito pelo epidemiologista Julio Croda, que foi diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT), a assessora do governo Bolsonaro e colaboradora do ministro da Economia Paulo Guedes e chefe da Superintendência de Seguros Privados, Solange Vieira, que em 2019, defendeu a reforma da previdência, em reunião com técnicos do Ministério da Saúde, ocorrida em março de 2020, afirmou: “é bom que as mortes se concentrem entre os idosos”, que “[A morte de idosos] melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”. (PT, 2020).

Além disso, no momento em que o país já tinha um grande número de casos confirmados, Teich afirmou que a compra de grande quantidade de respiradores, um equipamento indispensável para tratar os pacientes que se encontram em estado crítico na UTI (Unidade de Terapia Intensiva), era um “investimento desnecessário”.

Por fim, numa espécie de síntese do absurdo, representando o capital, o presidente Jair Bolsonaro que, à moda de Luiz XV, acredita ser a encarnação do “Estado” e da “Constituição”, expressou melhor do que ninguém, como o capital considera a vida. Depois de sabotar as orientações da OMS, dos profissionais da saúde e até mesmo dos próprios ministros da Saúde, de manter o isolamento social; depois de desconsiderar e ignorar os conhecimentos, a experiência e a ciência acumuladas; depois de, por diversas vezes, desacatar as orientações, estimular e incitar seus eleitores a fazerem o mesmo e descumprir as medidas de isolamento social; quando o Brasil apresentava uma taxa de contaminação de 2,8 – a maior entre 48 países analisados pelo Imperial College de Londres; depois de ter reiterado que era apenas uma “gripezinha”, “um resfriadinho”, “que não é tudo isso que estão pintando”, e que “todo mundo vai morrer um dia”, ao ser inquirido sobre as mortes provocadas pela Covid-19, revelando total desrespeito com o sofrimento, a vida e a população de seus país, disparou: “E daí?”, “o que eu posso fazer?”. Parece dizer: O problema não é meu! O que é que eu tenho a ver com isso? Virem-se! Danem-se!!

Para eles, se morrerem 50, 100 ou 300 mil pessoas, ou mais, não importa. Se morrer o pai, a mãe, os irmãos, os idosos, também não importa. Importa é voltar aos postos de trabalho, salvar a “economia” a qualquer custo. Alguns chegam até a afirmar que, se morrer metade da população, o planeta agradece.

Interessante a “nobre sensibilidade”, ou se quiser, a insanidade de empresários, do governo e dos capitalistas em salvar “a economia” e “os empregos” sob a justificativa de que os pobres são os que mais sofrem e passam necessidades, ou então, traduzindo, em “defender a morte para preservar a vida”.

Antes, porém, nada disso tocava o coração desses altivos patriotas, capitalistas, magnatas. Tanto é que, depois de acumularem muito, forjaram uma crise, aumentaram o desemprego, a violência e a fome para justificar as reformas, retirar direitos dos trabalhadores e concentrar ainda mais capital.

Ou seja, os argumentos são tão frágeis que não resistem ao menor exame. Por vezes, beira à ignorância, senão ao ridículo. Veja, por exemplo, que dizem defender a economia, mas negam a ciência, quando a economia se encontra diretamente dependente da ciência.

De qualquer modo, para serem coerentes, todos os que defendem esse tipo de posição, deveriam começar por dar o exemplo, não é mesmo? Deveriam se comprometer que, caso se contagiassem, abdicariam do uso de respiradores para que fossem usados para salvar a vida de quem a valoriza.

Entretanto, como dissemos, o caráter de classe também está presente no coronavírus. Por conseguinte, no caso dos hospitais ficarem sobrecarregados, sem equipamentos para atender todas as demandas e tiverem que “fazer escolha” entre salvar a vida de um trabalhador, um desempregado, um terceirizado, um informal etc., ou a de um burocrata, um empresário, um banqueiro, por quem será feita opção?

Os dados do DATASUS-SP não deixam dúvidas de que, pior que o coronavírus, para os trabalhadores, é o vírus do capital. Segundo pesquisa do Medida SP, realizada com dados de maio de 2020, revela que quase 66% das vítimas viviam em bairros com salários

médios abaixo de R\$ 3 mil e 21% em locais com renda inferior a R\$ 6.500. Enquanto, nas regiões com renda superior a R\$ 19 mil, o número de óbitos atingia pouco mais de 1% das mortes. (JOANA ASSIS, CAROLINA MORENO, 2020). De acordo com pesquisa feita no início de setembro de 2020, com moradores de favelas, mostra que 84% deles ganharam menos durante a pandemia.

Enquanto isso, os ultra-ricos no Brasil e no mundo não tem do que se queixar.

Um levantamento publicado nesta quarta-feira (07.10.20) pelo banco suíço UBS constata que a fortuna na mão dos ultra-ricos atingiu um novo pico de US\$ 10,2 trilhões em julho, contra US\$ 8,9 trilhões no final de 2017. Os setores de tecnologia e saúde são os grandes responsáveis pelo salto, com incrementos de 43% e 50%, respectivamente. (CHADE, 2020).

Ou seja, ainda que o agente causador seja um minúsculo vírus, “democrático”, que não é afeto a fazer distinção de quem quer que seja, o pertencimento à classe trabalhadora, é quase um atestado de morte, o caráter de classe da pandemia se revela nas injustas relações sociais. A questão é que, se o vírus não diferencia quem quer que seja, o pertencimento à classe faz toda a diferença.

4.6. A demagogia do Estado mínimo

A pandemia também se presta para desmistificar, desmascarar os liberais, os capitalistas e o comitê gestor de seus negócios, o estado burguês. Nas últimas décadas, tanto os liberais quanto os capitalistas tripudiaram e demonizaram o Estado (social), defenderam açodadamente as privatizações, o estado mínimo, o *ultraliberalismo*, o *laissez faire*, a (mal)dita *mão invisível*, a autorregulação do mercado e, no limite, o darwinismo social, ou então, a defesa do individualismo e a lei do mais forte.

Cantarolavam e repetiam a ladainha de que cada um deveria se virar por conta própria, sem depender do Estado. “Ensinem a pescar, não deem o peixe”, repetiam. Assim, intensificaram os ataques aos trabalhadores, destroçaram os sindicatos, cortaram recursos e sucatearam as instituições de ensino, de pesquisa e extensão, desmontaram o Sistema Único de Saúde e, em meio à maior crise de saúde pública, em plena pandemia da Covid-19, o governo Bolsonaro chegou a assinar o decreto de número 10.530, com o objetivo de retirar as UBS (Unidades Básicas de Saúde) da esfera pública e transferir para iniciativa privada, abrindo as portas para a privatização do SUS, em benefício dos mercadores da educação e da saúde, que têm como único interesse o lucro.

Com isso, as universidades públicas, responsáveis por mais de 95% das pesquisas, foram privadas de fazê-las, ou pelo menos, tiveram sua capacidade profundamente abalada. Ao lado delas, as instituições de saúde destinadas ao atendimento da população carente também foram sucateadas e deixadas à míngua. No entanto, diante das ameaças à vida, contraditoriamente, a pandemia se encarregou de demonstrar tanto a importância e necessidade das universidades públicas, como a necessidade do fortalecimento dos Sistema Público de Saúde, escancarando o fracasso das políticas privatistas e do malfadado estado mínimo.

Apropriado pela decadente classe dominante, por uma pequena fração da burguesia, o estado foi transformado numa espécie de monstro pavoroso, um leviatã, soberano, absoluto, e utilizado para aniquilar, controlar, reprimir, coagir, destruir direitos e ampliar a transferência de riquezas dos trabalhadores para o capital.

Contudo, diante da crise desencadeada pela Covid-19, ao invés dos capitalistas serem consequentes com suas arengas e arcar com suas responsabilidades, sem receio, nem pudor, mais uma vez, jogaram suas gabolices ideológicas no lixo e, de forma cínica e sem escrúpulos, utilizaram-se do estado e exigiram o despejo de montanhas de reais/dólares em suas mãos, sob a justificativa de salvar a “economia” (a sua) e seus interesses.

Sob a alegação de que o Estado estava em crise, que não havia recursos para pagar os aposentados, promoveram uma intensa campanha midiática, fizeram uma propaganda massiva, inclusive, sonogando dados e informações, com o intuito de convencer os trabalhadores de que era necessário “modernizar” e “enxugar o estado”.

A partir daí, realizaram um conjunto de reformas, desde a Reforma do Ensino Médio, a aprovação da BNCC, o congelamento dos investimentos por 20 anos em educação e saúde, a Reforma Trabalhista, a Terceirização, a Reforma da Previdência, dentre outras, todas suprimiram os direitos dos trabalhadores, (ORSO, 2020b).

Entretanto, eis que, para a surpresa de todos, já que, como afirma Karl Marx (2020), “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente [...]”, sobrevém a pandemia da Covid-19. Aí, não mais que repentinamente, tanto no Brasil quanto no mundo, parece que começou a “brotar dinheiro”, aparecer montanhas e mais montanhas de dinheiro, despejados para salvar bancos, empresas e até algumas migalhas para os pobres mortais.

O Brasil, a União Europeia e os Estados Unidos, por exemplo, liberaram os maiores pacotes econômicos de sua história sob a justificativa de enfrentar os impactos do coronavírus na economia. Em nosso país, o ministro da Economia, Paulo Guedes, liberou R\$ 1,2 trilhões para os bancos (que, não custa lembrar, estão na lista dos maiores devedores/sonegadores da previdência), R\$ 750 bilhões para socorrer empresários e R\$ 98,2 bilhões para auxílio emergencial. A União Europeia anunciou a liberação de € 750 bilhões. No império do norte, Trump anunciou a liberação de US\$ 2,484 trilhões. E depois de eleito, Joe Biden apresentou mais um pacote de ajuda financeira no valor de 2 trilhões de dólares.

Mais uma vez a realidade se encarregou de desmascarar os discursos demagógicos da burguesia. No momento de repartir as “ajudas” liberadas pelo Estado diante da crise, os “colaboradores” já não mais contam. A astronômica diferença entre as “generosas ajudas” liberadas para alguns poucos bancos e empresários e as migalhas dadas para dezenas e dezenas de milhões de trabalhadores, explicitam o engodo escondido sob o disfarce de “colaboradores”.

Além disso, os capitalistas se aproveitaram do momento em que a absoluta maioria do parlamento é pró-capital, para transformar o Estado no garantidor exclusivo de seus interesses. No entanto, com a chegada do novo coronavírus, sem hesitar, jogaram o discurso falacioso do *laissez-faire* e da *mão invisível* às calendas e, à “plena luz do dia”, transformaram-se nos maiores defensores da intervenção do Estado, claro que, em benefício próprio.

Incrível, não!? Afinal, o Estado não estava em crise? Não foi sob esse discurso que fizeram a reforma do estado, que reformaram e alteraram mais de 100 artigos da CLT e fizeram a reforma da previdência? Agora não estão mais preocupados em enxugar o estado e reduzi-lo ao mínimo?

Até mesmo nesse intervencionismo desavergonhado fica escancarado, explícito e evidente o caráter de classe. Foram destinados 20 vezes mais recursos para meia dúzia de endinheirados (bancos e empresários) do que para o auxílio emergencial destinado a cerca de 60 milhões de pessoas em estado de vulnerabilidade social. Além disso, não custa lem-

brar que, em 2019, os quatro maiores bancos do país (Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander), tiveram um lucro histórico recorde, cresceu 18,4%, diante de uma inflação de 4,31%, e atingiu R\$ 86,6 bilhões.

Diante disso perguntamos: Qual trabalhador teve 18,4% de aumento no salário durante o ano e ainda recebeu uma generosa ajuda de bilhões do governo? Ao contrário, os trabalhadores não só não receberam nem se quer a reposição das perdas inflacionárias, como acumulam anos e anos sem data-base e amargam um congelamento de salário por 20 anos.

O cinismo e o descaramento é tal que, depois de terem obtido um lucro extraordinário, depois de terem recebido praticamente dois trilhões de reais do governo para salvar a “economia”, alguns empresários e banqueiros se apresentam como “generosos” e “benfeitores”, anunciaram uma “contribuição para superar os efeitos da crise provocada pela Covid-19”, como no caso do Itaú Unibanco que anunciou a doação de R\$ 1,25 bilhões, a Suzano Celulose R\$ 60 milhões, a BRF, BTG Pactual, iFood e Votorantim R\$ 50 milhões cada, o Banco do Brasil R\$ 40 milhões, a Cacau Show R\$ 32 milhões, o Banco Safra, a BV e Stone R\$ 30 milhões cada, dentre outros.

É muita impudência! Não estavam em crise? Não defendiam a necessidade de fazer reformas para superar a “crise” e “equilibrar as contas públicas”? Então, de onde apareceu tanto dinheiro?

Não custa lembrar que, aquilo que alardeiam como generosidades, não tem outra origem senão a exploração do suor dos trabalhadores, que foi expropriado e acumulado indevidamente. Primeiro exploram os trabalhadores. Depois utilizam parte das riquezas para fazer “caridade”, como se estivessem preocupados com a vida e com o sofrimento alheio.

Como dizem, “é fácil fazer generosidades com chapéu alheio”. Mesmo assim, essas “ajudas” não passam de migalhas quando comparadas com os lucros ou os recheados “pacotes de ajudas” despejados pelo governo aos bancos e empresários, inclusive, sem exigir contrapartida.

Todavia, já que os nobres banqueiros e empresários estão enternecidos com o sofrimento e as carências alheias, como as tais bondades são resultados do trabalho, da exploração alheia, do saqueio da natureza e dos bens comuns em benefício privado, porque não aproveitam para socializar redistribuir todas as riquezas, devolver aos trabalhadores aquilo que lhes falta, que os impede de satisfazer suas condições básicas e, portanto, fazer com que necessitem de “ajuda” para se manter vivos?

Se a sociedade fosse igualitária, não haveria carência de um lado, nem “pessoas do bem” de outro, fazendo caridade para tentar obter o passaporte para o paraíso. Afinal, como dissemos, de que valem as riquezas acumuladas por alguns diante de um vírus que não faz distinção de ninguém?

Numa sociedade minimamente civilizada e humana, entretanto, dada a situação de miséria e degradação social, aprofundada com Covid-19, seria de se esperar que, depois do período de quarentena e do rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, os empresários e o governo (ultraliberais) não exigissem mais sacrifício dos trabalhadores.

Entretanto, como sabemos, não são dados a ter dó, piedade ou compaixão, nem comiseração, tem interesses. Todos os indicativos dão mostras de que não terão clemência, vão continuar com as famigeradas reformas, ampliar os ataques e avançar ainda mais sobre os direitos e as condições de vida dos trabalhadores.

Aliás, em meio à crise instalada, aprofundada com a pandemia do novo coronavírus, o ministro da Economia, Paulo Guedes, atendendo ao gosto, sabor e apetite dos empresários, investidores/especuladores e banqueiros, chamou os funcionários públicos de “parasitas” e mandou recado: “Estamos indo em direção a uma economia voltada para o mercado, [...] Qualquer um que não possa ver isso está interpretando mal o Brasil”, “As reformas vão continuar”, “Vamos continuar com a reforma do estado brasileiro”. E encaminhou um ofício ao congresso nacional pedindo para “acelerar a pauta das reformas”.

Numa figura, é como se o Titanic estivesse enchendo de água por todos os lados, e Guedes “acreditasse” que a saída é fazer mais buracos na embarcação. Entretanto, sabemos todos que, para os trabalhadores, “reformas” significam mais ataques e precarização, menos direitos. Aliás, como dissemos, nenhuma delas acarretou qualquer prejuízo ao capital, assim como, nenhuma delas garantiu qualquer direito aos trabalhadores.

Na verdade, o que as aves de rapina que pousaram suas garras sobre o Estado pretendem, para além de desfilar seus “cantos” demagógicos e arrepiantes, não é acabar com o Estado e com o público. Como diria Francisco de Oliveira, pretendem reduzi-los à uma “caricatura de interesses privados”, expressão de “uma regressão conceitual, máscara da regressão/repressão brutalizadora” (2020, p. 26).

Desse modo, como uma espécie de *big father*, rude, grosseiro, agressivo, autoritário e repressor, o governo e os capitalistas não conhecem outra linguagem a não ser: “É preciso continuar as reformas do Estado!”, “Privatiza!”, “Corta!”, “Enxuga!”, “Ataca o funcionalismo!”, “Ataca os trabalhadores!” E, de forma irônica, debochada e sarcástica, dizem que é necessário para “fazer investimentos”, “gerar empregos”, “salvar e desenvolver o país” ..., noutras palavras, querem dizer que é pelo bem dos próprios trabalhadores.

Aliás, nem sequer esperaram pelo final da crise. Enquanto o governo destina cerca de R\$ 2 trilhões para bancos e grandes empresários e se aproveita da crise e do momento, quando os trabalhadores se encontram mais frágeis após o ataque e destruição de suas entidades representativas e seus direitos, e estão em quarentena, manietados, imobilizados, sem poder reagir, apressa-se em aprovar medidas em favor do capital, como por exemplo, reduzir a jornada de trabalho e os salários em até 70%, extinguir carreiras (Paraná) e estabelecer o congelamento de salários dentro do congelamento¹⁴ por 18 meses, como condição para “ajudar” os estados e municípios.

Ressalte-se que, enquanto a tal “ajuda” chega acerca de R\$ 50 bilhões, o congelamento dos salários do funcionalismo por 18 meses, garantirá R\$ 125 bilhões ao governo. Como sempre, isso significa que os trabalhadores não só pagarão a conta, como irão gerar caixa, transferir renda e engordar ainda mais o capital. E de quebra, justificar que é preciso aprofundar as reformas, retirar ainda mais direitos e ampliar a precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, é exemplar a fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, feita durante a reunião ministerial, no dia 22 de abril de 2020, com o presidente da república e os demais ministros, revelada em áudio divulgado por autorização do STF. Veja que usa a palavra **granada** para se referir à forma de ataque aos servidores públicos.

¹⁴ Diz respeito a um novo congelamento de salários proposto aos servidores, pelo ministro da Economia Paulo Guedes, para pagar a conta da crise gerada pelo novo coronavírus. Não custa lembrar que, em 2016, o governo golpista de Michel Temer já havia aprovado o congelamento de gastos com educação e saúde por 20 anos. Em 2020, em meio a pandemia da COVID-19, após dar praticamente dois trilhões de reais aos bancos e empresários, exige mais sacrifício dos trabalhadores com novo congelamento de salários por 18 meses.

“É nessa confusão toda, todos estão achando que estamos distraídos, abraçaram a gente, enrolaram a gente, mas **já botamos a granada no bolso do inimigo, dois anos sem aumento de salário**” (SIMONARD, 2020). E completou o “excelentíssimo” senhor Ministro: “**Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos para salvar grandes companhias.** Agora, nós vamos perder dinheiro, salvando as pequeninhas”?

Ou seja, não é por acaso que o governo e o ministro Guedes inicialmente resistiam até mesmo em dar um auxílio emergencial de R\$ 150,00 aos mais pobres durante a pandemia, que depois, por conta da pressão social e da oposição no Congresso, com muito mau gosto aumentou para R\$ 600,00 e resistiu em conceder empréstimos aos pequenos empresários.

Por isso, não surpreende que, após aproximadamente 5 meses do início da pandemia, dos R\$ 40 bilhões que deveriam ser destinados aos micros e pequenos empresários para auxiliá-los a enfrentar a crise, apenas 3,6% do total havia sido emprestado. O restante permanecia nas mãos dos banqueiros rendendo juros pagos pelo governo. Não resta dúvida de que se trata de um governo voltado exclusivamente para os ricos, banqueiros, empresários, latifundiários, militares, pastores etc.

Aliás, de acordo com o TCU (Tribunal de Contas da União), 235.572 empresários e 73 mil militares, também receberam o auxílio emergencial de R\$ 600 indevidamente, ao passo que, muitos microempresários, trabalhadores informais e autônomos que deveria receber o auxílio não receberam.

É claro que, se a fala de Guedes em defesa das grandes companhias, em favor da “redução do estado” e das privatizações, desagrada a grande maioria da população, não se pode dizer o mesmo dos banqueiros. Aliás, ao contrário disso, “O presidente da Associação Brasileira de Bancos Comercial (ABBC), Ricardo Gelbaum, afirma que o mercado financeiro viu com bons olhos a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, na reunião ministerial”. (MILITÃO e ARAÚJO, 2020).

Isso se agrava ainda mais quando se percebe que não se trata de uma fala isolada de um ministro. Ela se soma a outras proferidas por Bolsonaro e seus ministros, escancarando os embustes usados para justificar os ataques aos trabalhadores e, em especial, ao funcionalismo público.

Assim, utilizando-se de falácias, *fakes* e da imprensa, foram construídas as justificativas para “passar a boiada” e fazer todas as reformas, em especial, a da previdência.

Na mesma reunião ministerial já mencionada no capítulo anterior, que está longe de servir de exemplo de civilidade, moralidade, zelo pela coisa pública, conduzida pelo “ilustríssimo” presidente da república e seus “einentes” ministros, sem qualquer preocupação com o sofrimento provocado pela Covid-19, que já havia ceifado dezenas e mais dezenas de vidas, Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, expressou com limpidez a forma de ação desse governo.

[...] precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid (sic) e **ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.** De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora **é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação** [...]. (URIBE, 2020).

Traduzindo, o governo deveria se aproveitar do sofrimento da população para agravá-lo ainda mais, seja com a perda de vidas de familiares e amigos, seja com a perda de empregos, com o fechamento de empresas, e fazer reformas para agradar uns poucos bancos, grandes empresas e latifundiários.

Registre-se que tudo isso ocorre no momento em que a tecnologia se encontra extremamente desenvolvida e o capital mais concentrado do que nunca, ou então, como vimos, superacumulado, e, a despeito de toda a demagogia, ao invés das reformas serem realizadas em benefício do bem estar do conjunto da população, dos trabalhadores, produtores de riquezas, são destinadas única e exclusivamente a ampliar ainda mais a acumulação do capital.

Na verdade, o discurso da defesa do Estado mínimo feito pelo governo, por empresários, por latifundiários e pela mídia, na prática, não passa da defesa do Estado máximo para o capital.

Aliás, se durante o liberalismo clássico, que se estende do século XVI ao primeiro quartel do século XX, os liberais diziam que “abominavam” o Estado e defendiam “ingenuamente” o mínimo de interferência e o máximo de liberdade ao mercado, cunhado na expressão: *laissez-faire, laissez-aller, laissez-passer, le monde va de lui-même*¹⁵, por François Quesnay (1694-1774), ou simplesmente, *laissez-faire*, e depois, na versão inglesa de Adam Smith (1723-1790), pela mão invisível, com a crise de 1929, a classe dominante “descobriu” que o Estado é indispensável à defesa da propriedade e dos seus privilégios.

Com isso, apesar de os liberais jamais admitirem mudar de orientação, John Maynard Keynes (1883-1946) abandona taticamente a ideologia que sempre havia defendido e passa a advogar o intervencionismo como forma de evitar o fim do capitalismo e do liberalismo, resolver a crise e impedir o crescimento do socialismo.

Grosso modo, isso perdura até o início dos anos 1970. Nesse momento, os liberais e a burguesia estadunidenses conspiram com a Arábia Saudita, forjam uma crise, elevam abruptamente os preços do petróleo, articulam e patrocinam o golpe militar no Chile, em 1973, instituem o ultraliberalismo e passam ao combate sem trégua ao Estado para fins sociais, isto é, voltam toda a carga contra o “intervencionismo” e contra os trabalhadores.

Posteriormente, em 1989, no intuito de consolidar e aprofundar o controle e a subserviência da América Latina ao imperialismo, os ideólogos da burguesia *yankee* criaram o Consenso de Washington (CW).

Todavia, após uma onda de governos entreguistas e privatistas, que, seguindo a cartilha do CW, ou então, como diria Carlos Menen, que “tinham uma relação carnal com os Estados Unidos”, provocaram muita miséria e destruição em toda a América Latina (AL), no final dos anos de 1990, na esteira da resistência de Fidel Castro e de Cuba aos infundáveis golpes e ataques por parte do império, são eleitos diversos governos comprometidos com os interesses populares, dentre eles, Hugo Chávez (Venezuela - 1999), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil - 2003), Néstor Carlos Kirchner (Argentina - 2003), Fernando Armindo Lugo de Méndez (Paraguai - 2008), Evo Morales (Bolívia - 2006), José Manuel Zelaya Rosales (Honduras - 2006), Rafael Vicente Correa Delgado (Equador - 2007) e José Alberto Mujica Cordano - Pepe Mujica (Uruguai - 2010).

¹⁵ A tradução literal e completa da expressão francesa “*laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*”, que é também conhecida em sua forma reduzida por *laissez-faire* é “deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo”.

Diante disso, os Estados Unidos, que desde 1823, por meio da Doutrina Monroe¹⁶, decretaram a “América para os Americanos” e praticamente transformaram a AL, em seu pátio traseiro, rearticularam-se e passaram ao ataque. Tratava-se de recolocar a ferro e fogo o trem novamente nos trilhos do ultraliberalismo. Afinal, esses governos ousaram desafiar a prepotência do império do norte, não aceitaram a eterna submissão conforme previa o plano do CW e da ALCA (Tratado de livre comércio das Américas), em 1994, e implantaram uma espécie de “estado de bem-estar atrasado”.

Apesar de não promoverem nenhuma revolução, nem ameaçarem a propriedade, a realização de pequenas reformas em favor dos trabalhadores, e a não aceitação de se submeter incondicionalmente às burguesias locais e aos senhores do norte, no entanto, custaram caro.

Utilizando-se do apoio de setores entreguistas desses diferentes países, os Estados Unidos promoveram e patrocinaram diversos golpes. Iniciaram com o golpe de Estado fracassado contra Hugo Chávez, em 11 de abril de 2002, quando os militares o detiveram por 47 horas, dissolveram a Assembleia Nacional e o Supremo Tribunal, e anularam a Constituição de 1999. Depois, derrubaram Manuel Zelaya (2009), seguiram com a deposição de Fernando Lugo (2012), com Dilma Rousseff (2016) e Evo Morales (2019).

Além disso, sem dar folga nos ataques a Cuba, e de, por um lado, não tendo conseguido domar Hugo Chávez, após a sua morte, passaram a um ataque cerrado e sem fim contra o presidente Nicolás Maduro, ao governo e ao povo venezuelano, e, por outro, a perseguir ferrenhamente e, inclusive, encarcerar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os ex-presidentes Rafael Correa e Evo Morales também sofreram intensa perseguição, ameaça de prisão e tiveram que se exilar. Tanto Lula como Correia e Evo Morales foram impedidos de participar das eleições em seus respectivos países porque representavam certa ameaça às políticas destrutivas ultraliberais.

Junto com isso, a burguesia investiu pesado contra as organizações dos trabalhadores, desfechou ataque mortal aos sindicatos e às centrais sindicais. Desse modo, utilizou-se do estado para desobstruir as barreiras que a impediam de promover reformas e ficar livre para promover todos os ataques possíveis e imagináveis contra os trabalhadores em todas as dimensões da vida social.

Tudo isso, a despeito dos discursos, revela que a burguesia não é contra o Estado, ou melhor, é contra o Estado para fins sociais, quando se volta, até mesmo de maneira pífia, para os interesses dos trabalhadores. No entanto, não só não é contra, nem defende o Estado mínimo quando é para obter as tais “ajudas” e colocá-lo a serviço de seus interesses. Para isso, se por um lado, diante dos trabalhadores, faz o discurso da defesa da “democracia”, por outro, não hesita até mesmo em dar golpes para se apropriar do estado.

Mas, esperar coerência da burguesia é esperar muito, não é mesmo? Quem vive do trabalho alheio, quem vive da exploração e da dominação, também não pode viver sem mentiras, sem espalhar ilusões, sem enganação, sem tramas e embustes.

Se no atual momento o coronavírus demonstrou que, para ele, todos são iguais, a sociedade de classe se encarrega de demonstrar que todos são diferentes. O capital sempre considerou os trabalhadores abomináveis, uma espécie de leprosos, que precisa manter a distância, exceto quando lhe convém. Depois descarta. Aliás, o último general presidente do Brasil, João Batista Figueiredo, dizia que preferira “cheiro de cavalo a cheiro de gente”.

¹⁶ No dia 02 de dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos James Monroe estabeleceu a Doutrina Monroe, por meio da qual definia a “América para os americanos” e dizia que não mais seria admitido qualquer interferência europeia no continente americano.

Portanto, se antes e durante a pandemia, os trabalhadores já eram/são perseguidos e responsáveis por pagar a conta da “crise”, passada a pandemia, a ojeriza ao trabalhador, certamente aumentará. Sim, sem um inimigo para desviar ou concentrar as atenções, como no caso do coronavírus, o trabalhador passará a ser visto como um “colaborador”, porém, repugnante, a ser ainda mais perseguido e combatido.

O interessante é que, se durante a crise do coronavírus, o governo, o ministro da Economia e os empresários vêm a público para falar que o momento é de se unir, juntar forças, dar a contribuição para superar a crise, os trabalhadores não devem se iludir e se enganar achando que, passada a crise da Covid-19, serão mais piedosos, condescendentes, respeitosos, complacentes e generosos.

Aliás, o governo tem demonstrado que está pouco interessado em combater a pandemia e seus efeitos. No momento em que se acumulam cerca de 240 mil mortos pela covid-19, que milhões de brasileiros passam fome e amargam o desemprego e o fim do auxílio emergencial, num total descaso, em vez de se preocupar e debater alternativas para superar essa tragédia, colocou em votação de emergência a autonomia do Banco Central.

Além do mais, as TICs (Tecnologias da Informação) não serão utilizadas apenas para educação de tipo EaD, o que, por si só, já seria um grande problema. As medidas burocráticas, de controle social, de geolocalização, de *home office* (trabalho em casa), viabilizadas, toleradas, aceitas e defendidas como necessárias em tempos de pandemia e de isolamento social, que se somam a toda a parafernália de câmaras, chips, inteligência artificial e demais equipamentos tecnológicos de rastreamento e monitoração já existentes, no *day after* não só não serão extintas, como serão utilizadas para aprofundar ainda mais o controle social, a repressão, a extração da mais-valia e a divisão em classes, em desfavor dos trabalhadores.

4.7. A economia ou vida, um falso dilema

É um absurdo discutir, como fazem os empresários e o governo, se a economia ou a vida é mais importante. Beira ao irracionalismo. Aliás, não se sabe se existe algo racional no atual governo, pelo menos, no que tange aos interesses da maioria da população. Apesar de alimentarem essa polêmica, porém, para eles isso não está em discussão. Como “a prática é o critério de verdade”, os fatos demonstram que suas preocupações se centram unicamente na economia, no capital e no lucro. Em função disso, combatem a ciência, o “isolamento social”, contrariam as orientações da OMS, não se importam se existem hospitais e equipamentos suficientes às demandas da maioria da população, nem se preocupam se um grande número de idosos, pessoas com comorbidades, trabalhadores e profissionais da saúde perecem.

“Acreditam” que são inatingíveis, por conseguinte, dizem: “A economia não pode parar!”. “Como as pessoas vão sobreviver se a economia parar?” Assim, constituem-se numa ameaça tanto à economia, quanto à vida e à sociedade. Sim, falamos em ameaça até mesmo à economia, pois, expondo os trabalhadores a riscos desnecessários, podem contaminá-los e levá-los à morte, comprometendo não só a vida como a própria economia, que tanto dizem defender. Afinal, o que seria dos empresários sem os trabalhadores? Ou seja, não se sabe quem é mais nocivo, se o coronavírus ou o capital.

Aliás, seja por conta dos diferentes tipos de vírus e bactérias, das epidemias e pandemias, seja por conta dos ataques e da voracidade do capital, a vida dos trabalhadores tem

sido constantemente posta à prova. “Está difícil de respirar” e sobreviver a tantos e tão cerrados ataques!

Entretanto, já que, num gesto nobre, defendem a economia, afinal, dizem que estão preocupados em salvar a/s vida/s, perguntamos: Será possível salvá-la sem colocar em risco a/s vida/s?

A sociedade capitalista, como vimos, já deu muitas mostras de que nesse modo de produção não é possível, pois, a tal “economia” se constitui num privilégio para poucos, há muito tempo ela já foi suprimida para mais de 90% da população. Logo, não é verdade, senão em raríssimos casos, que os capitalistas se preocupem com a economia para garantir a/s vida/s.

Ademais, se assim fosse, antes da pandemia não haveria ninguém passando fome ou morrendo de inanição, não é mesmo? Então, vejamos como e em que condições de fato é possível colocar a economia em primeiro lugar e, conseqüentemente, defender à vida.

Como aludimos anteriormente, a educação e, em especial, a educação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica não desconsidera a relação com a sociedade. Para a PHC, que adota como método o materialismo histórico-dialético, é indispensável considerar a realidade social, pois, a educação não só ocorre numa sociedade concreta, como as condições sociais interferem nela. Além disso, dada a configuração social existente, não se coloca alternativa aos educadores senão fazer dela um instrumento de compreensão e transformação de si e do mundo (ORSO, 2016, p. 110), pois, como mencionamos, se fizermos mais do mesmo, os problemas recrudescerão. Portanto, é necessário adotar uma prática transformadora.

É inadmissível se trabalhar para reproduzir e perpetuar um modo de organização social extremamente injusto, simultaneamente, concentrador de capital e concentrador de misérias, em que apenas 1% da população detém mais riquezas que a metade da humanidade, ou que, cinco pessoas tenham mais riquezas do que 50% dos brasileiros.

Diferente disso, a PHC defende a

[...] igualdade essencial entre os homens. Entende porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca, pois, converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. (SAVIANI, 1999, p. 73).

Ou seja, os defensores dessa teoria pedagógica defendem a transformação substancial da sociedade. Afinal, como vimos, seja em função da divisão da sociedade em classes, da voracidade do capital, das absurdas diferenças sociais, das doenças e pandemias ou das violências (de todas as formas), para a absoluta maioria da população, essa sociedade se revela um lugar inóspito, malcheiroso, irrespirável e anti-humano. Além disso, como nos lembra Marx, o trabalhador só vive se tiver trabalho e só têm trabalho se produz lucro, e se produz lucro, é expropriado pelos proprietários dos meios de produção.

A crise econômica, política e social desencadeada pela pandemia da Covid-19, aprofunda-se ainda mais com o negacionismo da ciência que cavalga à galope com os ataques aos conteúdos científicos, aos docentes, às universidades, enfim, à educação como um todo, conjugados com a infodemia, que se dissemina pelo Brasil e pelo mundo, espalhando desinformação, e fomenta preconceitos e violência.

No caso da educação, os problemas enfrentados pela classe trabalhadora decorrentes das gigantescas desigualdades sociais, não só não se congelam em função do isolamento social e da redução das atividades econômicas, como se agravam com o aumento da inadimplência nas escolas privadas¹⁷ e com a adoção da EaD. As desigualdades sócio econômicas também se revelam nas incomensuráveis desigualdades das condições de vida e de acesso às tecnologias e conhecimentos. De acordo com o IBGE, 45,9 milhões de brasileiros (2018), o que equivale a quase ¼ da população, nem sequer tem acesso à internet.

Assim, em vez de as tecnologias encurtarem o isolamento entre as classes, alargam ainda mais as distâncias sociais. Conseqüentemente, como a educação se constitui na forma como a sociedade prepara e educa os indivíduos para viverem nela mesma, (ORSO, 2008, p. 50), cabe aos profissionais da educação, integrantes da classe trabalhadora, “lerem o mundo” e, por meio do trabalho que executam, produzir um mundo habitável, respirável e humano, em que o homem possa se desenvolver plenamente, em todas as suas dimensões e potencialidades. Ou então, como nos diz Saviani, para “[...] produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (2011, p. 6).

Entretanto, nos encontramos numa encruzilhada. De um lado está o caminho em direção à morte, e de outro, o que pode conduzir a uma nova humanidade. Depende de nós... Contudo, a realidade e os fatos que vimos e a história que percorremos indicam que não podemos continuar reproduzindo a realidade existente, necessitamos de uma teoria pedagógica que assuma explicitamente o compromisso com a transformação social, como o faz a Pedagogia Histórico-Crítica, que se constitui numa teoria pedagógica contra hegemônica, que valoriza os profissionais da educação, defende a escola, a existência da realidade objetiva e o saber objetivo, a relevância da ciência e do planejamento escolar, com a finalidade de propiciar a socialização dos conhecimentos mais desenvolvidos produzidos histórica e coletivamente pelos homens e que atua nas contradições existentes objetivando a construção de uma sociedade em que todos possam usufruir tanto dos bens espirituais (conhecimento, ciência, cultura), quanto dos bens materiais, e sejam felizes.

Dada essa exigência, não basta se preocupar com a didática, com a metodologia, nem com a psicologia. Não basta fazer bem feito o trabalho no interior da sala de aula. É necessário se preocupar com a totalidade que envolve o processo educativo, tanto no interior da escola, como para além dela, e fazer com que, por meio do trabalho pedagógico, os educandos superem suas compreensões espontâneas, aparentes, cotidianas, confusas, caóticas e, por vezes, alienadas, próprias da “escola da vida” dessa sociedade, do “aprender fazendo”, do “aprender com a vida”, adquiram a capacidade de compreender e interpretar o mundo na sua radicalidade, de forma histórica, crítica, sistematizada, objetiva e científica.

Todavia, para realizar seus fins, enquanto uma pedagogia revolucionária, que pretende suprimir as classes e toda porcaria delas decorrentes, transformar a sociedade e possibilitar o desenvolvimento humano pleno, a PHC pressupõe didática, metodologia, planejamento, compreensão dos processos cognitivos, organização do trabalho pedagógico, sequenciamento e articulação dos conhecimentos e coerência entre seus pressupostos, sua prática e seus fins.

Para tal, não é suficiente constatar, de modo abstrato e a-histórico, a existência das classes ou considerar que se trata de uma sociedade capitalista. Diferente disso, uma vez

¹⁷ Segundo a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), “em um cenário “realista”, o índice (de inadimplência) deverá ficar em 33,1% em 2020”. (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Lembremos que a inadimplência, em geral, vem junto com a desistência dos alunos da escola.

que se trata de agir e transformar a realidade objetiva, é necessário acompanhar o movimento das contradições, considerar e compreender como se configura efetivamente a materialidade em cada momento. Daí a exigência do método materialista histórico dialético. (ORSO, 2018, p. 81).

Porém, se o ato educativo ocorre localmente, não podemos esquecer que seus determinantes não se limitam ao interior da escola, também são globais. Em função disso, como dissemos, por um lado, não podemos limitar nossa preocupação à simples didática, à metodologia e à psicologia escolar, ainda que sejam indispensáveis à consecução dos fins educacionais. Por outro, a importância de os educadores se identificarem enquanto classe, considerarem a totalidade das relações e, conseqüentemente, arregimentarem o internacionalismo proletário para enfrentar os desafios que afligem os trabalhadores, tanto em escala local, quanto global.

Para os trabalhadores, sejam eles da educação ou pertencentes a qualquer outra categoria, portanto, não se coloca alternativa senão a luta com todas as forças pela superação de sua condição. Afinal, como afirma Marx, “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, ou não será. Ainda que seja ilusão, portanto, é bom lembrar aos capitalistas para também lutar pela superação de sua própria condição, pois, para além da aparência de superpoderes, esconde-se uma fragilidade extrema. Afinal, sem os trabalhadores, o capital não é nada. Por isso, em geral, tentam camuflar essa fragilidade com grosseiras, arrogâncias, violência e buscam se impor pela força.

A fragilidade do coronavírus e do capital, advém do simples fato de que nenhum deles tem vida própria, autônoma e independência. Ambos são “parasitas”, sobrevivem apenas à custa de outro.

Apesar de ser muitíssimo poderoso e se disseminar com uma velocidade meteórica, com altíssimo poder de contágio e um extraordinário poder de destruição, capaz de impor confinamento social forçado a mais da metade da população do planeta e levar à morte milhões de trabalhadores, ao aniquilar seu hospedeiro, põe em risco a si mesmo.

A pandemia e o isolamento social também revelam a fragilidade do capital, abalaram sua estrutura, trouxeram à tona e expuseram seu segredo mais protegido – a riqueza é produzida pelos trabalhadores. Diante da nudez, reagiram e ficaram nervosos. Na tentativa de camuflar e esconder essa verdade sagrada e incontestável, realizaram as bizarras “carreatas da morte”, proferiram discursos inflamados em defesa da “economia” e dos “empregos”, foram para a rua sem máscaras, contagiaram-se e contagiaram, pressionaram governos a reabrir o comércio – a “economia não pode parar”.

Além disso, desconsiderando as orientações da organização mundial da saúde e dos pesquisadores, promovem atos antidemocráticos, defendem o autoritarismo, imploram pelo retorno dos militares e, até mesmo, defendem a morte como preço a pagar em nome do lucro. Ou seja, não querem apenas explorar os trabalhadores, querem que se submetam incondicionalmente, entreguem o próprio sangue e a vida. Ao invés da biopolítica e da biocônomia defendem a necropolítica e a necroeconomia¹⁸.

Contudo, dá para levar a sério a preocupação com a “economia” quando se nega a ciência?

Até mesmo o império do norte, que possui o exército mais poderoso do planeta, que conta com mais de mil bases militares ao redor do globo, que se encontra armado até os dentes, que ameaça, amedronta, arquiteta golpes, derruba governos e subjuga povos em

¹⁸ Termos derivados gregos que significa economia da vida e economia da morte.

todo mundo, expôs sua fragilidade, debilidade e vulnerabilidade diante de um vírus gelatinoso.

Diante de um ser minúsculo, o temível império se apequenou, pareceu-se a um rasante. Todo o seu poderio se revelou inútil, impotente e incapaz de enfrentar até mesmo um ser microscópico, um pequenino vírus. Basta ver que os *United States of America* apresentou o maior número de casos de coronavírus e o maior número de mortos.

Portanto, ainda que falemos que não dá para saber quem é mais perigoso, se o capital ou o coronavírus, na verdade, percebe-se que o mais nocivo é o capital, pois, ao se colocar em primeiro lugar, acima de tudo, ao “forçar” as pessoas retornarem a seus postos de trabalho, com a movimentação dos indivíduos, fornece alimento ao coronavírus, aumenta os contágios, sobrecarrega os postos de saúde e hospitais, expõe os profissionais de saúde a riscos excessivos e desnecessários, aumenta os gastos públicos com o tratamento dos infectados e o combate à Covid-19 e, por conseguinte, também a letalidade.

De qualquer modo, tanto para o mais frágil dos homens, como para o mais poderoso império, o novo coronavírus se encarregou de revelar sua fragilidade. Isso pressupunha que, caso queira sobreviver, um ser minimamente inteligente percebe a necessidade de mudar sua forma de se organizar e viver. Caso contrário, se o individualismo continuar a imperar e a soberba prevalecer, a natureza que, como dissemos, não é dada a fazer distinção de quem quer que seja, não perdoará ninguém.

Como se pode verificar, seja por conta do capital ou da pandemia, não está fácil de sobreviver na sociedade de classes. Por diferentes razões, a prática social atual, revela-se extremamente perigosa, em especial para os trabalhadores. Por isso, cabe à educação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, partindo da prática social atual, considerando a totalidade das relações e condições existentes, identificar os problemas postos pela realidade, mediar a superação dos mesmos (SAVIANI, 1983, p.73) e garantir a existência.

Sim, porém, para isso, não há dúvida de que é necessário suplantar o atual modo de produção, acabar com a propriedade privada, com as classes, as lutas de classes, colocar a economia a serviço da vida, isto é, transformar necropolítica na biopolítica e a necroeconomia em bioeconomia. Afinal, como nos diz Marx, a propriedade privada já se encontra abolida para nove décimos da população. (MARX, 2020).

Contudo, como a classe dominante é a responsável pela eliminação da propriedade da imensa maioria da população, mas atribui essa responsabilidade aos trabalhadores, enquanto eles a concentram, resta aos trabalhadores fazerem a sua parte e extingui-la de uma vez por todas de todos.

Para os trabalhadores, portanto, que são responsáveis pela produção de todas as riquezas, coloca-se a necessidade de passar da condição de classe em si, conquistar a consciência de seu pertencimento à classe trabalhadora, serem consequentes em relação a essa condição e socializar toda a produção.

Como nem a pandemia do coronavírus nem o capital respeitam fronteiras; como os capitalistas se revelam como se fossem um só quando se trata de atacar e espoliar os trabalhadores; como a globalização do capital é a grande responsável pela globalização do coronavírus, para enfrentar estas e outras pandemias produzidas e ou potencializadas pelo capital, tais como a da fome, da violência, da miséria intelectual, da desigualdade social, dentre outras, também é necessário um antídoto adequado, **a unidade dos trabalhadores** enquanto classe em escala global, **o internacionalismo proletário**.

Como dissemos é um absurdo discutir se a economia está acima da vida ou a vida acima da economia. Afinal, de que serve a “economia” se não tiver vida e como se pode viver se não tiver produção? Ou seja, trata-se de uma discussão absurda e inútil.

Sob essa névoa de fumaça, na atual sociedade de classes, de tipo capitalista, o que se pretende, porém, é esconder que o capital, a “economia”, estão acima da vida. A morte “é o preço a pagar em nome do lucro”, “morram os que tem que morrer”, dizem.

Mas, é possível fazer, pensar, produzir e se organizar de modo diferente, e colocar a vida em primeiro lugar, ou então, colocar a economia realmente a serviço da vida? Sim, não há dúvida. Basta organizar a sociedade de outro modo. Por isso, a luta pela superação do modo de produção existente. Afinal, numa sociedade em que apenas oito pessoas, as mais ricas do mundo, detém mais riquezas do que a metade da população do planeta, não é possível se fazer omelete sem quebrar os ovos, não é mesmo?

Então, como se procederia diante de possíveis epidemias, pandemias, catástrofes e ameaças, por exemplo? Numa sociedade em que a vida esteja acima de tudo, são tomadas todas as precauções e preocupações justamente para preservar a vida. Nesse caso, utilizar-se-iam todos os conhecimentos, todas as tecnologias e todos os instrumentos disponíveis e mais desenvolvidos para proteger a vida (de todos).

Mesmo nessa sociedade, durante a pandemia, ainda que de forma artificial, presenciemos exemplos de ações solidárias e coletivas. Contudo, ocorrem apenas em momentos pontuais, de crise, como a desencadeada pelo coronavírus, não são expressões genuínas do ser social. Na prática, ao invés da solidariedade, predomina o individualismo. Pois, o capitalismo é sinônimo de competição, de conflitos, lutas, de guerras. Contudo, seja se reunindo para distribuir alimentos às pessoas e famílias carentes, seja permanecendo em casa para evitar o contágio e disseminar a doença para outros, revela que é possível se organizar, agir e viver de modo diferente. Na ação coletiva e solidária, a fragilidade cede lugar e se transforma numa força colossal.

Mas, em meio a tantas injustiças e desventuras, essas ações circunstanciais e artificiais, ainda que admiráveis, são insuficientes para garantir a vida e a dignidade humana. Ao contrário do capitalismo, em que o capital está acima de tudo, no socialismo e no comunismo, a coletividade e o interesse comum prevalecem, pois, defendem que a vida de cada um depende da vida do outro, em consonância com o princípio “de cada um segundo suas possibilidades, de acordo com suas necessidades”.

Imagine como seria se vivêssemos em uma sociedade em que o interesse coletivo prevalecesse e a defesa da vida fosse uma preocupação de todos. Certamente não estaríamos discutindo qual é mais importante, se a economia ou a vida. E em caso de um ataque como o desfechado pelo coronavírus, não haveria dúvida de que, proteger a vida de todos e de cada um, constitui-se numa condição necessária para salvar a própria vida e garantir a felicidade de todos.

Claro que na sociedade do capital isso não é possível. Os capitalistas não só exigem como “obrigam” os trabalhadores retornarem aos seus postos de trabalho e se exporem aos riscos de contágio por conta e risco próprios. Não se responsabilizam pela vida do trabalhador. No entanto, já que, independentemente dos riscos a que são submetidos, os coagem a trabalhar, deveriam arcar com os eventuais danos causados a eles por possíveis contágios e, inclusive, ressarcir os cofres públicos pelas custas hospitalares e indenizar as famílias em caso de morte, ainda que, nenhuma indenização substitua, compense e valha a vida.

Ao contrário da sociedade capitalista, na socialista e comunista, a economia é entendida como condição de vida. Não se discute se, diante de uma pandemia como a que enfrentamos, é necessário manter os serviços essenciais funcionando. É evidente que sim. Afinal, a vida depende da satisfação de algumas condições básicas. Mas, manter o isolamento social, também é imprescindível para evitar o contágio, impedir a propagação da doença e preservar vidas. Do mesmo modo é imperioso que o governo banque os salários e garanta as condições de vida dos demais trabalhadores que sempre se dedicaram à produção da vida social coletiva. Além do mais, para o trabalhador, salário é condição de vida.

Então, como combinar simultaneamente a defesa da economia e a defesa da vida? Ressalte-se que nos encontramos no momento, como lembramos, em que o conhecimento, a ciência e a tecnologia se encontram extremamente desenvolvidos. Por isso, enquanto determinadas pessoas e ou segmentos sociais mantêm o isolamento, impedem a propagação da doença e aliviam a pressão sobre o sistema de saúde e, conseqüentemente, não sobrecarregam os profissionais diretamente envolvidos no combate a ela e não corram risco, tanto para blindar esses profissionais, como para proteger a vida de quem necessita trabalhar em outras frentes para garantir o sustento e as condições de vida de todos, deve-se fazer uso dos melhores recursos existentes para protegê-los.

Veja que a discussão sobre a prioridade da economia ou da vida, é uma discussão absurda, que cabe somente numa sociedade antiquada e abominável como a capitalista. Seria tão fácil acabar com o vírus que se apresenta tão temível se vivêssemos em um modo de produção em que a vida realmente estivesse em primeiro lugar. Inclusive, a “louvável” preocupação de “salvar a economia para salvar a vida” estaria resolvida, pois, como o vírus não sobrevive sem o hospedeiro, caso promovêssemos um isolamento social radical e utilizássemos os melhores conhecimentos, equipamentos e tecnologias para proteger os profissionais que lutam diretamente contra ele e combatem a pandemia, em não mais do que alguns dias, com baixíssimo custo econômico e poucas perdas humanas, o vírus seria debelado, a vida protegida e a economia voltaria a funcionar a todo vapor.

Mas, como vivemos na sociedade do capital, ao invés disso, somos forçados a presenciar a perda de mais de dois milhões de vidas e amargar prejuízos econômicos incalculáveis.

Por isso, pressupõe que se supere o individualismo e se pense de modo solidário, na forma de “um por todos e todos por um”, e se coloque a vida em primeiro lugar. Ademais, o coronavírus escancarou as fragilidades desse modo de produção, demonstrou a exigência de se pensar e agir de forma coletiva e revelou a necessidade do internacionalismo proletário, que Marx e Engels já defendiam há mais de 170 anos, mais precisamente, em 1848.

Portanto, realizar a exortação “Proletários do mundo, uni-vos!”, nunca foi tão necessária quanto hoje. Seja em função dos ataques dos capitalistas, das catástrofes e calamidades naturais, ou em decorrência das pragas e doenças que, em função das conexões, deslocamentos e intercâmbios globais, facilitam sua propagação e potencializam o poder de ameaça, a união dos trabalhadores se torna cada vez mais indispensável à vida. O próprio vírus e sua disseminação demonstram o quanto ela se encontra ameaçada e quanto um depende do outro, e de todos¹⁹.

¹⁹ Louvável o exemplo da China, onde parecem ter aparecido os primeiros casos do coronavírus. Depois de tomar todas as medidas adequadas para combater a pandemia, passou a ajudar mais de 80 países ao redor do mundo com o intuito de fazerem o mesmo, afinal, dadas as conexões globais, de nada adianta controlar o vírus internamente e importar inúmeros casos contagiando seus cidadãos. Como diz o provérbio popular, seria o mesmo que “fazer um buraco na água”. O mesmo ocorre com Cuba, uma pequena ilha no caribe, que a despeito do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, em vez de enviar tanques, exércitos e bom-

Entretanto, por sua natureza predatória e concentradora de riquezas, o capitalismo se mostra incapaz de resolver os problemas e superar as contradições sociais e humanas. Ao contrário, alimenta-se delas. Por conseguinte, não há alternativa via sociedade do capital.

Dada a sociedade de classes, a burguesia fará tudo o que for possível e se utilizará de todos os meios para produzir e alimentar ilusões, para manipular ou reprimir, para manter seus privilégios e impedir a transformação social. Mesmo que, para isso, tenha que, até mesmo, adotar medidas autofágicas, suicidas e promover a necropolítica e a necroeconomia.

Isso faz parte da lógica do modo de produção capitalista e sua prática predatória e destrutiva, seja em relação à natureza ou às pessoas. Portanto, não adianta nem culpabilizar os indivíduos pelo que fazem, nem achar que, para mudar a sociedade, superar as desigualdades e acabar com as injustiças, é suficiente, como defendem os moralistas e positivistas, que os indivíduos se comportem e ajam de modo diferente. Ou seja, deslocam os problemas do âmbito do modo de organização da vida social para a esfera individual. Assim, mantém ílesas as relações vigentes.

Alguns capitalistas, por exemplo, sensibilizados com as causas sociais ou com os mais vulneráveis, diante de uma situação de crise social profunda como a decorrente de grandes catástrofes “naturais” ou de pandemias, chegam até a “ser bons” e realizarem algumas “obras de caridade”, mas não deixam de explorar e extrair a mais-valia de seus funcionários, dos trabalhadores, ou então, dos “colaboradores”, como eles chamam.

O mesmo ocorre com a mulher, o negro, o homeossexual etc. Todos sofrem violência por sua condição e lutam pela sua libertação. Entretanto, no caso de serem empresários, independente da violência que sofrem em função de sua condição, independente de seus sentimentos, de sua vontade e suas crenças, obrigam-se a explorar seus iguais como empregados.

Isso significa que, como nos diz Marx (1977, p. 24),

Na produção social da sua vida os seres humanos estabelecem determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

Portanto, se as relações que estabelecem não dependem da vontade individual, significa que, se quisermos acabar com esses problemas, é necessário realizar uma mudança social profunda, transformar todo o modo de produção social.

István Mészáros adverte: o capitalismo é “incorrigível” e “irreformável”. (2007, p. 27). Logo, tal como defende a Pedagogia Histórico-Crítica, cabe **lutar** incansavelmente pela superação do atual modo de produção, pela construção de outro que permita “produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (SAVIANI, 2011, p.6).

A PHC não é apenas uma simples teoria pedagógica, trata-se de uma proposta de educação para um projeto de sociedade. Assume um compromisso explícito com a transformação da sociedade.

bas para destruir outros países, envia seu exército de profissionais da educação e da saúde para salvar vidas.

É bom lembrar que na pedagogia histórico-crítica a questão educacional é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita. Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade. Se este marco não está presente, não é da pedagogia histórico-crítica que se trata. (SAVIANI, 2013, p.72).

Enfim, a transformação a que se propõe a pedagogia histórico-crítica diz respeito à articulação entre educação e sociedade, objetiva a identificação dos problemas postos pela prática social, sejam eles, no âmbito da educação, da saúde, da cultura, do meio ambiente, da produção material, das relações humanas, bem como, objetiva identificar as condições e os meios necessários à superação dos mesmos, tendo em vista a construção de uma sociedade igualitária, solidária, e, conseqüentemente, a felicidade de todos.

Contudo, a despeito das adversidades do presente, haveremos de resistir, vencer, triunfar! A pedagogia histórico-crítica é de luta e veio para ficar. É insuperável, pois, corresponde à expressão real da sociedade! Já somos muitos e seremos ainda muito mais, unidos em torno da construção de uma nova educação e de uma nova humanidade. Seremos incansáveis! Nossa luta se estenderá até a emancipação humana.

Como diziam os parteiros do futuro, em alusão aos comunardos de 1871, “Estamos aqui pela humanidade!”

CONCLUSÃO

Confesso que preferia não escrever sobre esse cenário de terror e horror. Melhor seria se fosse apenas um delírio momentâneo ou um simples pesadelo. Não obstante, essa é a realidade. Estamos diante da maior tragédia da história do país, cuja dimensão será difícil de calcular.

No caso da educação, a situação é dramática. Presenciamos uma verdadeira cruzada de combate à escola pública. Os ataques e ameaças são infindáveis. Se considerarmos os que atingem direta ou indiretamente, vão desde os sucessivos cortes de recursos, à “PEC do fim do mundo”, à Reforma do Ensino Médio, à aprovação da BNCC, o desrespeito à autonomia universitária, o desrespeito aos processos eletivos, às intervenções nas instituições de ensino, os cortes de bolsa na graduação e Pós-Graduação, o fim do Programa Ciência sem Fronteira na graduação, à perseguição a professores e universidades públicas, o fim dos concursos públicos, os cortes de pessoal, à reforma trabalhista, à terceirização, o fim da estabilidade, o fim dos planos de carreira, às *fake news*, o negacionismo, à substituição da ciência pelo misticismo e pela fé, o desprezo às ciências humanas, à extinção dos órgãos de fomento, o condicionamento da aprovação de projetos à subscrição das ideologias e interesses do governo de plantão, o não aumento salarial, o desrespeito à data base, à não reposição da inflação, que em alguns casos, as perdas passam de 30%, à desvinculação dos gastos da união, à reforma administrativa, à reforma da previdência, o aumento da alíquota de contribuição e o aumento do tempo de contribuição para aposentadoria, à redução dos benefícios, à educação a distância, à Escola “sem” Partido, o *homeschooling*, à militarização das escolas, à redução da carga horária das disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia, à incorporação da educação financeira e a redução do ensino noturno (no caso do estado do Paraná), os ataques ao Plano Nacional de Educação, à ameaça de extinção do piso nacional do magistério, enfim, à ameaça de desemprego.

Acrescente-se a isso, o fato de que o Brasil é o país que menos valoriza professores e, de acordo com relatório da OCDE, tem a pior proporção de computadores por aluno. Enquanto nos países ricos a média é de cerca de um computador por estudante, em nosso país, são dez alunos por equipamento, que nos coloca na 79ª posição dentre os avaliados pelo último Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

Os ataques e as ameaças à escola pública, sua quantidade, intensidade, extensão e abrangência, são de tal monta que não há precedente na história. Porém, são compreensíveis quando analisamos a sociedade capitalista, a etapa de desenvolvimento do capital e, no caso do Brasil, o histórico conservadorismo, e pensamos numa burguesia mesquinha que já não mais carrega qualquer projeto de desenvolvimento social, nem nacional.

O tamanho da contradição pode ser medida pela sua própria estupidez, que, no intuito de aniquilar seus adversários de classe, os trabalhadores, promove sua própria destruição. Não são nem os trabalhadores que, por sua organização e luta, estão cavando sua cova, ela própria está se autodestruindo.

A burguesia já foi uma classe revolucionária, mas contraditoriamente, não pode continuar a sê-lo, sob pena de se auto extinguir. Por isso, em vez de dar vazão às forças que pôs em movimento, torna-se reacionária e procura freá-las a qualquer preço. Desse modo, mais do que uma classe destrutiva, torna-se autodestrutiva, vítima de si mesma. Entretanto,

quer seja dando vazão às próprias forças burguesas, quer seja, promovendo sua contenção e destruição, o abismo e a morte é seu horizonte.

Na medida em que a sociedade e a própria burguesia dependem mais do que nunca da ciência para resolver seus desafios e se desenvolver, e, em vez defendê-la, transforma os profissionais da educação, a educação e escola pública nos principais alvos de seus ataques, ela tenta negar o próprio movimento que criou. No entanto, ao invés disso, não só compromete todo o desenvolvimento científico e tecnológico, e priva milhões de pessoas do acesso aos conhecimentos e da produção material para satisfazer suas necessidades, como acelera sua própria ruína.

A despeito de toda a alegação, porém, a destruição que promove não decorre propriamente “da crise”. Afinal, as crises podem ser resolvidas de diferentes formas. Ao contrário disso, utiliza-se do pretexto de uma crise, para promover “reformas”, que diziam ser destinadas a “modernizar o país”.

No caso da destruição da educação brasileira, não é mero casuísmo, é resultado de “um projeto”, de um golpe, “de um pacto”, ou então, de sucessivos projetos, golpes e pactos.

Para isso, utilizando-se do parlamento, da mídia, do judiciário e de seu braço armado, como fica evidente por falas dos envolvidos e também pelos áudios com diálogos entre o ex-juiz Sérgio Moro e o Promotor Deltan Dallagnol, combinando as sentenças para incriminar o ex-presidente Lula, divulgados pelo *The Intercept*, a classe dominante conspirou e deu um golpe, que tem na derrubada da Presidente Dilma Rousseff, o primeiro e grande ato. Depois, seguiram-se muitos outros.

O então senador Romero Jucá, revelou como tudo ocorreu: “com o supremo, com tudo...”. Ou seja, a queda da presidente Dilma foi fruto de conspiração. O golpista Michel Temer²⁰ corrobora com essa afirmação. Revela ter “consultado” a cúpula militar, o comandante do exército, General Eduardo Villas Bôas e o general Sérgio Etchegoyen. Posteriormente, o próprio general Eduardo Villas Bôas, então comandante do exército dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), confirmou as tramas, confessou²¹ ter sido indagado por Temer sobre como o exército reagiria no caso do impeachment da Dilma. Também declarou ter discutido com alta cúpula do exército sobre o teor de um Twitter divulgado às vésperas de um julgamento de Habeas corpus pelo STF, que acabou interferindo na decisão do Supremo. Com isso, impediu a candidatura do ex-presidente Lula à Presidência da República em 2018 e, desse modo, praticamente garantiu a vitória de Bolsonaro.

Como consequência, presenciamos todo o projeto de destruição e devastação que se seguiu contra os trabalhadores, em todas as frentes, transformando seus direitos em “terra plana”, que se revela, simultaneamente, pelo aumento brutal da concentração de renda e pelo aumento da miséria, que tendem a se acentuar cada vez mais.

Estamos diante de um verdadeiro crime, de um crime de lesa pátria, de um crime contra a humanidade. Estão condenando todo um país à ignorância, à subserviência, à dependência, à indigência, ao atraso e, por consequência, à violência. Estão destruindo as bases civilizatórias, instalando e instituindo um estado de anomia social e empurrando tudo e todos para a barbárie.

²⁰ Conferir livro denominado: “A Escolha, como um Presidente conseguiu superar grave crise e apresentar uma agenda para o Brasil”, pela Editora Noeses, 2020.

²¹ Conferir “Villas Boas: conversas com o comandante”, livro organizado por Celso de Castro (FGV).

Pautadas as reformas educacionais pelo ultraliberal Paulo Guedes, que apesar de ter estudado nos Estados Unidos com dinheiro público, tem como objetivo, acabar com as instituições públicas e com o funcionalismo ou, pelo menos, reduzir ao mínimo e, se possível, banir o Estado (social) e maximizar o Estado pró capital. No caso da educação, seu maior objetivo é destruir a educação e a escola pública.

Não obstante, em vez de encontrarmos nos ministros da Educação os primeiros advogados e defensores da educação e da escola pública (seria demais esperar isso, não é mesmo?), encontramos neles os principais inimigos, dispostos a cerrar fileira com os fundamentalistas religiosos e do mercado, com a burguesia ultraliberal e com a extrema direita, no intuito de exterminar aquilo e aqueles que consideram seus alvos.

Contudo, como dissemos, feitas as reformas de forma fatiada, porém, de modo contínuo e ininterrupto, parecendo não ter fim, acarretam apreensão, geram pânico e dificultam a reação e o enfrentamento, que se embaraça ainda mais com o estado de isolamento social provocado pela pandemia. Em sentido oposto, apesar algumas rugas aparentes, a burguesia e o governo, que se afiguram como um monstro pavoroso, marcham num só compasso em direção a um mesmo objetivo, desencadear um ataque fulminante à educação, à escola pública, à ciência, à tecnologia e aos trabalhadores da educação.

E o pior é que não precisamos ter nenhuma bola de cristal, nem consultar videntes, para saber que essa tragédia não se encerra nos ataques já perpetrados até o momento. Como diz Paulo Guedes, “Vamos partir para o ataque”. Assim sendo, caso não consigamos nos reorganizar, superar o individualismo e deter o Leviatã e a avalanche destruidora, a depender da burguesia, não restará mais do que terra arrasada, amargaremos o completo desmonte e o fim da escola tal como a conhecemos e, junto com ela, veremos enterro das esperanças, dos sonhos e dos projetos futuros.

Portanto, há que se despertar da letargia, reagir e mobilizar todas as forças, empenhar todas as energias para transformar esse cenário de temor e de horror. Isso, no mínimo, pressupõe duas condições e exigências fundamentais, que não mais podem ser esquecidas pelos profissionais da educação. A primeira, que, ao contrário do que parece ou do que alguns querem fazer crer, é que a sociedade não se constitui numa comunidade ou numa confraria, em que, supostamente, todos trabalham e estão preocupados com o bem comum. Ao invés disso, trata-se de uma sociedade de classes, trabalhadores e capitalistas, conflituosa, e, por conseguinte, de luta. E a segunda, é que os profissionais da educação, para além de qualquer ilusão, também não podem esquecer que fazem parte da classe trabalhadora.

Os trabalhadores são os únicos que podem frear a sanha destrutiva da burguesia. Cabe às associações de defesa dos trabalhadores, os movimentos sociais populares, os líderes e as centrais sindicais, e partidos de esquerda assumirem o protagonismo nas lutas, na resistência, nas mobilizações e enfrentamentos.

No atual momento, burguesia já não tem qualquer projeto social, nem perspectiva de futuro; mais do que conservadora, transformou-se uma classe reacionária; já não consegue garantir os direitos formais nem, nem camuflar seu caráter autoritário e violento; tornou-se simplesmente sinônimo de destruição, devastação e barbárie.

Assim, no pós-pandemia não queremos o “retorno ao normal”, queremos um “novo normal”, em que as diferenças de classes, a exploração, a dominação, a violência e a destruição do meio ambiente, não sejam mais do que lembranças do passado; queremos um “novo normal” em que a vida esteja em primeiro lugar e a escola, a ciência, a cultura, a

tecnologia, o conhecimento e os bens materiais, sejam socializados e colocados a serviço do homem (de todos).

Não há dúvida de que a educação não só pode como deve dar a sua contribuição para a construção de uma nova humanidade. Considerando-se que a sociedade é constituída por classes, e que os professores, do mesmo modo que a maioria dos alunos da escola pública, são trabalhadores, é inadmissível e inaceitável que, ao realizar o trabalho pedagógico, não o façam com a finalidade de transformar o mundo existente, quer dizer, de se transformar a si mesmos. Afinal, trabalhar para reproduzir a realidade existente, significa perpetuar a própria condição de trabalhador, e, conseqüentemente, eternizar essa condição de sofrimento e exploração.

Ainda que isso seja uma tarefa coletiva, passa pelos indivíduos. Se cada um se reconhecer enquanto classe e agir como tal, deixa de ser simplesmente um indivíduo e se transforma numa força coletiva. E se o professor fizer isso, se os demais trabalhadores e suas categorias fizerem o mesmo, já não mais perguntaremos se é a educação ou quem que poderá transformar a sociedade. Na medida, em que nos identificarmos e nos encontrarmos como classe, transformamo-nos numa força extraordinária, capaz de revolucionar a educação, a escola e toda a sociedade.

Se entendemos que os conhecimentos não são mais nem menos que uma síntese da história do homem, de suas relações com a natureza, das relações que os homens travam entre si, das lutas e disputas que travam para sobreviver, cabe aos professores, por meio do trabalho que realizam, possibilitar aos alunos o conhecimento de si, do mundo e da história, conquistar a consciência de classe e lutar pela sua superação.

Não há dúvida de que, se se reconhecerem enquanto classe, não permanecerão entorpecidos “esperando a morte chegar”, aguardando as promessas de um hipotético paraíso futuro. Certamente se transformarão aqui e agora, numa força viva capaz de revolucionar a ordem existente e colocar toda a produção material e cultural em benefício da coletividade e, portanto, de si mesmos.

Afinal, todo o desenvolvimento técnico e científico produzido história e coletivamente pelo conjunto dos trabalhadores, é apropriado de forma indevida por uma diminuta parcela da burguesia, que utiliza de forma disruptiva e desencadeia toda essa destruição, ou então, como dissemos, esse cenário de terror e horror que atinge a educação, a escola pública, os profissionais da educação, o meio ambiente, as relações de trabalho e as condições de vida da classe trabalhadora.

Contudo, se nos encontramos sob esse espectro, postados sobre uma montanha de escombros, a história não acaba aqui. A hora é de luta. E, como se move por contradição, revolveremos a realidade existente e transformaremos os entulhos em insumos e energia para a construção uma nova sociedade, em que possamos viver, fazer planos, sorrir, sonhar, festejar e sermos felizes.

O Tempo te pôs a mão na cabeça e Ensinou três coisas.

Primeiro;
Você pode crer em mudanças
Quando duvida de tudo, quando
Procura a luz dentro das pilhas

E o caroço nas pedras, a causa
das coisas, seu sangue bruto...

Segundo:

Você não pode

Mudar o mundo conforme seu coração

Tua pressa não apressa a história.

Melhor que teu heroísmo,

Tua disciplina na multidão...

Terceiro:

É preciso

Trabalhar todo dia, toda madrugada

Para mudar um pedaço de horta,

Uma paisagem, um homem...

Mas mudam, essa é a verdade.

(Domingo Pellegrini Jr.)

REFERÊNCIAS

A VOZ. **Governo Federal gastou R\$ 31 milhões em refrigerante e R\$ 15 milhões em leite condensado em 2020.** Disponível em:

<<https://www.avozdesantaquiteria.com.br/2021/01/governo-federal-gastou-r-31-milhoes-em.html>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Desemprego, evasão e inadimplência preocupam faculdades privadas.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/desemprego-evasao-e-inadimplencia-preocupam-faculdades-privadas>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ALBUQUERQUE, D. M. **Bolsas de produtividade em pesquisa ameaçadas.**

Disponível em: <<https://blogdodijaci.blogspot.com.br/2016/10/bolsas-de-produtividade-em-pesquisa.html>>. Acesso em 24. jul. 2016.

AMENTEEMARAVILHOSA. **O legado intelectual de Umberto Eco em 13 frases.**

Disponível em <<https://amenteemaravilhosa.com.br/o-legado-intelectual-de-umberto-eco-em-13-frases/>>. Acesso em 30. jul. 2020.

APUFSC. **Universidades federais, que podem perder recursos em 2021, são responsáveis por quase 70% das notas máximas no Enade.** Disponível em:

<<https://www.apufsc.org.br/2020/10/20/universidades-federais-que-podem-perder-recursos-em-2021-sao-responsaveis-por-quase-70-das-notas-maximas-no-enade/>>.

Acesso em: 21 out. 2020.

ASSIS, Joana e MORENO, Carolina. **Estudo mostra que 66% de mortos por Covid-19 na Grande SP ganhavam menos de 3 salários mínimos.** Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/estudo-mostra-que-66percent-de-mortos-por-Covid-19-na-grande-sp-ganhavam-menos-de-3-salarios-minimos.ghtml>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

AZEVEDO, R. **Presidente do BB quer fim da quarentena.** Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/columnas/reinaldo-azevedo/2020/03/26/presidente-do-bb-quer-fim-da-quarentena-diz-vida-nao-tem-valor-infinito.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BARROS, Roque S. M. de. **Roque Spencer e a História das ideias no Brasil.**

Entrevista concedida a Benedito Ferri de Barros e publicada no Jornal da Tarde. 11/04/87.

BARSOTTI, P. **Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871.** In:

ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. A Comuna de Paris de 1871. São Paulo: Ícone, 2002.

BATISTA, E. e ORSO, P. J. **Capitalismo, trabalho e educação em tempos de devastação neoliberal.** Marília-SP: Lutas anticapital, 2019.

BBC.NEWS.BRASIL. **A cientista que descobriu o primeiro coronavírus humano - após ter abandonado escola aos 16 anos.** Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/geral-52303032>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BERMÚDEZ, Ana Carla. **43% dos cursos superiores particulares têm nota ruim em avaliação federal.** Disponível em:

<<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/10/20/conceito-enade-2019.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 21.out. 2020.

BETIM, Felipe. **Sem ações específicas, 86% dos moradores de favelas vão passar fome por causa do coronavírus.** Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-28/sem-acoes-especificas-86-dos-moradores-de-favelas-vaopassar-fome-por-causa-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL DE FATO. **"Passar a boiada": política ambiental de Bolsonaro é alvo de ações na Justiça.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/passar-a-boiada-politica-ambiental-de-bolsonaro-e-alvo-de-acoes-na-justica>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL247. **Nelson Teich agora critica compra de “grande quantidade” de respiradores: “O que você fará com eles depois?”.** Disponível em:

<<https://www.brasil247.com/brasil/nelson-teich-agora-critica-compra-de-grande-quantidade-de-respiradores-o-que-voce-vai-fazer-com-eles-depois>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Presidente do Banco Central diz que reduzir mortes por Covid-19 é pior para a economia.** Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/presidente-do-banco-central-diz-que-reduzir-mortes-por-Covid-19-e-pior-para-a-economia?fbclid=IwAR2pv1XnRwrqvp6ZcjdCUyaHa5P8ITUDGwLXaHI_6SCsSSr-jKsatbEzANo> Acesso em: 16 abr. 2020.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia:** o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

FABRINI, Fábio e CARAM, Bernardo. **Governo decreta sigilo sobre estudos que embasam reforma da Previdência.** Disponível em:

<<https://br.financas.yahoo.com/noticias/governo-decreta-sigilo-sobre-estudos-183700072.html>>. Acesso em: 21. jan. 2021.

CARTA CAMPINAS. **Empresário diz na TV Cultura que ‘desigualdade grande’ é necessária para preservar o planeta Terra.** Disponível em:

<<https://cartacampinas.com.br/2021/01/empresario-diz-na-tv-cultura-que-desigualdade-grande-e-necessaria-para-preservar-o-planeta-terra/>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CHADE, Jamil. **ONU: cidadão de país rico teve acesso 100 vezes maior a insumo contra covid.** Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/21/paises-pobres-foram-excluidos-de-comercio-de-produtos-medicos-alerta-onu.htm?cmpid=copiaecola>>.

Acesso em: 21 out. 2020.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo.** Trad. Renato Barboza Rodrigues Pereira. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1976.

CONDORCET. **Cinq mémoires sur l'instruction publique.** Paris: Flammarion, 1994.

CONGRESSO EM FOCO. TEMER: **“Quem não tem dinheiro não faz faculdade”**, diz deputado a manifestante. Disponível em:

<<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quem-nao-tem-dinheiro-nao-faz-faculdade-diz-deputado-a-manifestante/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

DA LUZ, SIMÃO DIEGO ZANCHETTI. **As ocupações das escolas públicas do paraná em 2016   luz das teorias críticas da educa o**. Disserta o (Mestrado em Educa o). Faculdade de Educa o. Cascavel: Unioeste, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Justus explica áudio em que chama novo coronavírus de ‘gripezinha’**. Disponível em: <<https://telepadi.folha.uol.com.br/justus-explica-audio-seu-sobre-ressalvas-a-quarentena-pelo-coronavirus/>>. Acesso em: 18. abr. 2020.

GARCIA, Diego. **Pesquisa mostra que trabalho informal eleva contágio e morte por Covid-19 no Brasil**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/trabalho-informal-eleva-risco-de-contagio-e-morte-por-Covid-19.shtml>>. Acesso em: 13 out. .2020.

G1. **Câmara aprova medida provisória do Contrato Verde e Amarelo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/14/camara-aprova-medida-provisoria-do-contrato-verde-e-amarelo.ghtml>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GAZETA DO POVO. **Desigualdade de renda nos EUA   a mais alta da história**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/desigualdade-de-renda-nos-eua-mais-alta-da-historia/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. 6  edic o, Porto Alegre, 1986.

ISTO  . Mundo. **Novo coronavírus   10 vezes mais letal que H1N1, diz OMS**.

Disponível em: <<https://istoe.com.br/novo-coronavirus-e-10-vezes-mais-letal-que-h1n1-diz-oms/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

JORNALDOCOMERCIO. **'Fake news' se espalham 70% mais rápido que as notícias verdadeiras, diz MIT**. Disponível em:

<<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/2018/03/geral/615457-fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-as-noticias-verdadeiras-diz-mit.html>>. Acesso em: 30 set. 2020.

LIMA, M.R.; BATISTA, E.L. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme [orgs.].

Pedagogia histórico-crítica desafios e perspectivas para uma educa o transformadora. 1.ed. Campinas: Autores associados, 2012, p. 1-36.

MADEIRO, Carlos. **Empresário sugere "dar tiro" no governador de AL para encerrar isolamento**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/04/18/empresario-sugere-dar-tiro-no-governador-de-al-para-encerrar-isolamento.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Edi es Avante, 1981.

MARX, K. **Prefácio   “Contribui o   Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, vol.1, s/d.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido comunista**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MARX, K. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In.: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Seleção de textos: José Arthur Giannotti). São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 329. Coleção Os Pensadores.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

____. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

____. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro 1, 1968.

MÍDIA POPULAR. **É preciso enxugar regalias dos professores para equilibrar cofres de estados e municípios, diz governo federal**. Disponível em: <<http://www.midiapopular.net/news/e-preciso-enxugar-regalias-dos-professores-para-equilibrar-cofres-publicos-diz-governo-federal/>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

MILITÃO, Eduardo e ARAÚJO, Carla. **Bancos elogiam austeridade fiscal de Guedes em reunião ministerial**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/23/bancos-empresarios-reuniao-ministerial-austeridade-fiscal-paulo-guedes.htm>>. Acesso em: 23 maio 2020.

NAIME, Laura. **Desemprego sobe para 12,4% em fevereiro, diz IBGE**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/29/desemprego-sobe-para-124percent-em-fevereiro-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. .2020.

NASCIMENTO, Terezinha A. Q. Ribeiro. **Pedagogia conservadora liberal modernizadora**. Campinas –SP: Autores Associados-FE/Unicamp, 1997.

O GLOBO. **Crise força o fim do injusto Ensino Superior gratuito**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>>. Acesso em: 24.07.16.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio: A face do horror. Silva Jr., João dos Reis; Sguissardi, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ORSO, P. J. **As possibilidades e limites da educação na sociedade de classes**. Disponível em: <<https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.10.pdf>>. Acesso em: 17 abr.2020a.

____. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In.: ORSO, p. j., GONÇALVES, S. R. e MATTOS, Valci. **Educação e Lutas de Classes**. São Paulo: 2008.

____. A classe trabalhadora, a consciência de classe e a educação. Uma história que não é linear. In.: ORSO, p. j., GONÇALVES, S. R. e MATTOS, Valci. **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. São Paulo: 2008.

____. Educação e lutas de classes: concepções e propostas pedagógicas. In.:

____. **Educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás.**

Disponível em: <www.file:///C:/Users/Usuario/Downloads/21735-76394-1-PB.pdf>.

Acesso em: 15 abr. 2020b.

____. Escola “sem” Partido ou um partido a serviço da burguesia? In: BATISTA, Eraldo Leme, ORSO, Paulino José e LUCENA, Carlos. **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em:

<https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_d8896227fb2d4b739df2f118829486b9.pdf>.

____. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In: LOMBARDI, C. [et al].

Liberalismo e educação em debates. Campinas-SP: Autores Associados.

____. **A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás.**

Disponível em: <file:///C:/Users/Paulino/Downloads/21735-76394-1-PB%20(1).pdf>.

Acesso em:: 07 set. 2020.

____. As razões profundas dos ataques à escola pública. In: LIMA, Antonio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos. (Orgs.). **Em defesa das políticas públicas.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em:

<https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_516ecb95eff245e9bb554786df9d51f1.pdf>. Acesso em:: 07 set. 2020.

____. **Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira.** Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 2003. Tese de doutorado.

____. Pedagogia Histórico-Crítica no campo. In: BASSO, J. D.; NETO, J. L. dos S.; BEZERRA, M. C. dos S. (Orgs). **Pedagogia Histórico-Crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais.** São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016.

____. Pedagogia Histórico-Crítica: uma teoria pedagógica revolucionária. In: **Pedagogia Histórico-Crítica: revolução e formação de professores.** DUARTE DE MATOS, Neide, ARUDA DE SOUZA, Joceli de Fátima e SILVA, João Carlos. Campinas-SP: Armazém do Ipê, 2018.

OXFAM, Brasil. **Coronavírus vai empurrar meio bilhão de pessoas para a pobreza.**

Disponível em: <<https://oxfam.org.br/noticias/coronavirus-vai-empurrar-meio-bilhao-de-pessoas-para-a-pobreza/>>. Acesso em: 15 abr. .2020.

PORTALPARANÁ. **“Ganhamos todas as guerras com a APP”, diz Ratinho Junior sobre volta às aulas no Paraná.** Disponível em:

<<https://paranaportal.uol.com.br/politica/ratinho-junior-e-app-sindicato-ganhamos-todas/>>. Acesso em:: 27 jan. 2021.

PEDUZZI, P e LABOISSÈRE, P. **‘O governo não é idiota de restringir’.** Disponível

em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-na-o-a-idiota-de-restringira/358222>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PERES, Eraldo. **Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”.** Disponível em:

<<https://jornaloexpresso.wordpress.com/2021/01/21/el-pais-pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-coronavirus/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

PRADO, Lucas de Melo. **Tiranos de nós mesmos: a servidão voluntária na era da sociedade do desempenho. Justificando.** Disponível em: <<https://www.justificando.com/2017/04/12/tiranos-de-nos-mesmos-servidao-voluntaria-na-era-da-sociedade-do-desempenho/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

PRAGMATISMO. **Michel Temer ataca as ocupações das escolas e critica estudantes.** Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/michel-temer-ataca-ocupacoes-ironiza-estudantes.html>>. Acesso em 08 nov. 2016.

PROIFES-Federação. **Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades.** Disponível em: <<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/secretaria-do-mec-defende-cobranca-de-mensalidades>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

PT. **Assessora do governo defende que mortes por Covid-19 “se concentrem em idosos”.** Disponível em: <<https://pt.org.br/assessora-do-governo-defende-que-mortes-por-Covid-19-se-concentrem-em-idosos/>>. Acesso em: 27 maio 2020.

Revista Época. **Na pandemia, exército volta a matar brasileiros.** Disponível em: <<https://telepadi.folha.uol.com.br/justus-explica-audio-seu-sobre-ressalvas-a-quarentena-pelo-coronavirus/>>. Acesso em: 21 jan. .2021.

SASSINE, Vinicius. **Governo corta benefícios fiscais para pesquisa científica e atinge projetos de Butantan e Fiocruz na pandemia.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/autores/vinicius-sassine.shtml>>. Acesso em: 27.01.2021.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1980.

_____. **Escola e Democracia.** 1ª edição, São Paulo: Cortez editora e Autores Associados, 1983.

_____. **Escola e Democracia.** Edição Comemorativa. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. Prefácio. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SIMONARD, Pedro. **“Nós já botamos a granada no bolso do inimigo: dois anos sem aumento de salário” - a mentira como estratégia de governo.** Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/nos-ja-botamos-a-granada-no-bolso-do-inimigo-dois-anos-sem-aumento-de-salario-a-mentira-como-estrategia-de-governo>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SOUZA, Josias de. **Mendonça Filho**: 'Politizar o Enem foi desrespeitoso com milhões de jovens?'. Disponível em:

<<http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/11/03/mendonca-filho-politizar-o-enem-foi-desrespeitoso-com-milhoes-de-jovens/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

SPLASH. Paulo Betti: **'Temos medo. Estão armados e não aceitam resultado de eleição'**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2020/09/30/betti-temos-medo-estao-armados-e-nao-aceitam-resultado-de-eleicao.htm?cmpid=copiaecola/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

THE GUARDIAN. **1% of farms operate 70% of world's farmland**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2020/nov/24/farmland-inequality-is-rising-around-the-world-finds-report>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UOL. Cotidiano. **Protestos contra reformas do governo Temer ocorrem em 19 Estados e no DF**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/15/protestos-contra-reformas-do-governo-temer-ocorrem-pelo-brasil.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. **Crise pode levar 3,6 milhões de brasileiros de volta à pobreza, diz estudo**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/02/13/crise-pode-levar-36-milhoes-de-brasileiros-de-volta-a-pobreza-diz-estudo.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Economia. **Madero, Havan, Giraffas**: empresários criticam medidas de combate à pandemia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

_____. **OIT**: mais da metade dos trabalhadores podem perder meios de subsistência. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2020/04/29/oit-mais-da-metade-dos-trabalhadores-podem-perder-meios-de-subsistencia.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

URIBE, Gustavo. **Ministro do Meio Ambiente defende aproveitar crise do coronavírus para 'passar a boiada'**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/ministro-do-meio-ambiente-defende-aproveitar-crise-do-coronavirus-para-passar-a-boiada.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

VALENTE, Rubens. **Novo ministro já propôs escolha entre jovem e idoso “no final da vida”**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/04/16/mandetta-coronavirus-saude.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

VILELA, Pedro Rafael. **Brasil tem pior cenário de pluralidade da mídia em 12 países analisados pelo RSF**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-02/brasil-tem-pior-cenario-de-pluralidade-da-midia-em-12-paises>>. Acesso em: 12 out. 2020.

VIEIRA, Victor. **Universidades federais devem ter corte de até 45% nos investimentos**. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federais-devem-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos,10000068526>>. Acesso em: 20 out. 2016.

WYLLYS, Jean. **As cinco mentiras do Globo sobre a universidade pública.**

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-cinco-mentiras-do-globo-sobre-a-universidade-publica>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SOBRE O AUTOR

Paulino José Orso, possui graduação em Filosofia pela Universidade La Salle – Santa Rosa – RS (1989), mestrado (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003), pós-doutorado em Educação pela UERJ. Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História e Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história, sociedade e educação; história e filosofia da educação; formação de professores; história da universidade brasileira; marxismo e educação; liberalismo e educação; pedagogia histórico-crítica. É docente dos cursos de Pedagogia, do Mestrado e Doutorado em Educação da Unioeste e líder do grupo de pesquisa HISTEDOPR.

ÍNDICE REMISSIVO

anomia, 84, 94
antagonismos de classes, 62, 94
autoritarismo, 26, 28p., 48, 50, 59, 84, 89, 100, 115
BNCC, 42pp., 57, 74
Bolsonaro, 25, 28p., 33, 35p., 41, 45, 48, 68, 73, 76, 79p., 83, 86, 102pp., 109, 128
burguesia, 23, 25p., 29pp., 49, 52, 58, 60, 63, 65pp., 72p., 77, 94, 96pp., 105, 119, 131
classe dominante, 23, 26, 28, 30, 32, 52, 58, 60p., 71pp., 95pp., 105
classe trabalhadora, 23, 25p., 30, 32, 35, 52, 60p., 65, 72, 90p., 105, 114, 116
com o supremo, com tudo, 30
conciliação de classe, 37
consciência de classe, 23, 61, 84, 86, 98
contradições, 56, 60, 62, 94, 114p., 119
covid-19, 29, 58, 63, 78, 102
Desvinculação dos Gasto da União, 76
diferenças sociais, 29, 33, 100, 113
Dilma Rousseff, 25, 58, 67, 73
ditadura, 40p., 45, 49, 54, 59pp., 74, 84, 98
EaD, 112
educação, 23, 25pp., 63, 65, 67, 70, 72pp., 80p., 83p., 86p., 90, 94p., 97p., 100, 105p., 108, 112pp., 119p.,
127, 129pp.
ensino e a aprendizagem, 34
entreguista, 38
Escola, 42, 74, 131
escola pública, 25, 33, 35pp., 39pp., 46pp., 51, 54, 57, 61, 70, 72, 77, 83p., 86, 95, 131
espectro, 65
estado mínimo, 105
fake news, 28, 64, 67p., 94
feminicídio, 27, 64
fundamentalismo, 64
golpe, 25pp., 30, 32, 35, 39, 42, 44p., 48, 50pp., 58, 67, 69p., 72p., 80, 84, 94, 100, 131
granada, 65, 70, 84, 90, 108p., 132
homeschooling, 74p., 94, 98
homofobia, 64
individualismo, 57, 86p., 94, 99, 102, 105, 116, 118
internacionalismo proletário, 23, 90, 115p., 118
lei da mordça, 46, 49p.
machismo, 27, 64
mão invisível, 105p.
Marx, 31, 50, 54p., 60, 65, 71, 73, 91, 93, 96, 106, 113, 115p., 118p., 127
meio ambiente, 26, 28p., 59, 64p., 78, 83, 89, 93, 109, 120
MST, 70
notório saber, 40, 44, 49, 76
novo coronavírus, 23, 25, 29, 53, 58, 63, 89pp., 99pp., 106, 108, 116, 129
o coronavírus, 23, 89, 91, 95, 104, 111, 116, 118
omnilateral, 49, 95
pacto pelas reformas, 78
passar a boiada, 65, 84, 90, 109, 133
Pátria Educadora, 35
PEC do fim do mundo, 34, 36

PEC dos gastos, 34p., 39
pedagogia histórico-crítica, 23, 53p., 61, 90, 120, 129
previdência, 28, 31p., 69, 78pp., 103, 106, 109
profissionais da educação, 46, 59, 61, 83, 86, 114
PT, 30, 32, 38, 48, 51, 70, 73, 76, 103, 132
reforma administrativa, 77, 79
Reforma do Ensino Médio, 34p., 39, 44p., 69, 73, 106
reforma ministerial, 26
relações de produção, 56, 84, 86, 119
saúde, 26, 28, 30pp., 36, 41, 45, 52, 58p., 73, 76pp., 81, 83, 86, 92, 94p., 100pp., 108, 112, 115p., 118pp.
sociedade de classes, 23, 65, 90, 93, 99p., 116p., 119, 130
Temer, 25pp., 33, 35p., 41, 45, 48pp., 73p., 80, 83, 108, 132p.
totalidade, 55p., 72, 114pp.
trabalho pedagógico, 61p., 114
ultra-ricos, 105
ultraliberal, 61, 77
ultraliberalismo, 41, 105
unidade dos trabalhadores, 116
violência doméstica, 64

1ª Edição

Dezembro de 2020

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Nesta obra, procuramos trazer à tona o conjunto de fatos, ações, projetos, reformas e iniciativas, numa palavra, de ataques, direta e indiretamente relacionados à educação, à escola e aos educadores, de tal modo que possamos compreender o tamanho dos desafios do atual momento. Se considerarmos sua dimensão e suas consequências, pode-se afirmar que beiram a insanidade. Em seu conjunto, porém, configuram-se como um ataque sem precedente à educação e, por extensão, à classe trabalhadora. Esperamos, todavia, que possa contribuir para fortalecer a união e organização dos trabalhadores, sem os quais é impossível enfrentar o monstro pavoroso que nos angustia e atormenta.